



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Igor Holanda Vaz Arcoverde

Algo no caminho: narrativas sobre individualismo, sofrimento e adoecimento mental entre jovens
graduandas da Universidade Federal de Pernambuco

Recife

2021

Igor Holanda Vaz Arcoverde

Algo no caminho: narrativas sobre individualismo, sofrimento e adoecimento mental entre jovens graduandas da Universidade Federal de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia da Saúde

Orientador: Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

- A675a Arcoverde, Igor Holanda Vaz
 Algo no caminho: narrativas sobre individualismo, sofrimento e adoecimento mental entre jovens graduandas da Universidade Federal de Pernambuco / Igor Holanda Vaz Arcoverde. – 2021.
 170. il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2021.
 Inclui referências, anexos e apêndices.
1. Antropologia. 2. Medicina primitiva – Saúde e raças. 3. Mulheres - Saúde e higiene - Mulheres - Psicologia. 4. Controle (Psicologia) - Grupos sociais. 5. Personalismo. 6. Universidades e faculdades. 7. Interações e marcadores sociais. I. Vailati, Alex Giuliano (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-187)

IGOR HOLANDA VAZ ARCOVERDE

Algo no caminho: narrativas sobre individualismo, sofrimento e adoecimento mental entre jovens graduandas da Universidade Federal de Pernambuco

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em 23/02/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Cláudia Rodrigues da Silva (Examinadora Titular Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Luiz Fernando Dias Duarte (Examinador Titular Externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Agradecimentos

Agradeço a toda minha família: minha mãe e meu pai por todo apoio da minha vida, meu avô e minha avó e toda minha família em Chã Grande, ao meu padrasto que mora com minha mãe em Zurique, e minha madrasta que mora com meu pai e meu irmão mais novo, Pedro (que cresce tão rápido!) no bairro das Graças, perto de onde meu irmão mais velho Yuri resolveu se mudar, a quem senti a falta nos últimos anos mas me alegro pela sua felicidade. Às pessoas que moram em Olinda, minha avó, minha prima, meu tio e minha tia, agradeço profundamente pelos anos de alegria, leveza e apoio.

Também agradeço profundamente aos colegas de mestrado que estiveram nessa trajetória, pessoas com quem eu tive o prazer de participar em discussões na sala de aula, e que espero um dia reencontrar, seja na antropologia ou na vida real. Agradeço a minha amada Glória, a companheira com quem partilho as dores e os prazeres de estar adentrando na vida adulta, e novamente escrevendo com Azeitona e Sossego, os mais engraçados companheiros não-humanos que eu poderia ter.

Expresso meu lamento a todas as pessoas que morreram e continuam a morrer nesse que certamente será lembrado como mais um holocausto brasileiro. Lamento pelos milhares que morrem todos os dias, as famílias que sofrem a perda dessas pessoas, aos desempregados e miseráveis que estão a própria sorte nas ruas, implorando por acesso a dignidade. Espero que essa dissertação contribua como uma denúncia de que não só a covid-19 encerrara quando todos forem vacinados, mas também o sofrimento não cessará até que todos sejamos verdadeiramente livres da crueldade do capitalismo que mata e condena as pessoas a fome.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que se dispuseram a partilhar suas histórias comigo, pois vocês me fizeram ver um propósito e um desejo na minha trajetória, que me ensinaram o valor da vulnerabilidade e o poder da resiliência de *ser*. Por mais doloroso que tenha sido, nunca esquecerei as histórias dessa dissertação, e espero ter pelo menos um pouco da força de todas e todos que tive o prazer de conhecer, que navegaram pelas profundezas do sofrimento por tempo demais.

Resumo

Essa pesquisa etnográfica trata sobre como estudantes do curso de Ciências Sociais desenvolvem um quadro de adoecimento psíquico, convencionados pela prática psiquiátrica como transtornos mentais, observando majoritariamente casos de depressão e ansiedade. Por meio de uma abordagem crítica, analiso o modelo biomédico no tratamento dos transtornos mentais e como a interseccionalidade tem papel fundamental no desenvolvimento dessas condições biopsicosocioculturais de saúde. Por meio das narrativas biográficas registradas no formato de entrevistas, abordo os temas do abandono familiar, transição da juventude para a vida adulta, a branquitude no sofrimento psíquico, e desenvolve as categorias de desejo e culpa como fundamentais para compreender a agência que essas estudantes desenvolvem na universidade. Concluo que transtornos como depressão ou ansiedade não apenas surgem na graduação, mas decorrem de um longo processo de complicações familiares e de auto-percepção, sendo a universidade um espaço de abertura e experiência que favorecem uma visão alternativa do mundo apresentado pela família e pelo colégio, expondo problemas biográficos tratados pelas estudantes sob a idéia de doença mental.

Palavras-chave: antropologia da saúde; saúde mental; hierarquia; individualismo; universidade; interseccionalidade; emoções.

Abstract

This dissertation is the result of an ethnographic research on how Social Sciences undergraduate students develop a case of psychic illness, conventionalized by psychiatric practice as mental disorders, such as depression and anxiety. Through a critical approach, I analyze the biomedical model adopted in the treatment of mental disorders and how intersectionality plays a fundamental role in the development of these biopsychosociocultural health conditions. Through the normalized biographical narratives in the format of choice, I approach the themes of family abandonment, transition from youth to adulthood, the whiteness in the psychological suffering, and develop the categories of desire and guilt as fundamental to understanding the agency that these students develop at the university. I conclude that disorders such as depression or anxiety not only arise during graduation, but result from a long process of family complications and self-perception, the university being a space of openness and experience that favor an alternative view of the world then the one presented by the family and the school, exposing biographical problems treated by the students under the idea of mental illness.

Keywords: anthropology of health; mental health; hierarchy; individualism; university; intersectionality; emotions.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	
1.1	Um tema penoso	8
1.2	Expiando um “pecado científico”	18
1.3	Uma trajetória pessoal	20
1.4	Estratégia metodológica	24
2	HIERARQUIA, INDIVIDUALISMO E SOFRIMENTO	
2.1.	Colapsando dualidades e construindo rupturas no campo da saúde mental	29
2.2.	Produção, competitividade e meritocracia nas hierarquias acadêmicas	38
2.3.	Acesso ao desejo (e a moralidade da culpa)	50
3	CONJUNTURA E DEFINIÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO	
3.1.	As primeiras da família: popularização e expansão das IESs e a interseccionalidade da juventude para a vida adulta	64
3.1.1.	Expansão e Popularização das IES públicas e a “nova classe C”	64
3.1.2	Interesse público e conhecimento acadêmico	69
3.1.2	Família, Juventude e Interseccionalidade	73
3.1.3	Branquitude, culpa e sofrimento	76
3.1.5	A identidade de gênero na juventude	78
3.2	O modelo biomédico e uma definição de doença e saúde	81
3.2.1.	DSM e a psiquiatria norte-americana	84
3.2.2.	Biomedicina e saúde mental na contemporaneidade	91
4	SOFRIMENTO E ADOECIMENTO UNIVERSITÁRIO	
4.1.	Apresentação	97
4.2.	Do colégio para a universidade (da família para o mundo)	101
4.3.	Crise, vulnerabilidade e ruminação	120
4.4.	Carregando a doença e <i>fazendo</i> um desfecho terapêutico	141
5	CONCLUSÃO	157
	REFERÊNCIAS	160

1. Introdução

1.1. Um tema penoso

Esta pesquisa trata a respeito de como estudantes do curso de Ciências Sociais da UFPE vivenciam transtornos mentais comuns à população acadêmica, e o que essas jovens compreendem como sendo ansiedade e depressão, os dois tipos mais comuns de transtornos mentais entre estudantes universitários no Brasil e no mundo (ADEWUYA *et al.*, 2006; HUNT e EISENBERG, 2010; KAHEN *et al.*, 2010; VENTURINI e GOULART, 2016; OLIVEIRA e NUNES, 2018). O objetivo desta pesquisa é: (i) compreender onde e como surgem esses transtornos; (ii) de que modo marcadores interseccionais como gênero, classe e raça estão envolvidos nos casos observados; e (iii) quais aspectos da universidade promovem altos índices de adoecimento em comparação com a população geral (CERCHIARI *et al.*, 2005). Não pretendo me debruçar sobre índices estatísticos que comprovem como essa experiência está difundida sobre diferentes áreas do conhecimento pelo *campus* da UFPE, mas partir de uma perspectiva qualitativa e subjetiva do grupo com o qual tive contato, compreendendo os aspectos que levaram meu recorte de interlocutoras a desenvolver transtornos de saúde mental no ensino superior. Além da abordagem etnográfica ser relativamente pouco explorada no tema da saúde mental universitária, a relação entre antropologia, psicologia e demais campos da saúde tende a contribuir para uma visão humanística sobre os diferentes processos de adoecimento, mas também converge no entendimento que fazemos daquilo que afeta nossos corpos.

A princípio, tinha interesse em compreender como estudantes da classe C recém-ingressos na universidade percebiam a relação entre adoecimento psíquico e experiência acadêmica, considerando que o segmento das camadas populares pertence a um *habitus* diferente das elites econômicas e acadêmicas, além dessas jovens estarem em um período constitutivo de suas respectivas identidades, não mais restritas às limitações jurídicas da menoridade e vivendo uma das fases mais importantes da vida de qualquer jovem na universidade. Embora buscasse por uma compreensão desse choque entre o *habitus* da classe C e o ambiente elitista da academia, acabei optando por uma abordagem indutiva dentro de um grupo delimitado (no caso, um curso específico), vindo então a sistematizar as narrativas e conversas tidas em campo conforme os temas da juventude, gênero, raça e classe social. Vale lembrar que essa não é uma pesquisa sobre os profissionais de saúde, contextos familiares ou a própria instituição de ensino

(embora esses sejam temas trabalhados ao longo da dissertação), mas sim sobre as estudantes de um curso de ciências humanas: qual a agência delas em meio ao desenvolvimento e convivência com transtornos psíquicos? Como esse adoecimento está relacionado à busca por subsistência em um mercado de trabalho competitivo? Como as famílias reconhecem e atuam na trajetória dessas jovens para a autonomia adulta? Quais as oportunidades institucionais e conflitos presentes entre estudantes e professores? Quais os riscos e práticas de autocuidado desenvolvidas? Essas questões vagueiam dentre tantos outros temas presentes na inculcação de uma experiência do adoecimento acadêmico, ou seja, aspectos universais perceptíveis na subjetividade das interlocutoras da pesquisa e expressos a partir de suas narrativas, atravessados pelas condições e adversidades da vida social segmentada pelas desigualdades de gênero, classe e raça.

Pensando a respeito de qual viria a ser meu objeto de pesquisa, percebo que se trata de um processo gradativo concebido por meio de uma narrativa com pontos em comum. Na profundidade das experiências narradas pelas interlocutoras, percebo que minha experiência particular como ex-graduando (eternamente “recente” neste presente texto) não foi um viés científico, mas uma condição incontornável e de valor êmico para a pesquisa. Por se tratar de um tema sensível, a responsabilidade de lidar com as emoções de minhas interlocutoras e o modo como refletir sobre esses relatos se intensificava, e certamente trouxe à tona aquilo que compreendemos na antropologia como “ser afetado” (FAVRET-SAADA, 2005). Houve entrevistas que se encerraram mais cedo, interlocutoras que desistiram do processo, momentos em que se chorava ou se ria nervosamente, mas sempre uma intersubjetividade importante naquilo que estávamos discutindo na pesquisa. A realização das entrevistas, transcrição dos áudios, produção de artigos e até o processo de finalização foram todas etapas nas quais “ser afetado” significou a constituição de um significativo elo de alteridade antropológica, o qual posso dizer que tive o privilégio de estar envolvido nesses anos que se passaram.

A dificuldade do acesso ao tratamento e o escasso investimento das universidades na assistência à saúde mental não é um problema estritamente brasileiro (MOWBRAY *et al.*, 2006; GOODMAN, 2017). Práticas de gestão que individualizam o sofrimento não são a melhor forma de abordar o aumento dos diagnósticos depressivos, mas sim o investimento contínuo para evitar situações que tendem a gerar cicatrizes para uma vida toda, como é o caso nas tentativas de suicídio. As interlocutoras desta pesquisa por vezes assumem características que expressam uma contemporaneidade com baixa autoestima e em profundo desalento que vai da estudante de baixa

renda com boas notas e uma família fragmentada até os filhos da elite recifense local, exaustos com a rotina de estudos e negligenciamento emocional dos familiares. Nesta pesquisa, irei demonstrar como as dificuldades presentes no âmbito familiar ecoam na universidade, e como a recorrência de episódios traumáticos nos primeiros anos da juventude promovem gradualmente um desgaste que é sentido mais intensamente sob a pressão psicológica do ambiente acadêmico.

Vale ressaltar que na contramão do que os dados estatísticos institucionais sobre depressão e ansiedade sugerem, o atual governo federal insiste por tornar ainda mais intensa a ansiedade e insegurança existencial dessas estudantes, reduzindo de forma condenável o financiamento das universidades federais, instituições responsáveis por produzir a maior parte da ciência de qualidade no Brasil, enquanto o setor privado ainda está longe de alcançar os padrões criados pelas universidades federais em quantidade e qualidade da produção científica (FERREIRA e NUNES, 2016) – ou simplesmente não querem alcançá-los.

A experiência do transtorno, que assim referenciarei ao longo do trabalho, diz respeito a uma ideia de “degeneração” da saúde mental nas múltiplas formas de se manifestar o chamado sofrimento psíquico, decorrente de condições sociais como abusos e traumas, com frequência solucionado por meio de intervenções da terapia psicanalítica ou psicofarmacologia. A perspectiva biomédica foi predominante entre as interlocutoras do campo, que tinham bastante abertura para pensar a depressão, bipolaridade ou ansiedade como problemas de saúde pública e com tratamentos biomédicos específicos, por vezes aderindo mais explicitamente o próprio uso dos medicamentos do que outras formas de tratamento. A escolha terminológica pela ideia de “transtornos”, embora traga inquietação por ser uma categoria tão determinista e biomédica, foi o que a pesquisa empírica revelou ser a forma mais direta de me referir ao sentimento que as interlocutoras apresentavam, na forma como a tristeza se tornava em doença no grupo estudado.

Pertencente à base da pirâmide hierárquica acadêmica, estudantes de graduação representam um grupo mais interessado em entrar no mercado de trabalho do que seguir o percurso acadêmico pelo mestrado e doutorado, embora nas Ciências Sociais essa seja uma opção ousada (para dizer o mínimo), já que o mercado de trabalho para quem possui apenas um diploma de graduação é bastante reduzido. Pude, inclusive, testemunhar situações em que estudantes ingressaram sem a menor noção do que encontrariam ao se deparar com o curso (como foi meu caso), e outros que se planejavam desde o colegial com total entendimento dos

processos seletivos e bolsas de intercâmbio, muitas vezes contando com um grande apoio financeiro e emocional da família para consagrar qualquer que seja o objetivo acadêmico.

Um exemplo de como a busca pela carreira acadêmica tem sido afetada na base da graduação pode ser percebido na seleção para o mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE em 2019, quando foram registradas muito mais inscrições para o doutorado do que o mestrado, indicando pela primeira vez uma redução considerável de estudantes de graduação optando por uma carreira acadêmica, tendo em vista o número reduzido de bolsas de pesquisa e a necessidade imediata pelo sustento econômico, sem falar na possibilidade bastante real de um sentimento generalizado de angústia na graduação como um todo. Infelizmente não foi possível tratar na pesquisa sobre como essas estudantes percebem esses obstáculos em seus projetos de vida, mas imagino que os atuais ataques à universidade pública tiveram um efeito bastante negativo na percepção dos graduandos sobre o contexto acadêmico brasileiro, algo que historicamente vinha sendo mantido e fomentado de forma democrática pelo Estado brasileiro.

A universidade se apresenta como a base cosmopolita da produção de conhecimento do mundo, na qual estudantes buscam uma profissionalização para os interesses que desenvolvem ao longo da vida, por fim se colocando no mercado de trabalho condizente com a especialização desenvolvida. Essa afirmação não implica que o conhecimento produzido fora da universidade seja menos importante, muito pelo contrário, já que são as condições externas que influenciam a universidade, inserida em uma lógica de mercado dos objetos de pesquisa na qual a produtividade e inovação funcionam como formas de elevar a importância do conhecimento acadêmico para além dos muros das IES. Embora tenha ocorrido um fenômeno gradual de investimento público e combate às desigualdades raciais na universidade pública, ainda se faz presente um discurso de que a gratuidade do ensino superior é um fardo coletivo que não contribui para além da universidade, de forma que essas cotas de incentivo são acusadas de contribuir com uma quantidade de monografias, dissertações e teses de pouco impacto no “mundo real” da população brasileira, que inclusive percebe esses estudantes hierarquicamente acima da população geral, que vivem de cargos e salários muitas vezes inferiores a uma bolsa de mestrado. A falta de contato da universidade com a sociedade se dá muito pela falta de financiamento e perspectiva institucional quanto ao impacto que se deseja no fomento a pesquisa

e tecnologia, e representam um problema institucional que prejudica a dinâmica dos estudantes e professores com a sociedade “lá fora”, divisão torpe para dizer o mínimo mas bastante real.

Na educação superior brasileira houve um processo de popularização e democratização muito importante para várias de minhas interlocutoras. Em tal processo, observou-se que, de maneira mais ampla, um grande segmento da população que não se via representada em cargos de poder e reflexão acadêmica passou a se inserir como parte da realidade acadêmica brasileira, contribuindo para os debates sobre raça, gênero e classe que não ocorriam no meio acadêmico mas passaram a ocorrer pela inclusão social dos grupos “marginalizados”, ainda privados estruturalmente pelo racismo, a violência contra pessoas LGBTIA+ e o poder patriarcal de constituir uma trajetória como os homens brancos das elites geralmente estabelecem.

As expectativas sobre a carreira acadêmica se chocam com a realidade quando os esforços e as dores empregados na profissionalização não encontram frutos imediatos ou mesmo a médio prazo, ainda mais quando se vive em torno de um imaginário coletivo de vencedores e perdedores, decorrente das poucas oportunidades de aperfeiçoamento científico pelos escassos incentivos econômicos. Entre minhas interlocutoras, o julgamento da família, a dificuldade em lidar com os professores e as diversas formas de se identificar ou não na qualidade de aluna exemplar contribuem para a gradativa estafa mental diante do tensionamento psíquico suportado, gerando um processo específico de somatização que resulta no diagnóstico do transtorno, agora passivo de intervenções simbólicas como a terapia e religião ou até mesmo o uso de medicamentos psicofarmacêuticos e mudanças de hábitos fisiológicos do dia-a-dia.

Existe uma quantidade considerável de estudos que trabalham a saúde mental dos estudantes de medicina, os mais afetados nas universidades por índices de suicídio e transtornos mentais (LIMA *et al.*, 2006; CONCEIÇÃO *et al.* 2019). Por outro lado, isso demonstra a escassez de estudos sobre a saúde mental em outras áreas do conhecimento. Espero que este trabalho seja uma possibilidade de expandir a interdisciplinaridade das relações que constituímos na comunidade acadêmica quanto à produção do conhecimento voltado para a saúde mental, reforçando a necessidade de uma perspectiva holística para a compreensão dos fenômenos relacionados ao corpo e ao binômio saúde e doença, e visibilizando outras formas de adoecimento menos analisadas, nesse caso, estudantes de um curso de Ciências Sociais, em grande parte de baixa renda ou vivendo sem suporte familiar.

Durante a pesquisa, algumas interlocutoras diziam estar deprimidas, mas não tinham recursos financeiros ou condições psicológicas de se organizar para um tratamento psiquiátrico. Tive acesso a registros de atestados de dispensa da coordenação do curso referentes a problemas de natureza psiquiátrica, e de todas as estudantes que constavam nos atestados, pude localizar apenas uma que esteve disposta a participar da pesquisa, enquanto as outras nunca “surgiram” para falar sobre seu adoecimento, pois não havia forma aparente de contatá-las, fosse pela secretária ou pelas redes de estudantes – que mal tinham conhecimento de vários dos colegas dessa lista. Também foi notável ao longo da pesquisa a esmagadora maioria de interlocutoras mulheres, e como quase todas as participantes, ainda que carreguem traumas e experiências graves, conseguem manter com naturalidade a vida acadêmica. Foi diante dessas dificuldades que pude compreender o quão delicada era a rede na qual estudantes universitárias se localizavam, quase sempre desaparecendo nas margens institucionais, soando o alarme para como as universidades percebem seus estudantes, e o quão rápido eles podem “desaparecer”.

Tendo feito a graduação no mesmo curso em que fiz campo, a pesquisa surgiu de forma a montar um quebra-cabeças das histórias que formaram meu imaginário sobre a graduação, em uma dinâmica etnográfica que muitas vezes me fazia voltar ao passado. Havia colegas próximos que escondiam por anos um diagnóstico e tratamento para depressão, e noites em que a bebida levava alguns às lágrimas e ao desabafo de histórias íntimas. Havia aqueles que pediam a colegas para avisar o professor que não estariam em sala de aula, e até mesmo episódios de choro durante a aula, devido à dificuldade em executar algo que um professor considerava “simples”. Em vários desses exemplos, certamente há abertura para recomendar práticas mais saudáveis com os estudos, mas para alguns alunos, simplesmente não existem condições para manter um equilíbrio emocional em meio às questões familiares, as distantes viagens de ônibus e as inseguranças e apreensões do estranhamento com “a vida acadêmica”. Infelizmente, por essas razões é necessário reconhecer o papel da docência como um firmado pelo humanismo na alteridade com o outro, algo que muitas vezes não ocorre, mas infelizmente faz parte de uma responsabilidade que os professores possuem com seus alunos, o elo certamente mais frágil da cruel hierarquia acadêmica vigente, diante de falhas administrativas estruturais que revelam a fragilidade social na qual nos encontramos como brasileiros.

Embora os elevados índices estatísticos indiquem que está ocorrendo uma “epidemia” de depressão pelo mundo (MACHADO e FERREIRA, 2014), vejo muitas situações que poderiam

ser contornadas ou relativizadas caso houvesse um grau maior de atenção para as questões dos estudantes que ingressam na universidade com necessidades específicas, que por sua vez sempre resultam no maior esforço do professor em conseguir observar esses estudantes e agir de acordo com as necessidades pedagógicas que venham a surgir, em um ciclo delicado de tensão pelo equilíbrio ideal para um ambiente não só de produtividade acadêmica, mas também de bem-estar e cuidado. Isso salienta que, geralmente, os melhores professores já são os que dão atenção para esse tipo de questões trazidas por estudantes para a universidade.

Várias de minhas interlocutoras são estudantes com notas altas e participativas, mas que de repente não conseguem exercer a mesma produtividade, enquanto outras relatam gravíssimas crises que adiam os planos acadêmicos por anos – por vezes confrontando a lógica de produtividade e meritocracia na qual os professores estão inseridos, mas reconhecendo que essa é a forma como funciona a ciência no Brasil e no mundo. Nessa lógica, observamos, a partir da revisão e reconhecimento pelos pares das pesquisas (que melhor atendem as demandas do mercado global de objetos de pesquisa) que esses critérios, no Brasil, são reforçados financeiramente por parâmetros econométricos de avaliação em última instância benéficos para as áreas do conhecimento mais “rentáveis” a curto prazo, como a engenharia e saúde, projetando um contexto de produtividade e lucratividade inalcançável para as ciências humanas e, conseqüentemente, uma constante precariedade para execução de pesquisas nessas áreas.

O Brasil possui várias instituições bastante singulares, como as universidades federais na garantia de autonomia intelectual e institucional, ou na própria existência do Sistema Único de Saúde (SUS), exemplos de como o investimento público na inclusão e democratização do acesso a dispositivos básicos para cidadania proporcionam mudanças pragmáticas e duradouras na sociedade. Percebo as universidades federais como um exemplo fundamental do que o país conseguiu produzir, apesar da pressão corporativa pelas privatizações e sucateamento das IES públicas. As universidades federais representam a produção do conhecimento, e são as primeiras a serem silenciadas por governos autoritários, mas também uma das principais ferramentas para o fomento da cidadania em nosso país.

Diferente do que imagino ser a compreensão da universidade sobre seus alunos, pude constatar um rancor e desamparo dos estudantes com as condições pedagógicas e do próprio espaço físico, o que não significa que a universidade esteja institucionalmente causando transtornos mentais, ao menos diretamente. A graduação parece ser um período de afirmação e

constituição identitária mais próxima das condições da vida social da qual pais e mães geralmente temem por seus filhos, e pelo fato de não haver supervisão familiar no *campus* da UFPE, constitui-se um momento de libertação do controle físico e moral que famílias possuem sobre os mais jovens, um período de autodescoberta e experimentação.

Pensando sobre a escolha da UFPE, é importante ressaltar que se trata de uma das universidades em Recife que menos “tutela” seus alunos, deixando na mão deles a responsabilidade de não se prejudicarem administrativamente e academicamente. Isso constitui uma relação bem diferente do que eu e muitos estudantes de elite temos no colegial da classe média recifense, no qual é mais frequente haver pouquíssima agência por parte dos alunos nas mais diversas questões burocráticas da vida colegial. Em minha experiência na graduação, percebo a ocorrência da inserção em um mundo no qual somos alunos, mas fazemos pausa para fumar cigarros nos corredores, temos avaliações e médias anuais e com frequência aliviamos o estresse em bares e ou pelo uso de drogas, enquanto paralelamente participamos de pesquisas que resultam em livros e viagens de campo, oscilando, com efeito, por ondas de responsabilidade e liberdade moral cada vez mais demonstrativas do mundo adulto.

Enquanto realizava o trabalho de campo, percebi a importância de analisar as dinâmicas e lógicas interpessoais na universidade a partir de uma perspectiva interseccional, passando pelos diferentes fatores sociais ligados à identidade dos sujeitos onde raça, classe e gênero são fundamentais, mas também pelo que convenciono nesta pesquisa através da categoria de juventude, ou geração. É importante lembrar que os casos de adoecimento mental que tenho observado pouco tem a ver com questões biomédicas determinantes, mas sim com um intrincado sistema de violência estrutural (FARMER, 2009) no qual racismo, machismo ou homofobia surgem constantemente como o poço de onde sentimentos de desesperança, solidão, culpa e falta de perspectiva contribuem para o quadro de adoecimento grave, enquanto a biomedicina busca o controle e domínio do corpo como paradigma de estudo dessas doenças, e é justamente nessa abordagem que sigo minha pesquisa.

Desde Marcel Mauss, o corpo tem sido tema de estudo em sua dimensão social, e possui em seus primórdios uma grande produção francesa, passando por autores como Émile Durkheim, Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss. Adoto uma abordagem teórica que contextualiza a relação de nossos corpos e a sociedade por meio das reflexões de Louis Dumont sobre a relação entre holismo e individualismo na contemporaneidade, o lugar do sujeito na matriz ideológica do

individualismo e como o conceito de holismo abrange um espaço teórico no qual valores são distribuídos de formas distintas, levando a diferentes construções físico-morais da realidade (DUARTE, 1986).

Dumont (1993) argumenta que conforme a teoria do liberalismo político se popularizava, uma inversão de valores estruturantes da nossa sociedade ocorreu, colocando o indivíduo, pela primeira vez, como função para a qual a coletividade estaria voltada, negando o pragmatismo holístico e gerando uma ruptura paradigmática das sociedades contemporâneas em relação às sociedades tradicionais: a posição de anterioridade da figura do indivíduo em relação à sociedade, não apenas nos direitos e deveres morais com a coletividade ou o lugar que inevitavelmente diz respeito a todos da estrutura hierárquica na qual estamos inseridos, mas tornando o tipo ideal de vida uma ilusão inalcançável.

A impressão é de que cada vez mais as expectativas entre universitários são frustrantes e ilusórias em relação aos seus contextos, tornando a graduação uma preparação para voos mais altos no mestrado e doutorado, ou a realização de que essa não é a vida que o estudante procura. Percebo que muitas desilusões e frustrações partem de uma dificuldade de reconhecer as próprias potencialidades, ou ter uma impressão equivocada sobre o que viria a ser o esforço e o objeto de pesquisa escolhido, mas é certo que nem todos possuem a infraestrutura adequada para produzir o conhecimento acadêmico, como o acesso a um computador, ambiente de trabalho, tempo de ócio – todas condições importantes para a produção do conhecimento, que se tornam raras na correria diária que estudantes de graduação vivenciam.

Quanto às práticas terapêuticas exercidas por psicólogos e psiquiatras, observa-se que faz parte de cada modelo terapêutico indiscutivelmente encontrar uma forma de apaziguar os sintomas típicos dos transtornos mentais não-psicóticos. Nesse contexto de ruptura, vejo a moralização persecutória dos desejos e a culpabilização psíquica como principais fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma suposta *major depressive disorder*, como no caso de um interlocutor homossexual que sob anos de repressão da família e das pessoas de seu bairro, acabou desenvolvendo um estado catatônico de depressão em uma espécie de alucinação das capacidades sensoriais, o que o levou a meses de desnutrição e imobilidade física, ocupados por memórias de um grande vazio na descrição desses momentos. Não pretendo aprofundar aqui no que é e o que não é psicótico nessas diferentes formas de adoecimento, mas irei abordar de forma mais abrangente os equívocos e incoerências de categorias tão específicas e ao mesmo tempo tão

generalizantes do campo biomédico, do qual surgem as descrições e tratamentos das doenças mentais, muitas vezes reduzindo da prática terapêutica o contato social, substituído pelo uso acachapante de psicofármacos.

Entre as várias dificuldades em se estudar saúde mental, a falta de uma materialidade que comprove a procedência nosológica das categorias utilizadas na psiquiatria revelam discussões sobre o estado atual da psicologia sendo aplicada sobre a sociedade, e como esse conhecimento toma por vezes decisões bastante ambíguas a respeito de seu modelo classificatório (RUSSO, 2006). Embora não haja evidências substanciais sobre a materialidade de uma doença como depressão no cérebro, há intervenções bioquímicas que surgem da fala e do relato, não de exames clínicos e outras formas “objetivas”, e consequentemente científicas de análise. Nossos corpos estão constantemente em choque com a inculcação de uma vida moral que inibe a livre expressão dos desejos subjetivos. Conforme essas jovens desenvolvem experiências próprias com o mundo sensível — tais como nossos olhos se fecharem ao sinal de intensa luminosidade ou nosso corpo absorver necessários nutrientes —, esses fenômenos descortinam uma série de características fisiológicas que nos colocam ou não em condição de realizar nossos desejos, sendo marcante da reflexão sobre o corpo a inserção da subjetividade e cultura nos processos de saúde e doença. Também é notável o fato de não pensarmos, na condição de um problema de saúde, a qualidade dos nutrientes ser limitada pela condição econômica ou os processos que levam alguém a escolher lentes de contato ao invés de óculos para vista, demonstrando que o corpo está constantemente relacionado com a cultura, e a cultura está diretamente vinculada ao corpo.

O corpo é a fonte de onde os estudos relacionados à saúde geram seus problemas científicos, e possui algumas singularidades no que diz respeito ao campo da saúde mental. Curiosamente, se tornou uma compreensão bem difundida entre colegas e pessoas com quem converso que falar de saúde mental é falar primeiramente sobre depressão, e, em seguida, sobre ansiedade, estresse ou até a mais nova adição no ICD-11 (2019) pela Organização Mundial da Saúde: a síndrome de *burn out*. Este trabalho é um esforço de dar corpo a noções que muitas vezes se comprovam por índices estatísticos, mas tomam forma nessa pesquisa por meio do método etnográfico e da reflexão antropológica.

Reconheço nesta pesquisa a importância metodológica de se pensar o corpo, mais especificamente a ruptura da dicotomia entre corpo e mente, por mais desafiador que possa vir a ser esse empreendimento do ponto de vista teórico e prático. Conforme aponta Dumont (1993)

no tocante à distinção entre individualismo e holismo, vejo que o holismo referente à relação que desenvolvemos com nossos corpos é uma das barreiras desconstruídas pela fenomenologia aplicada no campo da saúde (SELLS, 2004; MENDONÇA e CARMARGO Jr., 2016; COSTA e MAZZETTO, 2017), que reconhece as dificuldades em se tratar das doenças mentais a partir unicamente do paradigma biomédico, sem considerar a dimensão biopsicossociocultural da saúde.

Ao longo desta pesquisa, ficou claro que havia uma questão metodológica a ser atendida, referente à forma como era abordada um campo tão próximo da minha realidade como colega de algumas interlocutoras, mas também como estudante de graduação com minhas pré-noções e preconceitos. Considero que esse foi um momento da pesquisa no qual havia um “pecado científico” a ser pensado – era necessário pensar em como desenvolvê-la não *apesar* dessa questão, mas beneficiando-se desse suposto viés.

1.2. Expiando um “pecado científico”

Por muito tempo, o fato de ter me formado como estudante de Ciências Sociais – tido uma convivência com a instituição, os professores e estudantes – era para mim ao menos um incômodo e, em última instância, um “pecado científico”. Foram vários os momentos em que eu não via um campo como meus colegas, em que pudesse ser um antropólogo aos moldes de Malinowski entre os trombriandeses, pois continuava eu mesmo em um espaço ainda não observado atentamente, onde mais do que nunca deveria perceber meu entorno como algo a ser “estranhado”, me questionando sobre a própria validade desse distanciamento que eu buscava.

Foi importante para a pesquisa compreender o lado autobiográfico no qual eu estava me adentrando, na forma como colocaria minhas impressões como estudantes de graduação de modo a possivelmente comprometer minha metodologia. Havia várias pré-noções das quais eu não poderia me dissociar sobre os alunos e professores, e que potencialmente poderiam prejudicar minha pesquisa ou auxiliar como facilitador na inserção nos espaços onde iria fazer campo, reconhecendo a possibilidade de entrevistar colegas conhecidos e até amigos próximos, lembrando muito bem a trajetória de um célebre autor para a tradição antropológica brasileira.

Ao falar sobre proximidade e distanciamento, o valor da obra de Gilberto Velho (1981; 1994; 1998; 2012) no Brasil é indiscutível, chegando a ser um ponto determinante no meu posicionamento diante daquilo que percebo como “familiar” ao campo de pesquisa. Velho foi um

dos primeiros antropólogos a estudar grupos próximos da sua realidade social, notadamente o ambiente das classes médias “*white collar*” de Copacabana, ou seja, um grupo pertencente a certos aspectos de classe e capital cultural característicos da elite carioca a qual Velho pertencia. Uma contribuição ainda muito recente da obra de Velho para o pensamento antropológico não foi pensar a subjetividade como um empecilho, da forma como eu imaginava ser minha proximidade com o campo de estudo ao qual estava adentrando, mas entender que o familiar está estreitamente ligado a entendimentos relacionados a aspectos de classe e poder indissociáveis das relações cotidianas.

A etiqueta, a maneira de dirigir-se às pessoas, as expectativas de respostas, a noção de adequação etc. relacionam-se à distribuição social de poder que é essencialmente desigual em uma sociedade de classes. Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos *familiariza* com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. (VELHO, 1981, p. 127)

Essa pesquisa é fruto de entrevistas baseadas em um roteiro feito previamente, de forma semi-estruturada, seguindo uma trajetória cronológica da infância das interlocutoras até o lugar onde elas atualmente se encontram na universidade. Esses percursos estão ligados pela experiência de tristeza e sofrimento que lhes foram gradativamente infligidos até o atual estado delas. Nas sociedades contemporâneas, o individualismo parece bastante inclinado a reconhecer a tristeza e o sofrimento como emoções dignas de distanciamento e pena, como um prejuízo para a promoção do sujeito ideal que desejamos nos passar – aquele que possui as oportunidades, os direitos, qualidade de vida, e que com isso é capaz de agregar e fortalecer uma rede de relações, principal proteção que os sujeitos possuem para a própria saúde mental: o diálogo com os outros em um contexto de pertencimento.

Por fim, trago um relato auto-etnográfico sobre minha trajetória como estudante no colegial até a universidade, apresentando um pouco do formato em que se davam as entrevistas e o tipo de análise que eu vim fazer, levantando questões que se tornaram centrais para a pesquisa como um todo. Espero que esse relato contribua para o texto como forma de expor as subjetividades inerentes da minha perspectiva ao longo da pesquisa, mas também exemplificando

a abordagem que adotei no formato narrativo do material que estava interessado em analisar, e de forma alguma julgando ou cobrando de outros trabalhos que essa seja uma abordagem necessária, mas apenas expondo aqui minhas próprias questões e sofrimentos, pois vivemos em um mundo onde essas são condições tão essenciais quanto o concreto que dá forma aos edifícios da universidade.

Estar próximo do meu objeto de pesquisa trouxe feridas que passavam irrefletidas, autossabotagens e visões depreciativas de meu lugar como “impostor” nesse espaço de mentes e trajetórias brilhantes, que de forma alguma espelham o sangue, suor e lágrimas que pude ver na trajetória do conhecimento científico de sua base até os mais altos degraus da hierarquia. Creio, entretanto, que tenha sido uma oportunidade de aperfeiçoamento intelectual e emocional que me trouxe ao lugar onde estou, buscando uma relação com o conhecimento mais empático para tempos tão tortuosos como esse em que vivemos.

1.3. Uma trajetória pessoal

A primeira lembrança que tenho de colégio foi em uma instituição de perfil “progressista”, um colégio privado pequeno e com poucos recursos, mas repleto de atividades e vivências que ainda ressoam na minha vida adulta e de muitos ex-alunos. Havia aulas de expressão corporal, onde aprendíamos sobre a música e dança populares de Pernambuco, bem como aulas de matemática e ciências nas quais podíamos escolher o tema que iríamos estudar; comíamos coletivamente apenas alimentos naturais e até já houve uma aula sobre educação sexual, após uma série de conflitos entre alguns alunos sobre sexo e o corpo humano. Lembrando agora, percebo o quão formativo foi esse período, e a importância de exercer nos primeiros anos da escola relações de sensibilidade e compreensão entre crianças e adultos, mostrando a pluralidade de vivências e perspectivas de mundo e ensinando o que agora entendo como cidadania.

Com treze anos tive que mudar para um colégio católico na zona norte do Recife, em uma região de classe média alta da cidade, muito diferente do que eu estava acostumado: era obrigatório rezar todas as manhãs, não havia aulas de cultura popular, mas um grande investimento nos equipamentos de desenho e pintura, sendo tal investimento nas artes o que acabou por convencer meus pais de que essa seria uma opção melhor em relação a outros colégios. Foi um choque a ausência quase total de crianças negras, assim como a agressividade e

indiferença dos alunos com os funcionários e professores. Meu melhor amigo nesse período foi uma criança com TDAH e hiperatividade, claramente problemático e constantemente buscando por atenção, agindo como um “valentão” promovendo *bullying*, embora franzino e muito educado quando se dava a chance, sem falar em um talentoso desenhista. Esse meu amigo se suicidou em 2019, após uma vida adulta de muito sofrimento, o que me trouxe uma grande mágoa, embora tenhamos nos afastado desde o colégio. Me recordo como ontem a coordenadora desse colégio insinuando de que aos treze anos, eu não deveria estar andando com “más-influências”, me convencendo exatamente do oposto em sua fala cruel sobre uma criança evidentemente perdida e confusa. Ao longo da minha graduação, em apenas cinco anos tive conhecimento de ao menos dois suicídios que ocorreram na universidade, sem falar aqueles que aconteciam fora daqueles muros, nos arredores onde vive grande parte da comunidade acadêmica da UFPE.

Conforme os anos se passavam, minha adolescência apresentava um sutil deslocamento das brincadeiras e amizades inocentes para a competitividade nos esportes incentivada pelos colegas e o interesse no sexo oposto, acompanhado de decepções e deslocamentos típicos dessa época. Tendo feito todo o resto do meu colegial em uma área nobre da cidade, não havia drogas, escândalos sexuais e adolescentes grávidas (pelo menos não de forma explícita), mas percebo em retrospecto meu privilégio em morar numa residência estável no centro da cidade, e como o deslocamento geográfico tornou minha experiência de cidade bem diferente de meus colegas.

Durante o colégio, passei anos da minha vida andando de ônibus e observando os bairros pelos quais cruzava a cidade. Chegando no centro da cidade eu me sentia seguro, sob uma esfera acolhedora de sujeira e fumaça, onde eu sabia quais seriam os buracos no asfalto e onde os ambulantes estariam mais acumulados com suas barracas e mercadorias, passando pelo antigo cinema São Luiz na época em que estava fechado, caminhando pela beira do rio entre históricas pontes que hoje abrigam moradores de rua em busca de proteção. Havia assaltos ocasionais que assustavam, mas também os homens que descarregavam os caminhões de comida para os mercadinhos próximos, homens brancos de terno transitando brevemente entre edifícios do funcionalismo público, famílias a caminho do parque Treze de Maio com seus filhos, e finalmente, eu chegava em casa antes das duas horas da tarde. Nesse cotidiano, me perdi e me encontrei tantas vezes durante a infância, gerando não só meu romantismo pelo lugar de onde eu venho, mas um orgulho e entendimento da experiência que tive oportunidade de ter, e que tanto

disto de meus colegas da zona norte da cidade, muitos que tinham medo e não eram permitidos de vir ao centro da cidade onde eu vivia.

No ensino médio, havia um esgotamento físico e emocional de estar entre pessoas que julgava não possuir qualquer conexão ou interesse real, fora o horror das disputas masculinas por aprovação dos pares, que cada vez mais se definiam em relações sociais hierarquizadas, utilizando da exclusão como força de imposição dessa moralidade. Meus interesses não eram os interesses dos meus colegas, e parecia que me expressar ou manifestar opiniões diferentes era visto sempre como uma afronta. Ao fim do terceiro ano, enquanto todos decidiam por quais eixos iriam seguir, lembro de uma conversa com colegas das ciências exatas que não conseguiam entender como as Ciências Sociais viriam a ser o “estudo do homem”, os mesmos que desprezavam as aulas de filosofia ou sociologia por serem “fáceis demais”, enquanto física ou matemática eram as matérias que realmente valiam a pena estudar por serem difíceis. Com muita naturalidade, diziam de forma jocosa que eu estava fazendo um voto de pobreza, e que deveria ter cuidado para não me suicidar no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH).

No curso de Ciências Sociais da UFPE, deixei para trás uma experiência de colégio que era fortemente marcada por um ambiente homogêneo no qual a hierarquização masculina era fundamental se houvesse qualquer interesse de criar relações entre os colegas, de um lugar onde marcadores sociais de classe, gênero e raça não eram alvo de reflexão, mas da imposição de uma moralidade particular não-negociável de jovens de classe média alta, trazendo memórias amargas e ocasionais fugas de supermercados e festas, na tentativa sempre bem-sucedida de evitar contato com as pessoas do meu passado escolar. Havia professores que se esforçavam para passar o conteúdo e formar cidadãos críticos, mas ao mesmo tempo presos em um cronograma do vestibular, no qual o ingresso na universidade justifica o esforço realizado ao longo de três anos do ensino médio. Tive sorte de fazer a escolha que para mim foi correta na graduação, pela primeira vez conhecendo colegas de outras regiões do nordeste e de outras classes econômicas, que se esforçavam para estar na universidade e me ensinaram que existem diferentes mundos em que as pessoas habitam, me fazendo entender melhor quem é o outro, e quem sou eu nessa relação.

Embora traga uma ideia tão positiva sobre minha experiência acadêmica, também tive pontos muito negativos que carrego até hoje com culpa de não poder voltar atrás. A experiência de constante desinteresse e desilusão em relação ao meu próprio potencial sempre foram

calcadas no que via como mediocridade em relação aos meus colegas, que sempre demonstravam o quão longe eu estou nessa “competição”. Pré-requisitos que servem de “estímulo”, como a não reprovação para se obter bolsas de iniciação científica, boas notas e contato pessoal com professores, com frequência intensificavam a noção de que eu estaria sendo um aluno medíocre por não seguir esse caminho.

Ao longo de uma graduação que passou rapidamente, vendo colegas concretizando suas iniciações científicas e serem incluídos nas mais diferentes atividades acadêmicas, passei muito tempo tendo em mente que estava eu mesmo desempenhando o papel do medíocre nessa universidade, culpado por estar dando pouco de mim, cada vez mais questionando qual chance haveria para um aluno como eu, se a competição sempre pareceu tão implacável e as possibilidades tão escassas. Esse raciocínio não foi frequente só na minha experiência como graduando, mas também bastante evidente nos momentos de crise das minhas interlocutoras, cuja maior parte tinham boas notas e eram funcionais, mas de repente param de produzir, conscientes ou não de suas fragilidades e incapacitações. Muitas respostas estavam contidas nos bares universitários entre colegas igualmente nihilistas, capazes de discorrer horas a fio sobre determinado tema da antropologia, mas pagando o preço pela falta de interesse em outras matérias, quando muitas vezes os professores parecem ser forçados a ensinar ao invés de realmente estarem interessados e capacitados para a didática, sem falar naqueles que são rígidos e aplicam o mesmo tipo de crueldade que lhes foram acometidas quando alunos.

Vejo agora como várias das questões que vivenciei e pude observar entre colegas, seja a relação com a família (REPPOLD e HUTZ, 2003; BAPTISTA e OLIVEIRA, 2004), consumo de drogas e álcool (WEITZMAN, 2004; WAGNER e ANDRADE, 2008), ou por problemas inseridos na ideia de produtividade acadêmica, são questões refletidas de maneira intensa na universidade e que afetaram muito a vida de minhas interlocutoras, embora a gravidade do que ocorre em suas vidas não seja diretamente conectada ao consumo de drogas ou a relação familiar, mas com múltiplas dimensões de causa e efeito suportadas de formas diferentes em grau e recorrência.

Ser um jovem homem branco de classe média posiciona meus sofrimentos e frustrações em um grau bastante distinto de outros casos onde a fragilidade não é uma opção. Meus dilemas durante a graduação tinham o privilégio de estarem inseridos numa reflexão existencial dos meus desejos e inseguranças, enquanto a maior parte dos casos que abordo aqui tratam da

sobrevivência dos estudantes, da ascensão social daquele que representa toda sua família, até a subsistência precária em função de bolsas de estudos e auxílios universitários, opções que muitos tomam por serem a única forma de desvincular-se de situações familiares violentas e abusivas.

No começo da pesquisa, surgiram dificuldades e inseguranças típicas de uma primeira pesquisa científica, assim como percalços emocionais coletivos entre meus colegas de mestrado na pós-graduação, vivendo em meio a uma crise política infindável, cortes no orçamento das universidades e o puro clima de polaridade e conflito que inflama o mundo. Foi acima de tudo um desafio manter a mente tranquila, em flagrante paradoxo ao estudo e como o vinha realizando. Muitos colegas da turma de mestrado lidavam com insegurança econômica, falta de perspectivas sobre uma carreira na área e uma desilusão generalizada sobre o lugar do pesquisador em meio aos conflitos que ocorriam na política, na sociedade e na própria moralidade do nosso povo. Foi nesse meio que me formei como cientista social, e de forma recente comecei meu trajeto como antropólogo.

1.4. Estratégia metodológica

Ao ingressar no mestrado, relutei, mas resolvi dar início a um tratamento psicoterápico que mantenho até hoje. Todas as questões que venho trabalhando a fundo na bibliografia tornavam mais difícil encarar que eu pudesse de fato suportar as dificuldades, apreensões e solidões presentes na pós-graduação. Em outras palavras, estava lendo os dados e tomando uma saudável precaução. Não pretendo fazer uma grande análise auto-etnográfica, pois creio que esse seja um passo um pouco longo que não cabe nesse espaço, mas muitos *insights* foram particularmente valiosos no processo de autoconhecimento realizado, assim como reconhecer que eu partilhava várias coisas em comum com as interlocutoras.

Pude perceber na terapia uma dinâmica de retorno para episódios anteriores de minha vida, capazes de apresentar uma narrativa que agrega sentido e faz entender os problemas que vinha sentindo nas relações com a família, romances e amigos. A descoberta de si é algo difícil, leva tempo e dedicação e não é uma promessa de que as coisas serão mais fáceis, mas uma busca constante pelos motivos pelos quais fazemos o que fazemos. Mesmo que eu não tenha sido diagnosticado por minha terapeuta oficialmente, já conversamos sobre possivelmente eu ter uma síndrome chamada “distímia” (*persistent depressive disorder*, segundo o DSM-5), uma síndrome que ilustra bem como os manuais diagnósticos estão cada vez mais voltados para acomodar a

condição do deprimido nas diferentes particularidades que escapam da categorização biomédica, com objetivo de abranger o diagnóstico para esses grupos que não estão contemplados nosologicamente.

Muitas de minhas interlocutoras conseguiram realizar por pouco tempo um tratamento semelhante ao que venho fazendo, geralmente durante os momentos mais difíceis da experiência com o adoecimento, e quase sempre pelo apoio de alguém que esteja procurando cuidar delas, como amigos ou familiares. Vejo a oportunidade de realizar um tratamento psicológico como algo que deveria ser recomendado com mais ênfase na antropologia, pois essa não é uma reflexão meramente sobre o “Outro”, mas sobre a produção científica que nós como sujeitos realizamos, e o custo que essa produção pode acarretar para nossas vidas pessoais.

No campo, me encontrei no mesmo lugar onde passei os últimos anos da minha vida, vendo inclusive pessoas bem conhecidas da minha época de graduação, pois sequer o prédio era diferente. Estava no mesmo lugar de antes, mas dessa vez com outro olhar, que viria a ser apurado conforme me aproximava das interlocutoras. Realizei uma breve pesquisa quantitativa para mapear o perfil dos estudantes segundo os interesses da instituição. Por meio da plataforma e-Sic, solicitei o acesso a informações da coordenação de Ciências Sociais e tive o apoio da coordenação para consultar os dados referentes ao período de ingresso, trancamento de matrícula, tipo de ingresso, média nas notas, acompanhamento dos bolsistas e as justificativas feitas para realizar segunda chamada ou compensar a falta nas aulas. As justificativas eram escritas pelos próprios alunos, e quase sempre acompanhadas por uma dispensa médica, dado importante para a pesquisa, pois mostrava um quadro clínico assinado por um profissional de saúde e processado pela coordenação.

Os dados foram coletados no final do segundo semestre de 2018, e faziam parte da última organização administrativa que a coordenação havia feito. Havia mais justificativas e dados aos quais não pude ter acesso, pois esses eram arquivados em outro local que não tinha o aval requisitado no e-Sic, e a coleta feita diz respeito ao ano letivo de 2018 desde seu início. A maioria das justificativas por escrito possuíam atestados de psicólogos ou psiquiatras que descreviam a condição do aluno para se ausentar da universidade. Essa parte da análise se deu *in loco* e não foi feita uma cópia dos documentos, por se tratar de conteúdo sigiloso, mas foi suficiente recolher os nomes dos alunos e fazer um cruzamento com os outros dados que haviam sido coletados sobre média escolar, ingresso etc. Entre os estudantes com as justificativas por

escrito médico relatando casos de depressão e ansiedade, havia dez nomes, três de licenciatura e sete de bacharelado, todos com histórico escolar bastante acima da média, a maioria ingressa entre 2018 e 2017 no curso, e apenas um bolsista. Com um total de 419 alunos matriculados, 187 do bacharelado e 232 da licenciatura, foi observado que apenas um dos atestados era da rede pública, enquanto os outros eram relacionados a clínicas particulares, demonstrando como os estudantes que fazem algum tipo de tratamento geralmente optam pelo serviço privado.

Há 70 estudantes com auxílio estudantil – 46 são de licenciatura e 24 do bacharelado. Na listagem referente aos estudantes bolsistas com baixo rendimento escolar, apenas 8 são do bacharelado. Os estudantes bolsistas representam um caso interessante, no qual o auxílio financeiro da universidade gera ao mesmo tempo estabilidade financeira e um certo grau de ansiedade, pois há uma demanda por bons resultados desses estudantes, que se veem no constante medo de perder a fonte de renda. Outro ponto que gostaria de salientar, e esse vem de uma experiência própria que imagino ser partilhada em certo nível por professores e alunos, é de que a licenciatura e bacharelado possuem diferenças significativas com relação aos objetivos dos alunos que ingressam nessas modalidades. A opção pelo bacharelado é predominantemente ocupada por jovens recém-saídos do colégio que possuem condições de realizar um curso no meio da tarde, enquanto na licenciatura há uma presença maior de estudantes que trabalham ao longo do dia e destinam o horário da noite para os estudos, com o objetivo de se tornarem professores do ensino básico, no qual a demanda é maior. Há uma valoração bem diferente, por parte da comunidade acadêmica, entre essas duas modalidades: o aluno da noite é tido como menos disposto de tempo e o aluno da tarde como mais “hedonístico” e com mais tempo. Essas são pré-noções desenvolvidas em diálogos e discussões entre colegas, e por experiência própria ao realizar algumas cadeiras da noite, embora não esteja aqui apontando uma verdade fundamental a respeito de como se estruturam as graduações. Essa foi uma das formas de pensar o campo a partir dos dados buscados nesse mapeamento, agregando mais para pensar os tipos de pergunta que viria a fazer.

Inicialmente, meu interesse era encontrar e entrevistar as pessoas da lista dos dez estudantes que fizeram requisições com psiquiatras, e apenas uma pessoa dessa lista acabou por se tornar uma interlocutora. Realizei o contato com as outras interlocutoras por meio da rede social *online* Facebook, na qual lancei uma “chamada” para minha pesquisa em grupos de estudantes de Ciências Sociais, explicando quem eu era, o que estava fazendo e quais eram meus

requisitos para realizar as entrevistas que estava buscando. Deixei claro que se tratava de uma atividade de pesquisa científica com o aval do PPGA/UFPE, e tinha também o respaldo e consentimento da coordenação de Ciências Sociais caso fosse necessária qualquer outra forma de comprovação ou formalidade para assegurar o sigilo dos estudantes que não se sentissem plenamente seguros em participar da pesquisa. Caso houvesse interesse em participar da pesquisa, poderiam me contatar por meio do meu número de telefone, e-mail ou pela própria rede social. Entre um mês ou outro eu lançava novamente essa chamada na esperança de alcançar mais pessoas, o que acabou por ser produtivo, pois todas as vezes em que lancei a chamada havia algum tipo de retorno de pessoas que viam depois e daí me contactavam.

A orientação e os critérios da pesquisa para a participação das interlocutoras foram feitos de forma o mais abrangente possível. Ao publicar a temática da pesquisa, fui enfático que se tratava de uma pesquisa sobre o adoecimento mental, a experiência de se conviver com a depressão e ansiedade nas atividades do meio acadêmico e como haveria uma relação entre demanda acadêmica e o desenvolvimento de transtornos. Deixei claro que meu interesse estava em entrevistar estudantes que tivessem experiência com o tratamento psicoterápico ou o uso de psicofármacos, mas seriam bem-vindos aqueles que se sentiam aflitos e em condições de se identificar com o adoecimento mental, mas sem qualquer tipo de diagnóstico ou tratamento, pois muitos estudantes em estado grave sequer possuem qualquer apoio ou tratamento psicológico que legitime desconsiderar sua condição.

Se tratando de um adoecimento tão inerentemente subjetivo, tornei os pré-requisitos para participar da pesquisa o mais amplo possível, sabendo que a maioria dos estudantes não tinham condições financeiras para pagar o tratamento e medicamentos ou sequer o tempo para esse tratamento, que muitas vezes parecia algo trivial, substituível por alguma prática de autocuidado como yoga ou consumo de maconha. Um interlocutor disse que nunca passou pela cabeça dele ir a uma psicóloga mesmo com condições financeiras para tal, inclusive que se tivesse passado por uma consulta, teria tido o diagnóstico de depressivo. Coincidentemente, foi a única pessoa do sexo masculino heterossexual CIS, tendo referido sobre sua situação identitária como “todo hegemônico”.

Fora os dados básicos do perfil do estudante (nome, idade, religião, etc.), meu roteiro de pesquisa foi dividido em dois grandes blocos. Na primeira parte realizei perguntas sobre a trajetória escolar e como se dava o ambiente familiar, se já exerceu atividade remunerada, e quais

seriam seus posicionamentos sobre a universidade e seu lugar nela. Acontecia muito de grande parte do material da entrevista surgir nessa primeira parte, partindo de relações de abandono, violência familiar ou repressões no colégio. O outro bloco foi dedicado a compreender a condição de adoecimento das interlocutoras, como foram os períodos em que elas desenvolveram sintomas de depressão ou ansiedade, quais episódios acarretaram num agravamento da condição delas, quais tipos de práticas ou tratamentos são feitos, se consome remédios psiquiátricos ou utiliza drogas para controlar o adoecimento e qual o lugar da universidade nessa narrativa do adoecimento que as interlocutoras acabam por vivenciar.

A partir das entrevistas realizadas, teço esta dissertação em um formato que expõe as origens da universidade na qual esses estudantes estão inseridos, suas histórias de vida entorno do adoecimento e como podem ser organizadas cenas e narrativas etnográficas capazes de compor uma reflexão sobre a experiência do adoecimento psíquico. Apesar da dimensão física ser fundamental, ela não é determinante para o desenvolvimento do transtorno, estando o sofrimento que gera o adoecimento presente em uma dimensão inacessível pela materialidade das técnicas e ferramentas da biomedicina, mas acessível pelo método etnográfico a partir da reflexão antropológica.

Algumas das entrevistas acabavam por esgotamento da interlocutora ou eram interrompidas com momentos de choro ou nervosismo. Longe de querer estabelecer as emoções como um fator a ser desprezado, desde o encontro presencial até o momento de ouvir as gravações feitas, busquei compreender o melhor possível esse sofrimento e processá-lo na minha própria capacidade de entender os contextos em que as interlocutoras estão inseridas. Por fim, espero que esse texto seja a aproximação mais fiel daquilo que eu pude sentir ao ouvir minhas conversas, nesse objeto comum ao interlocutor e o pesquisador que é o trabalho final, na minha busca daquilo que podemos chamar de sofrimento universitário nesse fragmento no tempo e espaço que eu pude “inventar” com as interlocutoras, no qual a emoção não é um sinal de fraqueza, mas o extrato do qual espero contribuir para uma perspectiva diferente sobre os transtornos mentais e o fenômeno do sofrimento psíquico.

2. Hierarquia, individualismo e sofrimento

2. 1. Colapsando dualidades e construindo rupturas no campo da saúde mental

Entre os trabalhos recentes com a proposta de criar um modelo antropológico para fenômenos psicológicos, poucos tiveram o mesmo sucesso e reconhecimento que Thomas Csordas em “*Embodiment as a Paradigm for Anthropology*” (1990), artigo fundamental para entender a relação da cultura com a corporeidade, buscando caminhos na filosofia fenomenológica de Merleau-Ponty sobre o sujeito-objeto (2013) e Pierre Bourdieu quanto à teoria da prática e a categoria de *habitus* (1989, 2007), a fim de trazer a corporeidade para o centro da discussão antropológica.

Pretendo nesta parte estabelecer a relação do corpo com a teoria antropológica a partir do sujeito contemporâneo e a ideologia individualista (DUMONT, 1997), assim como as diferentes formas de compreender o processo de saúde e doença sob a perspectiva das perturbações físico-morais (DUARTE, 1986). Antes, entretanto, de me adentrar nesse longo percurso teórico, vale fazer a seguinte pergunta como ponto de partida: a incorporação é realmente um paradigma para a antropologia?

Sobre as revoluções científicas e giros paradigmáticos, Thomas Kuhn (1987) pontua que a aceitação de um paradigma “[...] deve parecer melhor que suas competidoras, mas não precisa (e de fato isso nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada.” (KUHN, 1987, p. 38) e que enquanto “[...] um indivíduo ou grupo produza uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes de ciência da geração seguinte, as escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente.” (KUHN, 1987, p. 39), demonstrando como a ciência tem sua dimensão social do consenso na comunidade à qual ela está inserida, vagarosamente se tornando parte de uma espécie de senso comum para os cientistas, naquilo que Kuhn denomina como “ciência normal”. Conforme as revoluções científicas se formam e trazem rupturas históricas sobre o conhecimento, proponho pensar três rupturas que podem ser consideradas paradigmáticas no campo das ciências humanas da saúde ao longo do século XX.

Cecília Minayo (2000) busca compreender como as ciências da saúde e ciências humanas se relacionaram ao longo do século XX, quais as perspectivas que podemos tomar sobre a prevalência do modelo biomédico e como a sociologia e antropologia estiveram inseridas nesse processo de avanços e descobertas. Para Minayo, a ciência veio a ter avanços acelerados nos

últimos anos, tornando necessário pensar as mudanças sociais por uma chave analítica e sócio-histórica de três correntes específicas do pensamento científico: o positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico.

A autora considera August Comte e Émile Durkheim como pais fundadores da sociologia e antropologia, e responsáveis pela difusão do positivismo como corrente epistemológica do rigor científico, das ciências da natureza para as ciências humanas, em que a noção de imparcialidade, reprodução do experimento e análise quantitativa restringem as possibilidades das ciências humanas, trazendo ao cientista social a responsabilidade de “[...] se comportar frente a seu objetivo de estudo — a sociedade, qualquer segmento ou setor dela — livre de juízo de valor, tentando neutralizar, para conseguir objetividade, na sua própria visão de mundo.” (MINAYO, 2000, p. 39-40).

No segundo momento, em meio a rupturas institucionais que vinham ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos durante os anos de 1960 – os movimentos feministas e contra segregação racial foram pautas que avançaram rapidamente nos círculos acadêmicos –, surge na França a segunda ruptura epistemológica: a fenomenologia. Filósofos como Husserl, Schutz e Merleau-Ponty foram emblemáticos no entendimento de que para um projeto do conhecimento, a subjetividade tem papel integral na compreensão que tomamos do mundo. Em meio à contracultura da época, cada vez mais se percebia uma tendência crítica ao objetivismo científico, argumentando a favor de se pensar a autocompreensão objetiva como inerente da subjetividade cultural que desenvolvemos coletivamente, e propondo assim que há um conhecimento objetivo possível de ser compreendido por meio da construção subjetiva dos sujeitos.

Na obra de Merleau-Ponty, o entendimento da corporalidade como marco fundante do ato de perceber é essencial para Thomas Csordas, e além de atestar as condições imediatas nas quais nos encontramos no mundo, também expõe os limites e possibilidades que temos de entendimento da realidade partindo de uma corporalidade particular e finita. Alinho minha perspectiva teórica à reflexão fenomenológica no sentido de que, conforme os fenômenos entre corpo e mente vão se tornando mais inter-relacionais e dicotômicos, fica evidente que a objetividade científica possui limites nos quais a fenomenologia, por meio de técnicas filosóficas de compreensão da realidade, acrescenta muito à reflexão antropológica dos fenômenos relacionados à saúde, e em particular os transtornos mentais, por vezes adotada

metodologicamente por profissionais de saúde em busca de aprofundar a dimensão do sujeito em suas práticas terapêuticas e estratégias hospitalares.

Saúde/doença passam a ser tratadas não como categorias a-históricas mas como um processo fundamentado na base material de sua produção e com as características biológicas e culturais com que se manifestam. São vistas como manifestação tanto nos indivíduos como no coletivo, “de formas particulares de articulação dos processos biológicos e sociais no processo de reprodução. Assim, o individual, da mesma forma que o coletivo, são fenômenos biológicos socialmente determinados” (Castellanos: 1985, 140). (MINAYO, 2000, p. 76)

Mas de volta à pergunta inicial, seria a incorporação um paradigma antropológico? Csordas propõe a compreensão do corpo como centro por onde a dimensão simbólica dos fenômenos ligados a saúde e psicologia ocorre, trazendo a atenção para as somatizações coletivas em eventos religiosos ou depressão entre povos tradicionais indígenas (CSORDAS, 1990; 1993; 2000), entrelaçando aquilo que a mente faz ao corpo e o corpo faz a mente, de forma semelhante às “estruturas estruturadas estruturantes” de Bourdieu (1989), onde o movimento cíclico da invenção da cultura (WAGNER, 2010) surge como envolvimento metafísico e empírico da cultura e de nossos corpos. Com efeito, trago aqui a incorporação como reflexão teórica pela relação que estabelece entre a estrutura e o indivíduo, realçando a importância do corpo na obra de Merleau-Ponty e demandando uma reflexão sobre o trajeto do próprio corpo na teoria antropológica.

Em “As técnicas do corpo” (2003), Marcel Mauss demonstra como a cultura e o corpo são interdependentes conforme as práticas e *habitus* desenvolvidos e aperfeiçoados ao longo da história das diferentes culturas, como dormir, caçar, nadar ou carregar os filhos. Vale lembrar que a categoria de *habitus* utilizada por Bourdieu foi em certo sentido cunhada nesse mesmo trabalho de Mauss, apontando a importância dos contextos de “prestígio”, e empregando o uso do *habitus* como influência das forças externas no indivíduo subjetivo.

Observem que digo em bom latim, compreendido na França “*habitus*”. A palavra exprime, infinitamente melhor que “hábito”, a “*exis*” [hexis], o “adquirido” e a “faculdade” de Aristoteles (que era um psicólogo). Ela não designa os hábitos metafísicos, a “memória” misteriosa, tema de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses “hábitos” variam não simplesmente com o indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição. (MAUSS, 2003, p. 404)

Em outro influente texto, Mauss investiga a categoria de pessoa em “Uma categoria do Espírito humano: a noção de Pessoa, a de ‘eu’” (2003), onde aprofunda sua análise sobre a individualidade e a subjetividade no campo fenomenológico, ou como ele prefere colocar, “metafísico” da categoria de Pessoa, mostrando ao longo da história como o conceito de “Eu” presente na contemporaneidade é uma construção recente, validando a discussão a respeito da divisão entre corpo e mente, a relação entre o espírito humano e a pessoa, referindo ainda ao “[...] ‘culto do Eu’ (sua aberração) e o respeito ao Eu - em particular, ao dos outros (sua norma).” (MAUSS, 2003, p. 371).

Incidentalmente, Mauss chega no campo da fenomenologia por necessidade quanto ao *status* epistemológico da condição de pessoa, muito semelhante a como Csordas fundamenta seu paradigma da incorporação. Para Csordas (1990), existe uma fragmentação na forma como os seres humanos percebem a relação entre espiritualidade e corporalidade individualmente, em que a espiritualidade poderia ser posta como manifestação da coletividade, seja totêmica ou cristã, e a corporalidade seria fruto de práticas e *habitus* construídos ao longo dos anos, também resultado de uma coletividade tradicional, mas ao mesmo tempo revelando a capacidade de agência dos indivíduos. A incorporação, para Csordas, não é apenas a manifestação da cultura sobre os corpos (embora essa seja uma perspectiva que já acrescenta muito para o campo da saúde), mas um foco na concepção sobre o que vem a ser o corpo e a mente dentro de um esquema holista. Somo constituídos de concepções de mundo cercadas pelo pensamento positivista e o advento da ideologia do individualismo no capitalismo contemporâneo, mas pensando a partir da metafísica do pensamento fenomenológico e da materialização das possibilidades do mundo na teoria da prática, podemos dar corpo à cultura e agência aos sujeitos em nossas análises de forma a conceber um colapso nessas duas formas de categorização.

Mauss ([1938] 1950), in his fragmentary but influential discussion of the person, suggested that all humans have a sense of spiritual and corporal individuality. At the same time, he argued that particular social conditions were associated with qualitative differences among the totemistic personage, the classical persona, and the Christian person. [...] It is of methodological concern that he saw the person as associated with the distinction between the world of thought and the material world as promulgated by Descartes and Spinoza, since the paradigm of embodiment has as a principal characteristic the collapse of dualities between mind and body, subject and object. (CSORDAS, 1991, p. 7)

À medida em que podemos concluir que o mérito da incorporação de Csordas está em colapsar as dualidades entre corpo e mente, me pergunto o que sobra de tal colapso. Como todo bom empreendimento científico, a antropologia depende de postulados paradigmáticos que por vezes parecem ser “caminhos para boas práticas”, afinal, tenho em mente que várias das concepções equivocadas que a biomedicina e a espiritualidade invocam partem da mesma ruptura entre corpo e mente, dificultando tanto a validação dos postulados positivistas quanto dos fenomenologistas.

Um colapso entre as categorias de corpo e mente implica na impossível tarefa de rearranjar o pensamento contemporâneo de algo que ele vem se dissociando ao longo de séculos. Não pretendo me ater às infindáveis discussões filosóficas de autores como Descartes sobre a racionalidade da mente e a instrumentalização do corpo humano, e tão pouco pensar que uma chave foi encontrada e o caminho foi posto por Mauss, pois tanto a materialidade física quanto a dimensão simbólica são temas fundamentais da antropologia, especialmente quando observamos os debates sobre natureza e cultura, outro valioso problema epistemológico para a antropologia.

Reconhecendo meu humilde papel como pesquisador na busca por compreender transtornos relacionados à saúde mental de jovens universitários, não creio que seja esse o espaço para dar cabo a tais grandes questões de minha área de atuação. Cabe, entretanto, propor e prezar pela contínua reflexão dessas questões, que cada vez mais apontam para a interdisciplinaridade e novas práticas na arena epistemológica em que corpo e mente não apenas colapsam, mas estão sob disputa política.

Em grande medida, a interdisciplinaridade tem se tornado quase que condição para pensar os fenômenos no campo da saúde mental, que não podem ser compreendidos e tratados a partir de uma medida biomédica ou simbólica, mas como uma incorporação da realidade social sobre o corpo individual, necessariamente levando a determinadas atitudes, práticas e costumes correspondentes a essa interdependência entre o físico e o moral. Nesse binômio, o moral é atizado e tratado pela conversa e na psicanálise, enquanto o físico é tratado pelas supostas insuficiências ou excessos químicos que ocorrem no corpo (e no caso da saúde mental, no cérebro). Em confluência com o colonialismo, foi imposto pelo mundo ocidental a implementação da ciência biomédica como o padrão hegemônico vigente, desqualificando práticas e saberes tradicionais que ferem outras epistemologias e conhecimentos de mundo, na fina linha abissal entre “nós” e “eles” (SOUSA SANTOS, 2009). Como uma balança que pende

apenas para um lado, o ocidente restringiu as condições simbólicas de tratamento na saúde mental pois as causas muitas vezes estão embutidas no sistema de dominação hegemônico.

Um clássico exemplo para pensar os efeitos simbólicos da saúde no contexto não-ocidental está em “A eficácia simbólica” (2008), de Claude Lévi-Strauss. O ritual que ele narra é baseado em uma transcrição voltada para a realização de um parto por uma autoridade sagrada, e tem como finalidade a execução segura do parto por meio da intervenção simbólica do mito, que trata ambigualmente sobre entidades sagradas disputando uma luta nos próprios órgãos da mulher que está parindo, e por meio da narração e invocação do ritual, cria um sentido e propósito que contribuem para o parto ser realizado de forma mais segura.

[...] é a passagem para essa expressão verbal (que ao mesmo tempo permite viver de forma ordenada e inteligível uma experiência atual, mas que sem isso seria anárquica e indizível) que provoca o desbloqueio do processo fisiológico, isto é, a reorganização, num sentido favorável, da sequência de cujo desenrolar a paciente é vítima. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 282)

O exemplo clássico de Lévi-Strauss traz à tona uma versão diferente daquilo que temos nas sessões de terapia ocidentais: a reprodução de um fenômeno simbólico em sintonia com uma condição fisiológica partilhada entre o “curandeiro” e a “paciente”. Em pessoas com ansiedade, situações onde se sintam psicologicamente suscetível a ter uma crise promovem o aceleração dos batimentos cardíacos, tontura e consequências mais graves como desmaios ou vômitos. Fenômenos catárticos de alto impacto, como o exemplo de Lévi-Strauss, tornam claro o emprego da dimensão simbólica na mudança do estado fisiológico dos sujeitos, mas também a função social que essas estruturas de apoio possuem em diferentes sociedades.

Entre minhas interlocutoras, pude perceber o quanto a ausência de uma rede de apoio real para os problemas práticos da vida é uma fonte por onde o transtorno se desenvolve. É na experiência da autenticação de si para o núcleo familiar, e na manutenção dos direitos como visto na universidade que as interlocutoras buscam autonomia financeira para se inserirem na esfera do “mundo adulto”. A proximidade com o fim do curso torna cada vez mais presente uma etapa da vida na qual as dificuldades e injustiças se tornam mais claras, e os limites e possibilidades que temos dentro de condições de classe, raça e gênero particulares de cada sujeito fazem parte do processo de amadurecimento, que entre as interlocutoras se estabelece nos princípios da desilusão ou decepção com o mundo, seja em relacionamentos amorosos ou na rigidez do trabalho profissional (acadêmico ou não).

Aquilo que psiquiatras ou psicólogos poderiam considerar as camadas por onde o “eu”, “isso” e “super Eu” estão dispostas, vejo de forma generalizada em minha pesquisa, e na teoria antropológica que busca “colapsar dualidades”, como o espírito abalado e transformativo da subjetividade, onde episódios de dor e sofrimento difíceis de descrever e passíveis de serem traçados, interpretados e esclarecidos na terapia permanecem de forma contínua em uma biografia pessoal que urge por transformar essa condição em algo mais palatável e compreensível. É pela moral coletiva que levamos os mais intensos choques e colisões de valores, e é pelas suas sanções e bonificações que compreendemos a interseccionalidade e a dimensão simbólica à qual estamos vinculados, a partir de estruturas de poder pré-definidas e ativamente responsáveis pelos rumos biográficos dos indivíduos.

Mais do que uma dimensão eterna e abstrata de nossas relações, a moral é um movimento contínuo, coletivo e invisível, a própria força que movimenta o *habitus*. Vivemos sob uma cultura onde a materialidade e a objetividade são conceitos alinhados com a hegemonia que suprime os aspectos triviais e estéticos da vida humana, estabelecendo prioridades em uma hierarquia de valores que vem tornando a vida por vezes sufocante. As condições de capital cultural com que os estudantes chegam nas universidades, as diferentes cobranças de professores, os professores que abusam psicologicamente das estudantes, até o nervosismo em optar por cadeiras à noite (considerando o perigo de transitar pelo campus para mulheres), dentre tantas outras razões, contribuem para uma gradativa estafa mental característica da universidade, que em conjunto com as dificuldades interseccionais que podemos evidenciar na sociedade brasileira, chegam ao ponto de levar o estudante universitário a escolher entre comprar a passagem de ônibus ou a alimentação ao longo do dia.

Por fim, gostaria de retornar para o texto de Minayo sobre as grandes correntes do pensamento nas ciências humanas e da saúde, chegando finalmente ao materialismo histórico. Segundo Minayo, “[...] a lógica dialética introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que explica a transformação.” (MINAYO, 2000, p. 68), havendo uma clara diferença entre aquilo que é a consciência (ou subjetividade) individual e a realidade objetiva, muito embora as duas estejam unidas nas transformações e processos históricos que ocorrem conforme uma dá lugar a outra. O marxismo não gera apenas a hipótese de uma sociedade comunista onde só exista a classe trabalhadora, mas demonstra uma forma de entender a realidade a partir da tensão que a disputa de classes gera.

Como venho demonstrando por esse modelo de Minayo, vejo o positivismo sociológico como uma corrente científica que rejeitou a subjetividade e teve um alinhamento com o modelo capitalista bastante frutífero, pertencente e peça fundamental na dominação sobre os corpos das pessoas que compõe as parcelas rejeitadas pelo poder hegemônico. O materialismo dialético traz uma nova visão a respeito do papel da ciência e do posicionamento inevitavelmente político que o cientista deve ter, trazendo à tona a noção de perspectiva para se refletir a capacidade que os sujeitos tem de mudar a realidade material, se posicionando em relação a tensão da disputa de classes, mas fundamentalmente sobre as desigualdades e injustiças que podem ser observadas nesses campos do saber.

[...] a cultura enquanto produtora de categorias de pensar, sentir, agir e expressar de determinado grupo, classe ou segmento, articula as concessões, os conflitos, a subordinação e as resistências e lhes oferece sentido. Ela é um espaço de expressão da subjetividade, mas é um lugar objetivo com a espessura do cotidiano por onde passam e ganham cor os processos políticos e econômicos, os sistemas simbólicos e o imaginário social. Em relação à saúde, a cultura, vista a partir dos sujeitos individuais ou coletivos, expressa a totalidade fundamental do ser humano que se resume no perene conúbio entre corpo e mente, matéria e espírito, e que Marx tão bem descobre na seguinte citação: “A visão da totalidade parte do *indivíduo real particular*, porque a *coletividade contra cuja separação de si, reage o indivíduo*, é a verdadeira coletividade do homem, o *ser humano*” (1972, 75). (MINAYO, 2000, p. 85)

Do tensionamento dos processos relacionados à produção material e simbólica, a importância de analisar a disputa política é cada vez mais evidente, como podemos ver no Brasil contemporâneo, onde o noticiário político vem se tornando um esporte nacional. O mundo vive um novo processo de polarização e tensionamento político, e dessa tensão surgem tristes efeitos que parecem reverberar profundamente na suposta epidemia global de transtornos depressivos e ansiosos. Conforme vemos na história brasileira, são muitos os casos em que o corpo humano esteve sujeito ao controle das elites médicas. Do controle dos direitos reprodutivos das mulheres (GOMES *et al.*, 2018; LEMOS, 2014) até a violenta relação da polícia com jovens negros (ANUNCIAÇÃO *et al.*, 2020), vivemos no presente os horrores da história, e os corpos são a principal substância desses quase eternos processos de controle e subjugação, seguido de resistência, conflito e mudança.

Há poucos meses de quando escrevo este texto, uma criança negra filha de uma empregada doméstica foi morta em Recife por uma patroa branca que soltou a criança no elevador esperando que ele fosse capaz de encontrar sua mãe, e não de sofrer um acidente que

resultasse na sua morte. Enquanto isso, a mãe/empregada passeia com o cachorro da patroa inconsciente do que acontecia com seu filho. Diante desse caso, não é apenas a solidarização sociológica dos nossos corpos que está sendo transformada com a cultura, mas a própria sobrevivência em um contexto de dependência hierárquica, uma dependência que não apenas é ilustrada por episódios como esse, mas aponta para a disparidade de mundos, de valores e de possibilidades de existir. Quando a própria possibilidade de existência é posta em risco, nos vemos próximos daquilo que Giorgio Agamben chama de *homo sacer* (2007), ou sob a nova perspectiva de Mbembe (2014) a respeito da “necropolítica”, em ambos os casos, a sistematização dos corpos matáveis.

Embora a discussão sobre gênero e raça seja algo visto como secundário diante do panorama econômico (uma condição sintomática da nossa contemporaneidade), percebo que assim como o exemplo do caso do assassinato do pequeno Miguel, o trabalho etnográfico realizado com as estudantes de graduação demonstra uma perspectiva própria do desenvolvimento de transtornos mentais, no qual tipos diferentes de violência simbólica e física trazem à tona questões relacionadas ao ambiente familiar e seu deslocamento no tempo universitário, já que após uma vida no colegial as interlocutoras chegam na universidade rompendo a relação quase umbilical de dependência que a menoridade jurídica proporciona (que as famílias nem sempre cumprem), descobrindo por vezes outros mundos de desejos que rapidamente podem se tornar uma fonte de culpa e sofrimento quando estigmatizados como “imorais”. Em algumas de minhas entrevistas, a repressão era algo fisicamente abusivo e em outras algo intocado e incommunicável, variando ao longo de classe social, raça e gênero. Foi meu foco ao longo desta pesquisa ter sempre em mente que as tensões existentes nas relações de dependência podem ser rompidas ou mantidas, mas inevitavelmente sentidas quando o sofrimento psíquico se torna insuportável.

Nos casos analisados, o desenvolvimento do transtorno implica em uma reflexão sobre como o corpo é compreendido diante de sua experiência com o adoecimento, seja no consumo de psicofármacos, a experiência catatônica ou as chamadas crises (que variam entre ataques de pânico e crises de ansiedade). Trata-se de uma experiência traumática e emblemática para elas, no espectro de tentar o suicídio até o impacto emocional de se escrever uma monografia. Ocorre então um processo de somatização muito complicado de se observar, pois se baseia na autorreflexão e interpretações subjetivas sobre dor, sofrimento, tristeza, cansaço, entre tantas

outras categorias, mas mesmo entre minhas entrevistadas, podia ser constatada nos sonhos relacionados ao trauma, coceiras que iam e vinham em partes do corpo, nos banhos de sais para libertar dos espíritos ruins, psicofármacos não receitados por amigos da família, mudanças de dieta para emagrecer e se encaixar na normatividade, entre tantas outras formas ligeiras de alteração corporal que implicam sérias consequências para a saúde mental *da/para* a Pessoa.

O adoecimento mental é tanto um fenômeno biológico quanto cultural, como podemos bem evidenciar na antropologia francesa, particularmente em categorias como Pessoa, sujeito e individualismo, as quais pretendo desenvolver mais adiante. Dessa percepção sobre o corpo, as diferentes hierarquias presentes em nossa sociedade ordenam e modelam os sujeitos a partir das categorias de raça, gênero e classe social, que podem ser ampliadas e estruturadas de diversas formas, evidenciando o quão relacionadas são as condições identitárias que refletem nossos corpos na sociedade.

Conforme será explanado na próxima seção, o advento do individualismo, ou seja, a proposta de libertação do sujeito por meio do igualitarismo e da liberdade induzida pelas estruturas hegemônicas, com efeito tornou-se a contradição pela qual podemos caracterizar as incoerências de nossa contemporaneidade tão adoecida. O colapso entre o corpo e mente não é uma forma nova de conceber as condições em que estamos situados socialmente e biologicamente, mas uma forma antropológica de se compreender como a estrutura hegemônica na qual os indivíduos estão inseridos divide e rearranja os sujeitos pelo campo da moralidade e do objetivismo científico. É na concepção de que somos iguais que falhamos em aceitar e compreender as diferenças que constituem a cultura, nas feridas expostas da convergência histórica que o colonialismo colocou os negros e brancos no mundo, na subjugação da mulher e na opressão às classes trabalhadoras.

2.2. Produção, competitividade e meritocracia nas hierarquias acadêmicas

[...] só aquele que se volta com humildade para a particularidade mais ínfima é que mantém aberta a rota do universal. (DUMONT, 1997, p. 52)

Há um discurso bastante comum entre as interlocutoras e estudantes com quem eu tive contato ao longo da pesquisa e em minha graduação, que coloca o estudante na posição de oprimido em uma estrutura acadêmica adversária, como se os interesses do “alto” escalão

administrativo da máquina pública estivesse constantemente em conflito com a “base” da universidade. Em 2015, tive a oportunidade de participar de uma ocupação da reitoria da UFPE, e lembro da sensação de estar entre indivíduos que tinham várias intenções paralelas ao movimento estudantil e incoerências típicas em mobilizações de massa, mas sempre com a mensagem de que aquilo se tratava dos direitos dos estudantes, seja na revolta pela qualidade do restaurante universitário ou na falta de segurança no campus. Havia uma distância quase fantástica entre o alto poder da universidade e o baixo poder do alunato, e foi especialmente marcante o dia em que o reitor veio, às quatro da manhã, junto ao aparato policial do estado e carregando o pedido de reintegração de posse, tomando de volta a ordem e o controle do edifício público o qual estava sob disputa.

Como se a ocupação em si não tivesse rompido com a ordem o suficiente – a possibilidade de um conflito com a polícia e expulsão de estudantes parecia bem real –, foi particularmente marcante ver um sujeito, no caso o reitor, que se colocava inteiramente como peça diante de uma totalidade maior, consequentemente como representante de um nível superior dentro de sua própria hierarquia, enquanto nós, os estudantes, desmoronávamos quando se estabeleciam hierarquias na homogeneidade moral de nossa condição de estudante, desprezando movimentos estudantis de cunho político por separar a massa, que obtinha seu poder do volume e pureza da nossa condição como estudantes, neutros e manifestando um desejo difuso sob a forma de um agrupamento sem rumo.

Creio que a discussão quanto à dicotomia entre corpo e mente se encontra em uma outra condição mais estruturante das coisas, nas dicotomias possíveis do modelo hierárquico de Louis Dumont (1993; 1997; 2000), refletindo sobre como os níveis hierárquicos presentes na universidade evidenciam contextos como o que illustrei acima. Irei apresentar quais as contribuições da teoria da hierarquia para entender o adoecimento em sua dimensão estrutural, como pensar o sofrimento a partir do binômio individualismo e holismo, e qual a importância dessa reflexão no panorama brasileiro, em particular pela influente obra de Luiz Fernando Dias Duarte (1986; 1998; 2017).

Ainda em território francês, gostaria de trazer a obra de Dumont partindo de uma breve discussão do texto “Algumas formas primitivas de classificação” (1903), escrito por Émile Durkheim e Marcel Mauss, pondo em questão como a separação e ordenação da vida se trata de uma característica universal da subjetividade, na qual “[...] o esquema da classificação não é um

produto espontâneo do entendimento abstrato, mas resulta de uma elaboração na qual entraram todos os tipos de elementos estranhos.” (MAUSS, 1981, p. 403). Esses “elementos estranhos” implicam que há uma ordem específica, seguida e reproduzida por meio da educação, fundamental para “[...] inculcar-lhe maneiras de pensar que jamais poderia ter instaurado por suas próprias forças e que são o fruto de todo o desenvolvimento histórico.” (MAUSS, 1981, p. 402). Mauss foi um autor fundamental por inserir a psicologia nas reflexões antropológicas, trazendo à tona, com Durkheim, um aspecto universal que estrutura o modo como produzimos nosso entendimento do mundo.

Os lógicos e mesmo os psicólogos aceitam ordinariamente como simples, como inato ou, ao menos, como instituído unicamente pelas forças do indivíduo, o procedimento que consiste em classificar os seres, os acontecimentos, os fatos do mundo em gêneros e em espécies, em subordina-los uns aos outros, em determinar suas relações de inclusão e de exclusão. Os lógicos consideram a hierarquia dos conceitos como dada nas coisas e imediatamente exprimível pela cadeia infanta dos silogismos. (MAUSS, 1981, p. 400)

É constitutivo do indivíduo a capacidade de classificar, que dentro de uma perspectiva múltipla no tempo e espaço e inserida em diferentes conjunturas sócio-históricas, promovem práticas e costumes coletivamente aceitos ou não, formando uma cultura particular na qual existem limites físicos e morais com graus diferentes de participação e engajamento, tornando nossa visão sempre um pedaço de algo, e nunca a totalidade das coisas. O funcionalismo exacerbado de Durkheim, cuja voz soa mais alta do que Mauss na leitura, aparenta ser um prenúncio não só do pensamento hierárquico, mas também do estruturalismo francês que está por vir, aproximando-se de uma noção de totalidade estrutural aos outros seres vivos e objetos, como no exemplo do agrupamento totêmico alemão *Naturvölker*. “Sua personalidade e a de seu *fellow-animal* constituem uma coisa só. A identificação é tal que o homem assume os caracteres da coisa ou do animal de que é assim aproximado.” (MAUSS, 1981, p. 401).

Conforme tece uma gênese das classificações em sociedades totêmicas, onde a relação dos humanos com os animais é bastante representada, Mauss e Durkheim percebem nesse padrão como a classificação se torna algo semelhante à noção aristotélica de substância, pensando em um suposto componente que torna o indivíduo verdadeiramente singular, quando na verdade seu lugar na estrutura é que o torna singular, ou seja, é apenas diante de uma totalidade que podemos ter uma referência na constituição de mundo que foi inculcada por meio da educação.

Mauss e Durkheim tiveram importância fundamental na obra de Claude Lévi-Strauss (1989), que por sua vez mudou o campo da antropologia e trouxe o estruturalismo como uma corrente paradigmática do pensamento. Lévi-Strauss já havia saudado Durkheim no próprio título de “As Estruturas Elementares do Parentesco” (1949), além de possuir a famosa introdução para a obra de Marcel Mauss (2003), ambos exemplos da capacidade do autor em destrinchar uma parte valiosa da teoria antropológica em seus primórdios. Pretendo, aqui, me referir brevemente à similaridade entre essa visão do indivíduo como intuitivamente classificador e o papel do cientista em “O pensamento selvagem” (1989).

Lévi-Strauss aponta como as práticas e costumes entre os povos ameríndios estão ligadas pela classificação e ordenamento da realidade natural ao redor, demonstrando essa característica em várias etnografias com povos que tinham vasto conhecimento sobre a fauna e a flora. Esses conhecimentos foram resultado de um processo histórico fruto das grandes revoluções científicas do neolítico, período o qual Lévi-Strauss considera fundante da condição humana nos séculos subsequentes. “Cada uma dessas técnicas supõe séculos de observação ativa e metódica, hipóteses ousadas e controladas, a fim de rejeitá-las ou confirmá-las através de experiências incansavelmente repetidas.” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 29). Os conhecimentos que atribuímos à noção de “tradição” só foram possíveis devido à capacidade analítica e classificatória do ser humano ao longo do tempo, por meio da tentativa e erro, propagada na oralidade ou na escrita, e são de fundamental importância para refletir como as revoluções tecnológicas são difundidas no pensamento humano como um todo, e como as diferenças entre práticas e costumes resulta em diferentes processos sócio-históricos.

[...] a natureza é feita de maneira a ser mais vantajoso para a ação e o pensamento agir como se uma equivalência que satisfaz o sentimento estético correspondesse também a uma realidade objetiva. [...] a classificação, mesmo heteróclita e arbitrária, preserva a riqueza e a diversidade do inventário; decidir que é preciso levar tudo em conta facilita a constituição de uma “memória” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 31).

Aquilo que entendemos como experiência subjetiva é uma manifestação tanto estética quanto existencial, que por meio dos corpos e das histórias de vida revelam aspectos determinantes impostos sobre os sujeitos. Nesse sentido, tornou-se um avanço revolucionário para as ciências humanas pensarmos em termos de prática e agência, buscando entender a movimentação dos atores inseridos em diferentes contextos, e conforme os sujeitos se dispõem

nesse quadro analítico, temos as narrativas biográficas e a subjetividade individual como fonte representativa daquilo que abstraímos e transformamos em teoria.

É nesse panorama que a obra de Louis Dumont surge como um “proto-estruturalismo” sob a mentoria do próprio Mauss e paralelamente a Lévi-Strauss e Mary Douglas, buscando por um fenômeno universal capaz de destrinchar as especificidades e paralelos possíveis pela comparação radical. Em sua obra mais renomada, “*Homo Hierarquicus*” (1966), após uma extensa etnografia realizada na Índia, Dumont faz uma análise comparativa da cultura indiana, do sistema de castas e sua longevidade em relação ao modelo das sociedades ocidentais, finalmente gerando a divisão que ele realiza entre sociedades “tradicionais” (Índia) e sociedades “modernas” (Ocidente). Dumont busca compreender como veio a existir uma perspectiva ocidental sobre o sistema de castas como um atestado à desigualdade, e um insulto aos princípios ocidentais considerados básicos e universais de liberdade e igualdade.

[...] quando falamos do “indivíduo”, designamos duas coisas ao mesmo tempo: um objecto fora de nós, e um valor. A comparação obriga-nos a distinguir analiticamente os dois aspectos: por um lado, o sujeito empírico falando, pensando e querendo, ou seja o exemplar individual da espécie humana, tal como o encontramos em todas as sociedades; por outro lado o ser moral independente, autônomo, e por consequência essencialmente não social, que veicula os nossos valores supremos e ocupa o primeiro lugar na nossa ideologia moderna do homem e da sociedade. Deste ponto de vista, há duas espécies de sociedades. Nos casos em que o Indivíduo é o valor supremo falarei de *individualismo*; nos casos opostos, em que o valor está na sociedade como um todo, falarei de *holismo*. (DUMONT, 1993, p. 35)

Entendem-se por sociedades tradicionais aquelas que seguem um modelo holista de organização, ou seja, prevalece os interesses da coletividade sobre a parte, além do reconhecimento de que o lugar do indivíduo está sempre ligado ao pertencimento em algum segmento da hierarquia, daí o uso da categoria de holismo. Essa desigualdade de valores não implica necessariamente em uma organização autoritária, mas um contexto de amplo reconhecimento da importância de possuir o papel claro do indivíduo na coletividade. Em oposição ao modelo holista, as sociedades modernas assumem uma postura onde o indivíduo é o princípio de todas as coisas, o princípio inalienável da independência diante de uma totalidade, como se não pertencesse a um agrupamento do qual também se participa de forma coerente com o papel estabelecido, mas se vive uma vida de potencialidades que fogem da alienação e controle. A ruptura entre esses dois tipos de sociedade invoca a necessidade de pensar quando

essa ruptura ocorreu, e de que forma podemos perceber uma transição entre esses dois tipos de sociedade.

Dumont usa como referência o liberalismo na teoria de Alexis de Tocqueville, nas diferentes formas de compreender o individualismo como um fenômeno que mudou radicalmente a organização que temos no ocidente e a própria visão de mundo do sujeito moderno. Em oposição ao pensamento holista, o pensamento liberal busca a emancipação do indivíduo de seus “mestres”, no que creio ter sido por parte de Tocqueville mais uma resposta diante da conjuntura de dominação colonial nos dados que levantou em sua viagem aos Estados Unidos na primeira metade do século XI, quando desenvolve um pensamento sobre a democracia liberal e a importância dela. A visão de Tocqueville falha justamente em não buscar compreender o universal ou a distinção entre natural e social, mas curiosamente pressupor o social como sendo algo externo ao natural, e o individualismo como nível superior ao social e a coletividade.

[...] se a igualdade for concebida como dada na natureza do homem e negada apenas por uma sociedade má, e como não há mais em direito diferentes condições ou estados, diferentes espécies de homens, então eles são todos semelhantes, e até mesmo idênticos, ao mesmo tempo que iguais. É o que nos diz Tocqueville: ali onde reina a desigualdade, há tantas humanidades distintas quantas forem as categorias sociais (II, 21, cf. A. R., Cap. 7), ao contrário da sociedade igualitária (II, 12, 13, 22). Tocqueville não se explica sobre esse ponto, a coisa parece ser evidente; ele parece mesmo confundir como todo mundo a forma social e o ser “natural” ou universal. (TOCQUEVILLE, 1875 *apud* DUMONT, 1997, p. 63)

Partindo do princípio de que existe uma bidimensionalidade mínima presente nos modelos hierárquicos, na qual prevalece um nível superior (hegemônico) e um nível inferior (dependente), Dumont cria um modelo que observa, a partir das tensões entre esses dois níveis, como a dinâmica da cultura se estrutura, possibilitando inúmeros “subníveis” capazes de colocar o indivíduo em situações de pertencimento e coletividade, pois como bem observa Tocqueville, “[...] ali onde reina a desigualdade, há tantas humanidades distintas quantas forem as categorias sociais” (TOCQUEVILLE, 1875 *apud* DUMONT, 1997, p. 63). Por mais desumana que seja a condição do indivíduo, sempre se encontrará formas de viver e expressar aquilo que nos torna humano dentro de uma classe (ou casta) específica.

A perspectiva holista traz à tona a dimensão do reconhecimento por meio dos outros, e o fortalecimento subjetivo que essa dinâmica proporciona. A tensão hierárquica implica em perceber que os problemas estruturais não se confrontam individualmente, mas coletivamente, a

partir do entendimento de seu papel dentro da totalidade onde é inculcado aquilo que Dumont chama de “apercepção sociológica”, quando o sujeito desenvolve a impessoalidade com o meio social ao qual pertence, naturalizando formas e padrões de agir no mundo, e agindo de forma a reproduzir esse sistema. Somos parte de uma totalidade na qual crescemos, vivemos e morremos permeados por significados e práticas que nos tornam o sujeito tanto reprodutor quanto produto desse contexto. Aí se observa semelhanças latentes com a obra de Bourdieu (1989) e na semelhança que podemos estabelecer pela ideia de valor-indivíduo a partir dos capitais econômico, social e cultural: “[...] extirpe de si mesmo o material social, e você não será mais do que uma virtualidade de organização pessoal.” (DUMONT, 1997, p. 54)

Com efeito, essa guinada individualista das sociedades modernas não surge apenas da teoria liberal, mas de uma ampla cadeia de acontecimentos. Foi buscando na gênese do surgimento da ideologia individualista que Dumont abriu o caminho para um campo próprio de estudos na antropologia do cristianismo (ROBBINS, 2015), e é nesse contexto que ele busca entender a origem desse giro individualista.

Pensar no individualismo como um fenômeno que surge do cristianismo implica refletir mais imediatamente coisas como a “culpa cristã” ou a moral cristã na sociedade ocidental, mas também em conceber o panorama mais geral em que a religião, a política e a economia estão segmentadas na trajetória do ocidente contemporâneo. Como Robbins (2015) bem analisa na obra de Dumont, ao apresentar um nível superior e um nível inferior, entende-se como objetivo do nível inferior inverter a ordem hierárquica em seu favor, enquanto que o nível superior busca pela transcendência da sua posição hierárquica, para além da manutenção do posicionamento hierárquico. “[...] *every whole, or superior level, will seek its own transcendence in a superior level that will likewise give it meaning. It is this constant seeking after more encompassing levels that renders social life of necessity restless and dynamic*” (ROBBINS, 2015, p. 175).

Esse percurso pela antropologia do cristianismo tem como objetivo não só evidenciar os dois níveis hierárquicos (superior e inferior), mas apresentar outra posição que põe a obra de Dumont mais próxima do nosso tempo. Assumindo que exista uma conexão entre o cristianismo e a contemporaneidade firmada no individualismo como ideologia, em “*Homo Aequalis*” (1976), Dumont compreende que existem três dimensões concretas de análise para o modelo comparativo entre Ocidente e Índia: o histórico (ou genético), configuracional e Nacional (ou subcultura). Considerando esses três apontamentos em ambas sociedades, temos um modelo

metodológico para compreender com profundidade os fenômenos que ocorrem em culturas que possuem tradições enraizadas a partir de uma gênese histórica própria, a configuração de uma organização social e seu diferente na subcultura.

Com esse modelo, Dumont propõe graus em que o foco se deslocou da religião para o domínio político, por meio do liberalismo político de autores como Tocqueville, e do político para o econômico, naquilo que podemos pensar como sendo a ortodoxia econômica da contemporaneidade e o papel decisório de economistas na dinâmica dos capitais globais. Por meio de uma análise histórica, configuracional e Nacional, se proporciona um instrumental teórico capaz de analisar a tensão de diferentes modelos de mundo em diferentes culturas, sendo importante lembrar que o holismo deveria ser pensado como uma condição cosmológica da qual o individualismo busca se desprender, mas invariavelmente falha, pois a eliminação ou redução da coletividade não implica em sua libertação da inculcação daquilo que é diferente ou ensinado.

[...] sob a égide da religião e da igreja, a unidade dos valores últimos, destacou-se um *quantum* de valores absolutos, constituindo um demônio autônomo. [...] da mesma forma que a religião havia dado nascimento ao político, o político, por sua vez, dará nascimento ao econômico. (DUMONT, 2000, p. 28)

Dessa dinâmica de obstruir a realidade e tornar o indivíduo algo anterior (e até superior) à coletividade, deu-se margem para que não só esquemas políticos advindos do cristianismo pudessem prosperar, mas agora o modelo econômico tornou-se algo externo à noção de sociedade, em um plano próprio de realidade do qual esse poder emana na dimensão abstrata daquilo chamamos de “social”. Com essa trajetória pela teoria liberal, podemos pensar o liberalismo econômico e a atual teoria econômica ortodoxa como pontos quase que inteiramente dentro de modelos abstratos da realidade, gerando um dos pecados aos quais muitos teóricos, e inclusive os fenomenologistas, cometem: a substituição da realidade pelo modelo teórico. “O valor infinito do indivíduo é, ao mesmo tempo, o aviltamento, a desvalorização do mundo tal como existe: é postulado um dualismo, estabelece-se uma tensão que é constitutiva do cristianismo e atravessará toda a história.” (DUMONT, 1993, p. 43).

A ideologia do individualismo demanda uma reflexão sobre o pressuposto tanto cosmológico quanto metodológico da teoria hierárquica na obra de Dumont. Pensar o holismo e o individualismo implica em entender a realidade através de marcadores que promovem coerência e linearidade a partir da concretude daquilo que temos como “sociedades modernas”.

A tensão advinda da reflexão dumontiana apresenta um percurso pelo poder das condições de existência individual ou coletiva, mas também a ideia de transcendência, o círculo completo pelo qual podemos compreender a realidade em nossa volta. Não deixa de ser sintomático que a sociedade moderna se esforce tanto pelo bem comum individual e falhe tão terrivelmente em proporcionar o bem coletivo, como no exemplo óbvio da ação humana na destruição do meio ambiente, entre tantas outras incoerências às quais colocamos o peso da culpa sobre políticos e instituições.

Como Dumont aponta sobre o individualismo, a própria experiência do racismo surge como a rejeição da natureza que complexifica e distorce a visão já homogênea e igualitária do homem branco na sociedade, que rapidamente converte o jogo da igualdade e liberdade para a dominação e supressão do outro na ordem hierárquica, quase como se o nível superior dumontiano estivesse “reagindo” a partir da noção de individualismo pelo mundo contemporâneo, deixando suas marcas na sangrenta e irreparável tragédia colonial e seus ecos pelo mundo não-ocidental. O individualismo nega a diferença para além daquilo que já se transformou em igualdade, e o faz tendo em constante contraposição valores que não dizem respeito a uma visão restrita de mundo, que em termos claros estaria buscando a eliminação de outras ecologias epistemológicas (SOUSA SANTOS, 2009). Vale lembrar que pensar a hierarquia não é realçar as desigualdades materiais e simbólicas, mas tornar compreensível o arranjo pelo qual as categorias de classificação estão organizadas.

Com efeito, o individualismo busca transcender a natureza e alcançar algo para além do nível superior hierárquico, levando em conta o local do indivíduo na reflexão sobre a transcendência da “existência hegemônica”. Creio que essa transcendência à qual se refere Dumont tenha relação com o recente debate sobre branquitude, e faço essa afirmação a partir das entrevistas com minhas interlocutoras, onde o sentimento de culpa branca era algo recorrente, causando uma angústia enraizada com o relato do transtorno, vinculada pela cor da pele ou pelo privilégio de nunca ter “sofrido de verdade”. Nesse caso, vejo mais como a ocorrência de uma inversão hierárquica, que em termos dumontianos se refere a uma transitoriedade do nível superior para o nível inferior por seus agentes e vice-versa. Um bom exemplo de como ocorrem as inversões hierárquicas está no trabalho de Vita Peacock (2016), que analisa o pensamento de Dumont em sua pesquisa sobre relações de dependência no Max Planck Foundation, excelente etnografia que revela como funcionam inversões hierárquicas e os processos de englobamento.

A repercussão do trabalho de Dumont foi particularmente valiosa para os estudos sobre pessoa, saúde e classe social na antropologia brasileira, em grande medida pela influente obra de Gilberto Velho (1981; 1998), que fez uso do pensamento hierárquico e o individualismo para compreender a sociedade por uma lente metodológica holista, como na sua abordagem teórica com famílias das classes altas cariocas em “Nobres e Anjos: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia” (1998). Embora não tenha sido formalmente publicado após sua defesa, permanecendo em sigilo para a segurança dos informantes na época da ditadura, esse estudo foi bastante difundido nos círculos acadêmicos da época.

A hierarquia organizada, mapeia e, portanto, cada categoria social tem o seu lugar através de estereótipos como, por exemplo: o trabalhador nordestino, “paraíba”, é ignorante, infantil, subnutrido; o surfista é maconheiro, alienado etc. Eu acrescentaria que a dimensão do poder e da dominação é fundamental para a construção dessa hierarquia e desse mapa. A etiqueta, a maneira de dirigir-se às pessoas, as expectativas de respostas, a noção de adequação etc. relacionam-se à distribuição social de poder que é essencialmente desigual em uma sociedade de classes. Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos *familiariza* com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. (VELHO, 1981, p. 127)

Velho renova o pensamento dumontiano para o campo das famílias brasileiras e antropologia urbana, levantando uma perspectiva da hierarquia como modelo de classificação e posicionamento de tipos sociais presentes na cultura brasileira, mas também trazendo a disputa pelo poder e tensão hierárquica como fatores que promovem dinamismo na sociedade, perspectiva que defendo nesta dissertação – creio que seja de suma importância para a antropologia, assim como é (ou deveria ser) para os demais campos científicos. Importante ressaltar que esses tipos e modelos teóricos só são válidos para a familiarização com o campo, logo, Velho reforça que essas categorias devem ser preenchidas de significado a partir do trabalho etnográfico, fazendo emergir as concepções teóricas promovidas por meio do dado de campo.

Dessa tradição da antropologia brasileira, Luis Fernando Dias Duarte (1986; 1998; 2017) causou maior impacto em minhas reflexões teóricas a respeito da hierarquia no panorama brasileiro, e creio que tenha elevado a discussão sobre pessoa e doença ao nível de Thomas Csordas ou qualquer outro autor estrangeiro que pense a partir da obra de Dumont. Na adaptação de sua tese de doutorado, “Da vida nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)” (1986), Duarte faz um recorte interseccional procurando entender como a categoria de nervoso se apresenta nas

classes trabalhadoras urbanas, compreendendo os nervos como uma categoria fisiológica e simbólica na qual a interação entre as hierarquias tanto conceituais quanto sociais trazem à tona os valores que movimentam esses conceitos e dão possibilidade para a diferenciação e análise dos fenômenos. Os aspectos corporais que definem a noção de nervoso possuem uma história própria, na qual as práticas são determinadas a partir do arranjo dessa classe trabalhadora urbana, abrindo um forte campo de estudos sobre o corpo na antropologia brasileira. “Curiosamente o ‘corpo’ volta assim ao primeiro plano, mas não mais apenas como o organismo natural determinante: ele é agora o ente de controvertido estatuto que serve de palco ativo da ‘experiência’ ou ‘vivência’ dos sujeitos.” (DUARTE, 1998, p. 17).

Ao estudar o nervoso, Duarte utiliza uma categoria que possui múltiplos significados e abordagens no campo da saúde, atravessando tanto o físico quanto o moral. Se tratando de uma categoria psicológica que remete a uma condição fisiológica, o corpo para Duarte não é apenas um conhecimento empírico material, mas uma construção simbólica com níveis e concepções hierárquicas distintas, fundamentalmente inseridas sob a construção subjetiva de Pessoa que surge desse corpo.

O estudo do nervoso — que é o modo ou código em que se enuncia fundamentalmente as ‘perturbações físico-morais’ sofridas pelos membros desses grupos sociais — permite-nos aceder a um nível analítico privilegiado (porque se refere necessariamente à sua concepção de Pessoa), como do modo pelo qual se refrata e articula a referida relação com os mecanismos sociológicos e culturais dominantes nas sociedades permeados pelo ‘individualismo’, de que fazem parte. (DUARTE, 1986, p. 13)

Uma das grandes contribuições desse trabalho foi tanto o aprofundamento da matriz conceitual dumontiana quanto a criação de uma forma fenomenológica de se encarar o adoecimento psíquico, pela adoção da locução “perturbações físico-morais”. A perturbação ocorre no rompimento de um equilíbrio, esse que poderíamos qualificar como a noção de Pessoa que o Indivíduo promove e projeta ao longo de sua vida, a qual passa por diversos processos de transformação e incidências existenciais, chegando ao ponto de desenvolver-se em uma perturbação físico-moral que vem a ser a imposição hierárquica do lugar do Indivíduo em confronto com o desejo da Pessoa, ou melhor, a tensão entre o individualismo e holismo presente na experiência de perturbação.

Essa concepção encaixa perfeitamente com o tipo de análise sobre saúde e doença presente nesta pesquisa, pois traz uma metodologia holista para a concepção de corpo e Pessoa,

de forma a movimentar uma série de outras categorias presentes na particularidade do sujeito, e ainda posicionando de forma clara valores e significados com diferentes níveis de relevância na estrutura hierárquica.

[...] defendi a adoção da categoria “perturbações físico-morais” para designar congregadamente a área dos fenômenos humanos que nossa cultura individualista segmenta em “doença mental”, “possessão”, “transe”, “distúrbio psíquico”, “psychosocial distress”, “somatização”, etc. O qualificativo “físico-moral” procurava aí justamente reconstituir o caráter de vínculo ou mediação de que esses fenômenos se cercavam nas relações entre a corporalidade e todas as demais dimensões da vida social (inclusive a espiritual ou transcendental, eventualmente). (DUARTE, 1998, p. 24)

Desses desvios que algumas pessoas tomam em suas narrativas, o adoecimento psíquico e o transtorno clínico são condições de perturbação com graus diferentes de intensidade, que podem ser contempladas pelo método etnográfico na correlação entre a sensibilidade e profundidade, tendo em vista a subjetividade que a Pessoa pode trazer sobre as resistências e implacabilidade que o Indivíduo pode impor. Tomo por exemplo a maior parte de minhas interlocutoras da sigla LGBTQI+, que sofrem com o não reconhecimento da identidade de gênero, por vezes enfrentando uma disputa moral interna na pessoa “desviante”, fazendo questionar sobre o que é normal e anormal em seu comportamento. De forma um pouco distinta, mas disruptiva, uma das consequências da ideologia do individualismo e sua cruzada pela igualdade e liberdade é o próprio questionamento das dicotomias mentais que a Pessoa vem a desenvolver em decorrência da imposição do Indivíduo normativo. Não estou dizendo que o adoecimento acontece em decorrência de uma perspectiva ideológica centrada no indivíduo, mas que a dinâmica de privação das subjetividades dos outros tem potencial altamente danoso entre grupos minoritários das pautas identitárias.

Todas as múltiplas outras áreas mais específicas da vida social dependem do modo pelo qual se articulam com o foco central dos valores, ou seja, com a representação da Pessoa individualizada moderna e sua corte de efeitos concomitantes: a racionalização e afastamento do sensível, a fragmentação dos domínios e a universalização dos saberes, a interiorização e psicologização dos sujeitos, a autonomização da esfera pública e a institucionalização do liberalismo em sentido lato, a intimização da família, e a autonomização dos sentidos (e, conseqüentemente, de uma “estética” e de uma “sexualidade”).” (DUARTE, 1998, p. 19)

Não acho que se referir ao que acontece na saúde mental global como “epidemia” seja o melhor dos termos, é mais adequado pensar que vivemos em um ambiente tóxico de tensão

escalonada, que na universidade emerge dos sujeitos por fatores como a narrativa biográfica, uso de medicamentos e psicotrópicos, abuso nas estruturas familiares e demais elementos que merecem nossa atenção e indicam a importância de se compreender os problemas sociais a partir de uma reflexão holística.

A noção do empreendedor de si toma conta do discurso econômico que agora guia o individualismo neste novo século, tornando o vendedor de cachorro-quente e o CEO da Apple indivíduos iguais pela sua prática no comércio e conexão com o mercado, empreendedores de sorte relativa, livres para tomar as decisões que desejarem, romantizados pelo discurso do jovem sem nada que conquistou o mundo, fazendo o pequeno comerciante ver sua trajetória como a própria “jornada do herói”. Se o empreendedor é dinâmico, ativo, incorpora as melhores qualidades de convivência e comunicação, temos no sujeito depressivo seu oposto mais paralisado, por vezes vitimista, distante e desinteressado no mundo, cansado e passivo, e em última instância catatônico e suicida. Essa contraposição se reflete nas mais diversas formas modernas de representação de Pessoa, e estão imbricadas naquilo que pretendo mais adiante narrar como a dicotomia entre culpa e desejo.

2.3. O acesso ao desejo (e a moralidade da culpa)

The imaginary — the product of unconstrained desire — is relegated to a status inferior to that of the real, which parades under the standard of truth. The problem, of what is or is not real is left to the philosopher. To Everyman, the real is both distinct from the imaginary and at one with truth. (CRAPANZANO, 1985, p. 7)

Pensando agora por uma visão mais geral da antropologia e dos avanços que a disciplina teve ao longo de sua história, podemos constatar que as etnografias mais clássicas refletem o “heroísmo” dos antropólogos quanto ao seu ofício, que como Malinowski bem personifica, exaltam a imagem do branco ocidental que se adentra em ambientes selvagens no coração da natureza. Essa tradição textual vivia o auge da distinção entre pesquisador e nativo, que com o tempo inevitavelmente dissolveram no processo de globalização, levantando dúvidas a respeito da fragilidade da antropologia em ter seu objeto de estudo um alguém que não é tão engessado e próximo de um “passado possível”, imutável em sua concretude e atemporalidade, e que ao romper com a sua posição de subalterno, parece ter sido mais um fruto da imaginação dos antropólogos do que qualquer outra coisa. “Nada permaneceu daquele quadro celestial, a não ser

a imagem desbotada do antropólogo num espelho. O silêncio da oficina etnográfica foi quebrado — por insistentes vozes heteroglotas e pelo ruído da escrita de outras penas.” (CLIFFORD, 2002, p. 22).

Uma coletânea fundamental para minhas conclusões e percepções teóricas sobre o trabalho de campo com saúde mental está em “A escrita da cultura: Poética e política da etnografia” (2016), organizada por James Clifford e George Marcus. Os artigos dessa coletânea discutem sobre o posicionamento do antropólogo em relação ao seu texto e seus interlocutores, trazendo a intersubjetividade e multivocalidade como pontos de partida para uma reflexão da escrita etnográfica como uma forma de literatura, capaz de lidar com questões filosóficas sobre temas como a realidade, o imaginário e conhecimento, tornando possível outras formas de compreender o processo de alteridade onde o “Outro” e o “Eu”, que possuem experiências que estão no centro daquilo que podemos registrar e refletir. Não é a atividade passiva de estar diante de uma “coisa” que deve ser registrada, mas buscar pelas próprias subjetividades como pesquisador e acolhê-las no processo de entendimento do outro, perceber a si mesmo como um sujeito situado no mundo e a importância da subjetividade para o processo de alteridade, essencial ao antropólogo em campo.

Se a etnografia produz interpretações culturais através de intensas experiências de pesquisa, como uma experiência incontável se transforma num relato escrito e legítimo? Como, exatamente, um encontro intercultural loquaz e sobredeterminado, atravessado por relações de poder e propósitos pessoais, pode ser circunscrito a uma versão adequada de um “outro mundo” mais ou menos diferenciado, composta por um autor individual? (CLIFFORD, 2002, p. 21)

Com efeito, o individualismo compreendido anteriormente proporcionou radicais mudanças nas relações que estabelecemos no atual sistema mundial, que envolveu grande parte das sociedades humanas e o surgimento de um momento histórico comum ao redor do mundo, e mais ainda, expondo a condição geral da diversidade linguística que Bakhtin se refere como heteroglossia, condição global que imputa nos sujeitos a possibilidade de infinitas combinações de vozes dentro de um romance, demonstrando como em um mundo multivocal não há possibilidade de pensar a cultura como “independentes, delimitadas e inscritas” (CLIFFORD, 2002, p. 19), mas como construções sempre em andamento, semelhante à maneira como Roy Wagner entende a invenção da cultura (2010): “com a expansão da comunicação e da influência intercultural, as pessoas interpretam os outros, e a si mesmas, numa desnorante diversidade de

idiomas - uma condição global que Mikhail Bakhtin (1953) chamou de “heteroglossia”. (CLIFFORD, 2002, p. 19).

Por meio dos avanços tecnológicos e a expansão (forçosa) do modelo democrático individualista pelo mundo, o “Outro” passou por um processo de assimilação com os modelos ocidentais dos quais o antropólogo advém, tornando-se cada vez mais esclarecido sobre as condições políticas e sociais que modificaram para sempre diferentes modos de ser no mundo. Um notável exemplo desse tipo de modelagem hegemônica e controle epistemológico está no livro de Chinua Achebe, *“Things Fall Apart”* (1994).

O movimento que vemos ser feito é de radical politização das condições que tornaram possível as atuais estruturas do poder hegemônico criticadas com frequência pela antropologia, como o colonialismo, o racismo, o patriarcado e a luta de classes. Os autores da coletânea “A escrita da cultura” (2016) buscam problematizar e romper com o etnocentrismo e a autoridade do antropólogo por meio de seu principal objeto de conclusão, a escrita, considerando que esse percurso de modelagem pela escrita do antropólogo passou mais ou menos despercebido ao longo dos anos, devido à falta de reflexão sobre o lugar do antropólogo no texto e na pesquisa, mas também do potencial que a experiência possui na forma como o texto é desenvolvido, menos científica e mais artística em sua prática, revelando uma posição que dá liberdade para a intersubjetividade que estudamos em campo florescer em meio a formas inovadoras e diversificadas de texto, sempre presentes em um contexto onde a autoria é multivocal e baseada na heteroglossia – ou seja, quando nunca existe uma autoria do texto, mas múltiplas vozes que ao serem reconhecidas, tornam mais clara a condição do antropólogo e do interlocutor no mundo.

Não há mais um ângulo abrangente de observação (no topo da montanha) a partir do qual mapear os modos de vida humanos, nenhum ponto arquimediano a partir do qual representar o mundo. As montanhas estão em movimento constante, bem como as ilhas: pois não se pode ocupar, sem qualquer ambiguidade, um mundo cultural de fronteiras nítidas, a partir do qual se aventurar e analisar outras culturas. Os modos humanos de vida cada vez mais influenciam, dominam, parodiam, traduzem e subvertem uns aos outros. A análise cultural está sempre perpassada por movimentos globais de diferença e poder. Um “sistema mundial”, seja lá como for que seja definido — e aqui usamos a expressão de modo lato — conecta, hoje, as sociedades do planeta em um processo histórico comum. (CLIFFORD, 2016, p. 56)

Clifford ressalta a importância de compreender o desenvolvimento poético na escrita, e de como esse desenvolvimento é necessariamente uma afirmação política. Mais do que uma cisão entre ciência e literatura, é proposta uma discussão sobre o status epistemológico da

verdade no conhecimento e sua subsequente busca. Temos falsas oposições e distorções sobre o que está sendo modelado ou não no processo de aperfeiçoamento científico, assim como hierarquias epistemológicas cuja ruptura não implica a dissolução do conhecimento, mas o aprofundamento em uma forma diferente deste. Talvez depois de tantos anos sob o jugo do positivismo científico, o conhecimento pode vir a tornar-se uma forma mais adequada de conhecimento, que traga para a antropologia mais coesão e potencial para a alteridade. É no mergulho para dentro de si e da experiência que Clifford busca expandir o horizonte do antropólogo, tornando a modelagem do mundo não apenas uma teoria, mas uma prática, o reconhecimento de que há mudanças possíveis e formas de intervir com a possibilidade de causar impactos objetivos nas pessoas cujo modo de vida almejamos compreender, transformando e inventando pelo processo intersubjetivo da alteridade.

Chamar etnografias de ficções pode suscitar contendas empiricistas. Mas a palavra, tal como vem sendo comumente utilizada na teoria textual recente, perdeu sua conotação de falsidade, de algo que apenas se opõe à verdade. Sugere a parcialidade das verdades culturais e históricas, as formas nas quais são sistemáticas e exclusivas. Os escritos etnográficos podem ser adequadamente chamados de ficções no sentido de “algo feito ou modelado”, o que é o sentido principal da raiz latina da palavra, *fingere*. (CLIFFORD, 2016, p. 37)

Entre essas noções sobre conhecimento, verdade e imaginação, buscamos diferentes formas de expressar essas qualidades em nossas pesquisas e nas obras de ficção, de forma a conceber não uma imagem nítida da realidade, mas uma outra que amplie ainda mais a vastidão na qual a cultura se retroalimenta. No caso particular dessa pesquisa, acho importante encontrar novas formas de refletir e discutir sobre a dimensão psíquica e social do adoecimento, já que a subjetividade é constitutiva desse campo em que fiz pesquisa.

A abordagem etnográfica possibilita pensar horizontes onde a subjetividade seja ainda mais agregada para a pesquisa, desde o pesquisador até o interlocutor, observando nesse percurso do conhecimento os atores invisibilizados, atentando mais ainda a participação dos indivíduos no entendimento da produção do conhecimento, situados em um mundo onde a experiência não é apenas um dado quantificável e igual a todos os outros, mas uma escolha que se vê expressa sob condições sócio-políticas pré-determinadas e imprevisíveis. *“Every interpretive strategy, including those implicit within description itself, involves choice and falls, thereby, into the domain of ethics and politics.”* (CRAPANZANO, 1985, p. xi).

Dentre os autores da coletânea, destaco Vincent Crapanzano em seu livro *“Tuhami: portrait of a Moroccan”* (1985), onde ele pesquisa a cultura marroquina a partir de um *outsider* chamado Tuhami, sujeito que se diz casado com uma *jnun*, entidade demoníaca com o nome de Lalla ‘A’isha, tendo sua vida marcada por estar submisso a essa entidade. Crapanzano não taxa Tuhami como um esquizofrênico ou psicótico (embora ele possa muito bem ser), mas busca compreender seu interlocutor como um sujeito que reflete as mais variadas características da cultura marroquina, e consequentemente expressa como existe um complexo sistema interdependente no qual as pessoas com as quais ele se relaciona, bem como ele mesmo, estão situados na pré-noção da existência de Lalla ‘A’isha, trazendo a questão daquilo que é incorporado da estrutura para o sujeito, sendo esperado que Tuhami e pessoas com suas próprias disfunções desempenhem papéis relacionados a uma dimensão marginalizada da experiência humana, mostrando o potencial da cultura marroquina em acolher certos tipos de *outsiders*: *“Experiences that the Westerner would conceptually locate within himself and would call “inner”, “mental”, or “psychological” the Moroccan may well conceptualize within the demonic idiom as outside himself”*. (CRAPANZANO, 1985, p. 21)

As práticas e rituais decorrentes dessa relação, e aquilo que creio ser mais importante, a inserção de Lalla ‘A’isha nas questões de causa e efeito que justificam sua existência simbólica, tornam essa entidade nem positiva nem negativa, mas a personificação de valores e preconceitos da sociedade marroquina que dão sentido à realidade, e cumprem uma função dentro dessa cultura. Não necessariamente Tuhami possui um transtorno mental que o leve a pensar que exista uma entidade demoníaca responsável por seu destino, mas sua existência corrobora para pensar em que instâncias “transtornos mentais” podem ser assimilados socialmente, destoando completamente da situação de minhas interlocutoras, que compreendem seu sofrimento como algo individualizado, uma expressão sancionada socialmente.

A figura de Lalla ‘A’isha atribui sentido e confere valor para as dificuldades que Tuhami possui em seus relacionamentos com as mulheres, de forma a ser um valor compreendido pelo agrupamento social, tornando-o um sujeito distinto em relação aos outros, e não excluído completamente. A racionalização ocidental que faz parte da matriz da ideologia do individualismo anula a possibilidade de estratégias simbólicas e criativas para os conflitos psíquicos inerentes da dinâmica social, levando a culpa dessa incompreensão e dificuldade em pertencer ao coletivo estritamente ao indivíduo que, de forma quase que previsível, manifesta as

características de isolamento e exclusão em relação ao mundo que não o aceita. Daí surge a manifestação da depressão sobre o sujeito e a intensificação o processo de adoecimento.

The *jnun* themselves, however, are not evil. “They do not do bad things,” Tuhami said. “If someone is all twisted up, it is his own fault and not Lalla ‘A’isha—or any other *jinn*s—fault. A woman goes to Lalla ‘A’isha and promises her something if she has children. After she has children, she does not bring the gift she promised. Then Lalla ‘A’isha will attack her.” The *Jnun*, like the saints, are angered when a promise is broken. They function at times like extrapolated superegos externalized conscience, jealous embodiments of an often harsh and arbitrary sense of justice. (CRAPANZANO, 1985, p. 18)

Quando se faz etnografia com um número limitado de interlocutores, como foi no caso de Tuhami, não temos necessariamente uma abertura para pensar as grandes questões econômicas, políticas ou religiosas da cultura marroquina, mas uma narrativa particular que expressa outros tipos mais difusos de universalidades, como o potencial da cultura para modelar a realidade e atribuir sentido ou completude para fenômenos psíquicos, de forma que podemos pensar o caso de Tuhami, a grosso modo, como a saudável inserção cultural de um sujeito mentalmente instável a partir da eficácia simbólica.

Tuhami narra sua história de vida, seus conhecimentos e tudo aquilo que ele julga ser interessante para Crapanzano sobre sua vida, enquanto Crapanzano observa Tuhami a fim de compreender certos momentos e práticas que passam despercebidas da narrativa, como o afeto de Tuhami por sua sobrinha. Pelo trabalho de campo, Crapanzano constrói um retrato de Tuhami e revela a profundidade com que fenômenos culturais diversos dependem de sujeitos que, como Tuhami, revelam mecanismos pelos quais a dimensão simbólica os mobiliza, nos fazendo refletir quanto aos tipos de fenômenos que vivenciamos em nossa cultura. Em certa medida, a história de Lalla ‘A’isha parece ser a forma como Tuhami conseguiu administrar conflitos e inquietações que não encontraram sentido em outras partes de sua vivência mundana.

A diferença entre aquilo que é imaginário e o que é real não é apenas uma condição existencial, mas uma dualidade em si da condição humana, que por meio da imaginação é capaz de se compreender dentro do sistema do qual faz parte, retomando a ideia dumontiana do individualismo e holismo. Nesse sentido, o que o imaginário proporciona não é apenas a fuga de uma realidade incapaz de trazer paz de espírito, como foi para Tuhami quando decidiu se casar com uma entidade demoníaca. Embora dificilmente queiramos revelar tal faceta no nosso cotidiano, esse lado “mágico” que o imaginário promove está em nosso entorno por meio dos

cultos religiosos, o tratamento psicoterápico ou terapias coletivas, entre outras formas de se buscar lidar com experiências difíceis por meio do acesso simbólico pela fala ou demais experiências sensoriais, fazendo emergir do indivíduo sua subjetividade “espontânea”, em oposição àquilo que surge do controle e da modelagem por meios traumáticos, sendo digno de nota como a oposição saúde e doença podem ser interpretadas e tratadas de formas diferentes.

Por mais que possa ser discutido o aspecto positivo ou negativo de uma criação que proporciona sofrimento, creio que seja ponto comum que o abuso psicológico, violência física e outras manifestações de caráter destrutivo são reproduções em um sistema bem mais amplo e complexo, que entretanto está diretamente ligado àquilo que é possível no imaginário e no real da vida constituída.

Desde o início desta pesquisa não me propus a pensar os problemas das interlocutoras estritamente em relação à universidade, mas tentar captar o registro de uma perspectiva narrativa e biográfica, para então ser capaz de refletir sobre acontecimentos que promoveram o sofrimento na experiência universitária. Embora tenha sido marcante a maioria de jovens mulheres e interlocutores homens homossexuais, senti que o fator da juventude tem um peso considerável sobre a formação desses transtornos no período da graduação. Como que desencadeando uma série de sentimentos e desejos que não eram externalizados ou permitidos da forma como ocorre nos cursos de graduação, os desfiles hedonísticos de liberdade das festas universitárias remetem a poucas experiências anteriores desse tipo. O consumo de drogas, as relações amorosas e os conflitos que surgem com os familiares são acontecimentos que formam o estudante no horizonte de quatro anos, quase sempre excedendo essa previsão de término da graduação.

Apontar para a juventude não é apenas um posicionamento quanto à idade desse ou daquela estudante, mas uma afirmação sobre o volume de experiências de vida que formam aquela subjetividade, e como a falta ou excesso de certos contatos mobilizam essa subjetividade. Uma interlocutora da pesquisa com quinze anos estava para se casar, vinda de um meio familiar profundamente religioso, e ao entrar na universidade mudou de ideia. Agora, tem relações tanto com homens quanto mulheres, além de morar sozinha depois de uma conturbada graduação. Esse é o panorama que minhas entrevistas com interlocutoras de Ciências Sociais teceram, um percurso de libertação da normatividade familiar que tem como principal artifício para a modelagem desses jovens a relação de dependência entre família e estudante.

Pertencente a uma estrutura familiar, o jovem está regrado pelas condições materiais, psicológicas e identitárias que sua família assimila para ele. Não pretendo fazer um longo panorama sobre a família recifense, mas levantar o fato de que a dependência do jovem e seus regramentos possui graves consequências para estudantes universitários, pois é por meio da dependência familiar que ele pode se movimentar socialmente e buscar alternativas para continuar ou romper com essa dependência. Devido talvez ao conteúdo com que estudante de Ciências Sociais estão envolvidos, essa ruptura com o meio familiar foi bem frequente em minha pesquisa.

A relação dos estudantes com a família é mediada por delicadas condições que demonstram a fragmentações da família brasileira e uma moralidade bastante conturbada pela dificuldade em compreender o Outro. Conforme minhas entrevistas apontavam, a maioria eram filhas de pais e mães divorciados ou separados de maneira informal, notando-se com frequência recorrente o abandono da figura paterna, seja por possuir outra família ou estar sob algum vício que prejudica os laços familiares. O distanciamento dos pais, embora preocupante o suficiente, não é necessariamente a questão aqui. Aquilo que imagino ter sido universal em minhas entrevistas foi a forte sensação de libertação correspondente com o grau de controle que a família promove sobre os sujeitos, seja financeiramente ou moralmente.

Nesse contexto, o desejo possui importância fundamental para a análise, pois ele é o que move a narrativa de minhas interlocutoras, o que faz elas estarem presentes na discussão não de forma passiva como observadoras, mas como sujeitos dotados de interesses válidos que nunca foram compreendidos, e se tanto, foram ativamente interrompidos pelas várias instâncias superiores na hierarquia da tutela sobre a juventude. O antropólogo João Biehl produziu aquela que talvez tenha sido uma das obras mais interessantes sobre o tema do abandono, sofrimento e corporalidade no livro *“Vita: Life in a Zone of Social Abandonment”* (2013), onde realiza uma etnografia no Vita, espaço que acolhe pessoas em situação de rua ou abandono familiar. Lá, ele encontra uma mulher com paralisia corporal chamada Catarina, dependente das condições que o Vita é capaz de proporcionar para sua saúde, sempre em precárias condições e medicação constante.

Semelhante ao trabalho de Crapanzano com Tuhami, Biehl vê em Catarina uma pessoa com impressionante capacidade criativa, enclausurada em situações que normalmente teriam degradado profundamente seu corpo e mente, mas que acabaram por inspirá-la a buscar outro

entendimento de sua realidade. Tal entendimento foi expresso através da criação e ressignificação de palavras, no intuito de criar um dicionário próprio, em que um mundo novo pudesse surgir da escrita.

Ninguém vai decifrar as palavras pra mim. Com a caneta, só eu posso fazer isso... com a tinta, eu decifro.” Quando pedi para Catarina explicar a diferença entre um dicionário e um livro, ela respondeu: “No livro, a história já está escrita; e no dicionário, eu a devo escrever, eu devo fazer a história. Você entende?” Ela sabe que não pode retramar a história de um livro. Mas no dicionário, ela consegue mudar os termos de definição, manipulando as palavras criativamente e redefinindo o seu próprio vocabulário. (BIEHL, 2008, p. 441)

Catarina vive em um espaço caracterizado pelo abandono, uma instituição precária mantida pelo idealismo de algumas pessoas religiosas que, a duras penas, mantêm aquele espaço, no qual é possível se deparar com diversos casos clínicos de adoecimento mental grave de pessoas fragilizadas e incompatíveis com o ritmo da vida contemporânea, muitos deles idosos. É nesse contexto que Catarina vive seus dias, mas mesmo em uma condição de abandono dos outros, ela busca na linguagem uma forma de criar e se movimentar na dinâmica de seus desejos, como na criação do dicionário, uma árdua tarefa que ela busca fazer apesar da sua condição, afim de construir um mundo diferente, promovendo agência para si em termos que ela possa realizar autonomamente. Afinal, como coloca Biehl, “[...] uma forma de vida humana que não vale a pena viver não é apenas matéria bruta. A linguagem e o desejo continuam.” (BIEHL, 2008, p. 441).

É por essa instância irracional do desejo que nos movimentamos e damos sentido ao mundo que pertencemos, amalgamando as demais possibilidades de ser por entendermos que aquilo que estamos fazendo é singular, único ou no mínimo, diferente de qualquer outra coisa, embora nunca seja algo novo, mas algo antigo distinto dos outros ao redor. O desejo, reflexo mais subjetivo que podemos conceber daquilo que nos torna únicos, está submetido à tensão manifesta pela sanção coletiva da culpa, e aqui creio que a gênese do cristianismo de Dumont seja mais do que adequada para reconhecer a culpa como um mecanismo de sanção coletiva incorporado pelo indivíduo, dentro de uma estrutura simbólica na qual somos movidos pelo desejo e paralisados pela culpa.

Como Biehl aponta através do caso de Catarina, o corpo possui um valor transcendental para a condição do sujeito, como se na individualidade, estivéssemos inconscientes de como dependemos e somos dependentes dos outros. Vita Peacock (2016) ilustra bem como a relação de

dependência hierárquica também fornece ambiguidades e condições estruturais de movimentação no campo hierárquico, como o exemplo das inversões hierárquicas muito bem situa, mas conforme avançamos por uma análise do individualismo contemporâneo, nos deparamos também com uma profunda culpabilização e condenação do outro que depende, que passa pelo cuidado de forma indesejada como um fardo, e mesmo assim é capaz de produzir algo belo e profundo dessa condição.

O valor estético do que Catarina cria e imagina com as palavras e pela escrita foi a beleza que atraiu Biehl a construir uma etnografia que girasse em torno das experiências subjetivas de Catarina. Diferente de Tuhami, Catarina é uma pessoa que depende de uma instituição precária, onde ela é vista apenas como mais uma pessoa inválida, um “paciente” que pode esperar pois não está em condições de exigir nada, por ser uma mulher pobre e abandonada pela família, mas que ainda assim consegue refletir sobre o consumo de medicamentos excessivo ao qual está submetida, que não guarda rancores, como seria de se esperar em seu caso, e que anseia por um futuro por meio da linguagem que ela cria para se libertar.

Acompanhar a trajetória de uma única pessoa nos ajuda a capturar a lógica das infraestruturas cotidianas que fazem com que certas vidas ganhem forma e outras sejam impossibilitadas. Também nos ajuda a iluminar a agência humana em contextos de crise nos quais o quadro clínico e a realidade político-econômica se confundem, bem como a apreciar este estranho processo subjetivo que faz com que o abandonado, apesar de tudo, continue antecipando uma outra chance de vida. (BIEHL, 2008, p. 416)

Por fim, após esse longo trajeto teórico, gostaria de deixar uma conclusão geral a respeito dos fatores que constituem esse quadro teórico, de forma a esclarecer as conexões que venho promovendo aqui.

Os diferentes processos de adoecimento mental que ocorrem na universidade são resultado de uma trajetória própria de jovens que, passando por situações de violência ou descaso, se encontram na universidade inequivocamente sob um processo de amadurecimento difícil. Muito do que ocorre na universidade desencadeia efeitos que são geralmente promovidos pelo ambiente familiar em um longo e lento processo de modelagem hegemônica, no sentido de que a normatividade pertence a uma série de características física e morais, como a sexualidade ou a sua posição socioeconômica.

É fundamental pensar sobre a corporeidade no campo da saúde mental, já que esse pressuposto leva a pesquisa para um caminho que não se detém apenas na somatização das características culturais, mas sim num entendimento melhor das condições que nos sujeitam a agir e compreender o mundo de determinada maneira. Conforme nossos corpos variam, nossas concepções de mundo e as práticas que exercemos se tornam totalmente diferentes, revelando nas biografias familiares as ausências, os descasos, os traumas no colégio, o sofrimento autoimposto e tantas outras cenas etnográficas. São tais eventos recorrentes e as práticas repetitivas que tornam possível essa dissertação, não havendo casos tão complexos como os apresentados por Tuhami ou Catarina, mas interlocutoras que montam o quadro geral de como ocorre o adoecimento mental e sofrimento psíquico entre estudantes universitárias.

Pelo que pude constatar em campo, esse quadro teórico teve como objetivo o posicionamento da antropologia ao longo da história no campo da saúde mental, refletindo a partir de uma corporalidade que surge como efeito das narrativas relacionadas com o adoecimento. É pela noção de eficácia simbólica que podemos perceber instâncias objetivas e observáveis do adoecimento, trazendo casos como o fim do ciclo menstrual relacionado à entrega de uma monografia, ou a uma coceira que se torna persistente em certa parte do corpo e vira uma “questão para o psicólogo”. Também foi importante se constatar como os indivíduos possuem relações próprias com os sistemas de saúde, por vezes gerando impressões negativas que expressam a desigualdade do acesso aos serviços de saúde mental, como no caso da dificuldade quase universal de se buscar por atendimento psicológico na universidade, enquanto outras pessoas possuem um acesso muito mais razoável por meio de planos de saúde, e até assim resistem em iniciar um tratamento.

No reconhecimento da condição de adoecimento mental, condições físicas e emocionais estão emaranhadas sob as estratégias de cura para a reestruturação da saúde mental. Embora seja muitas vezes o cotidiano estressante o principal responsável pelo deterioramento psíquico dessas interlocutoras, é muito comum o medicamento ser uma solução prática e rápida, sem estigmas ou grandes dificuldades para reconhecer sua eficácia. O tempo reservado para o tratamento é certamente um dos maiores problemas nesse modelo psicanalítico ou psiquiátrico, tornando a medicação quase como uma benção, pois o psiquiatra se torna uma atividade mensal realizável, sem a necessidade pela psicoterapia, que muitas vezes é uma atividade semana difícil de se manter.

O poder hegemônico que vemos na conjuntura individualista contemporânea beneficia aqueles que tem o perfil “empreendedor”, ou seja, que não se deixam afetar por emoções que possam dificultar sua atividade no trabalho, com medo de serem demitidas ou prejudicadas, proporcionando na sociedade os melhores cargos e trabalhos para pessoas que tiveram as vidas mais estáveis – este é o caso deste autor que aqui escreve, em sua própria casa, com anos de afeto dos familiares e nunca uma necessidade material ou escolar que pudesse prejudicar seus objetivos, uma realidade muito diferente de quem lida historicamente com injustiças e sofrimentos que permeiam uma vida de instabilidade e insegurança.

Na universidade, a condição hierárquica na qual minhas interlocutoras se encontram não se dá pela demissão ou rejeição imediata como no mercado de trabalho, mas por vias do abandono e evasão escolar, muitas vezes sendo necessário trancar um período, ou não se importar em reprovar períodos inteiros de forma consecutiva. Por haver tantos estudantes, o sistema de atendimento psicológico não consegue dar conta da quantidade de casos aparentes e não aparentes que ocorrem na universidade, e surge quase como um detalhe na trajetória do adoecimento acadêmico, sendo recorrente a surpresa e brevidade com que estudantes de baixa renda fazem uso de sistemas gratuitos de atendimento fornecidos pela IES, ou até mesmo como se deu em um caso analisado, onde por sorte uma interlocutora, ao correr chorando pelos corredores da universidade, se deparou com uma professora de psicologia disposta a realizar um trabalho (breve) de terapia.

É na base da pirâmide hierárquica que os estudantes são postos em uma verdadeira fábrica de conhecimento, na qual as partes que se perdem não são tão essenciais dentro das perspectivas administrativas da universidade – é a produção dos artigos e qualificações do sistema *Lattes* que realmente as direcionam, afinal. Tais instituições não temem a falência pela falta de matrículas ou pagamentos, mas a redução do financiamento nas esferas particulares que os professores e alunos habitam, em que o fim do financiamento é visto como justo resultado da falta de produtividade e mérito nos departamentos e cursos. Como agravante, sabe-se que com a mudança nos governos federais, a educação federal é a primeira a ser “minada”, por ser aparentemente mais “descartável”, sempre diante do discurso de que a educação básica não é priorizada, por tanto, deveríamos nivelar as condições gerais de ensino no Brasil.

A mentalidade de um “nós” contra “eles” sempre foi bastante visível do curso de Ciências Sociais, e demonstra uma característica coletiva que sobressai diante do adoecimento –

a do caráter questionador e crítico da maior parte dos estudantes, o que os torna ótimos interlocutores e colaboradores, conscientes de que essa estrutura acadêmica parte de uma sociedade desigual, racista, cristã, homofóbica, multicultural, machista, que tem e inflige ainda tantas outras condições precarizadas de existência que se refletem na insatisfação e eventos como ocupações e protestos, que não foram poucos para a UFPE nos últimos anos.

Podemos dizer que a desilusão acadêmica vem de uma desconsideração e quase desprezo que a sociedade e o mercado de trabalho possuem para com determinadas áreas do conhecimento. Nem mesmo a ilusão de uma vida resolvida pela graduação é imediata, mas paradoxalmente, esta possui grande valor simbólico para as famílias brasileiras. Mesmo que o curso não agrade totalmente a família, os núcleos familiares brasileiros vem de uma situação de vulnerabilidade e insegurança social intensa dos anos de 1990 e 2000, o que realocou a universidade pública e gratuita como fonte de inspiração e esperança num futuro melhor por intermédio do conhecimento, em uma dinâmica que finalmente aproximou os jovens tanto das elites quanto das classes populares na mesma sala de aula, trazendo à tona o fenômeno da “primeira da família” na academia brasileira, a primeira a ter esta chance de realocação via saber.

Das entrevistas que pude realizar, havia claramente uma construção hierárquica na qual essas interlocutoras estão situadas, dentro de limites e liberdades que proporcionaram diferentes formas de sofrimento, como no caso de uma jovem de classe média alta evidentemente sofrendo de culpa pela sua branquitude e privilégio branco. A universidade promove sofrimento pelos excessos de demanda e competitividade, típicos do modelo individualista, mas por vezes carregados de reflexões que remetem a uma biografia na qual os danos do colégio e dos primeiros anos da juventude ecoam durante a graduação.

A dificuldade em suportar os casos de pressão psicológica na universidade demonstra como o equilíbrio mental na academia é algo frágil, capaz de desconstruir ou surgir a partir de críticas e elogios, que por sua vez possuem efeitos colaterais em estudantes que observam essas mesmas críticas ou elogios cedidos aos outros, e refletem a partir de suas próprias experiências familiares e colegiais, revelando como o professor possui uma responsabilidade gigantesca na vida de cada aluno. Por vezes, professores possuem a maior admiração do mundo ou o rancor e escárnio de grupos inteiros de estudantes, obviamente influenciando o projeto de construção do conhecimento.

A culpabilização da universidade pelas precárias condições psicológicas dos estudantes de graduação possui um limite pela influência da raiz de onde surge, e uma diferença bem grande da forma como o conhecimento é feito e propagado nos programas de pós-graduação, onde a dinâmica neoliberal por produção e competitividade assume outro nível muito mais alentador. Na graduação, o sofrimento é um processo que pode levar tempo, e o tempo é algo que estudantes de graduação buscam lidar dentro de seus limites, seja ao longo de quatro ou seis anos de graduação. Em todo processo de adoecimento depressivo e ansioso, o mais difícil não é manter a integridade existencial, diante de tentativas de suicídio ou automutilação, mas a capacidade de compreender e ressignificar os acontecimentos que marcaram a vida dessas interlocutoras.

3. Conjuntura e definições no contexto brasileiro

3.1. As primeiras da família: Popularização e expansão das IES e a interseccionalidade da juventude para a vida adulta

Universities are — or, better said, until recently have been — among the only institutions that survived more or less intact from the High Middle Ages.
(GRAEBER, 2014, p. 77)

Conforme a temática da minha pesquisa aproximava o adoecimento e a categoria de interseccionalidade, é importante fazer uma contextualização histórica do panorama brasileiro das IES: abordar como os professores e os alunos lidam com a tensão hierárquica inerente de suas atividades, e como podemos pensar o individualismo estrutural na universidade, enfatizando às inversões hierárquicas e relações de dependência no sistema acadêmico. Trago nessa seção um panorama geral sobre a universidade brasileira e a transição da juventude para a vida adulta, considerando as relações de poder que existem entre a família e o período da juventude.

3.1.1. Expansão e Popularização das IES públicas e a “nova classe C”

O Brasil, até os anos 1990, apresentava uma carência muito grande na produção de ciência e tecnologia, bem como um cenário de intensa desigualdade e exclusão das classes populares e pessoas negras na universidade pública, demonstrando o quão restrito e excludente era o conhecimento produzido no país. Após o fim da ditadura e com a nova constituição, deu-se início ao longo processo que viria a ser a expansão das IES públicas e privadas, popularizando radicalmente a relação do brasileiro com a academia, em particular pela expansão que ocorreu de universidades federais (principal foco de produção científica nacional). Além disso, foram dotadas de autonomia constitucional para administrar e alocar recursos federais à pesquisa, iniciação científica, auxílio-permanência e outros serviços essenciais aos estudantes que não têm condições materiais de se manterem sozinhos na universidade.

O desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país não poderá ser realizado sem a participação das universidades públicas, uma vez que algumas delas concentram o essencial da prática acadêmica, respondendo pelo que há de mais preeminente na formação da graduação, na oferta da pós-graduação e no desenvolvimento da pesquisa, devendo, por isso, ser amparadas. (MARTINS, 2000, p. 58)

Martins (2000) traz índices estáticos e perspectivas sobre o panorama universitário antes e depois da ditadura, período em que além da repressão ideológica exercida contra o povo brasileiro, não houve interesse por expandir e popularizar a infraestrutura acadêmica no país. Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), com o crescimento econômico resultante da estabilização do plano real e com a relativa tranquilidade do período democrático, notou-se um clima duradouro de estabilidade para a maior parte da sociedade brasileira, organizando o terreno para as políticas públicas institucionais que foram fundamentais para o contexto atual das IES federais nos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Esses governos partiram do cenário de estabilidade econômica e política para efetivar programas de benefícios sociais que se tornaram fundamentais, como o Bolsa Família, e a expansão e popularização das universidades públicas auxiliadas por investimentos em obras de infraestrutura; sem falar na Lei de Cotas, implementada em 2012 (Lei nº 12.711/2012), forma efetiva de combate à desigualdade racial nas universidades e de inclusão representativa para a docência no país. “Em dez anos, as matrículas em cursos superiores (presenciais e a distância) mais que dobraram: de 3.036.113, em 2001, passaram para 6.379.299, em 2010.” (BARROS, 2015, p. 363).

Em uma sociedade tão desigual como a brasileira, estamos diante de um abismo que separa formas de vida e possibilidades de existência: faz parte da cultura das classes médias e das elites proporcionar o ensino superior como etapa natural da trajetória dos jovens recém-saídos do colégio. Garantindo, assim, pela educação, que seus filhos se mantenham financeiramente independentes no futuro, já que é mais do que razoável e possível arcar com os custos de um ou mais filhos na família que não contribuam para a renda do lar enquanto estudam. Tal dinâmica não pode ser vivida da mesma forma pelas classes populares, desfavorecidos por uma realidade de trabalho mal remunerado, poucos direitos garantidos e com uma formação precária no ensino básico. Essas condições de desigualdade se estendem para a universidade, revelando um esquema vicioso onde apenas uma pequena parcela da população tem acesso à educação e a profissionalização – que são direitos garantidos na constituição. Há uma demanda latente, portanto, de maior representatividade da população brasileira no ensino superior público.

Foi durante o período de expansão e popularização da universidade pública que pudemos ver aquilo que o economista Marcelo Néri (2008) denominou “nova classe média” (YACCOUB,

2011; SARAIVA *et al.*, 2015; KOPER e DAMO, 2018; JUNGE *et al.*, 2018), também chamada de “nova classe C”: consequência do crescimento do poder aquisitivo de uma parcela da sociedade que antes se encontrava próxima da linha da pobreza, mas que chegou a possuir então melhores condições do que em qualquer outro período da história brasileira. Nas universidades esse efeito foi bem evidente, pois além das famílias brasileiras estarem em melhor situação econômica, “(...) em números absolutos, entre 2003 e 2009, as classes E e D tiveram uma diminuição de mais de 20 milhões de pessoas, contrabalançadas pela passagem de mais de 29 milhões para a classe C e 6,5 milhões para as classes A e B (cf. Neri, 2008, p. 12).” (KOPER e DAMO, 2018, p. 347).

Famílias que anteriormente não tiveram acesso a universidade agora podem proporcioná-lo para seus filhos e filhas – que, por sua vez, se tornaram responsáveis de trazer para a universidade demandas e perspectivas de um outro *habitus* da desigualdade do nosso país. Utilizo os termos “classes populares” e “elites” por serem categorias relacionais que expressam bem o panorama hierárquico e qualitativo das classes econômicas nessa pesquisa, onde pretendo destrinchar os condicionantes sócio-históricos envolvidos para além dos detalhes e previsões de modelos econômicos, que dizem muito pouco sobre as pessoas, mas funcionam como ótimos mapas teóricos para se pensar esses diferentes lugares. O que me interessa aqui é entender, por meio da interseccionalidade, como essas estudantes de elite ou das classes populares desenvolvem o adoecimento mental no atual cenário de sucateamento da universidade pública, que desde 2014 sofre da falta de financiamento – e, mais recentemente, também de ataques sistemáticos do governo federal.

Um exemplo que ilustra bem a família brasileira das classes populares a que me refiro está no documentário “A Família Braz” (2000), que registra os desafios e prazeres do dia-a-dia de uma família das classes populares em uma periferia de São Paulo. Nesse filme, surgem questões como o alcoolismo do pai, o cuidado da mãe, filhos e filhas que se esforçam para conseguir um emprego, enquanto apenas uma filha era incentivada a estudar e se profissionalizar, lidando simultaneamente com a pressão de largar os estudos para contribuir com a renda familiar. História semelhante à de uma das interlocutoras dessa pesquisa, que se encontrava no dilema ético-familiar de ter que interromper sua formação para trabalhar em tempo integral.

Muitas famílias brasileiras empregam a estratégia de escolher o filho mais novo para estudar, enquanto os outros precisam prover de formas diversas. A família Braz é registrada em

uma continuação desse documentário, dessa vez dez anos depois, em “A família Braz: dois tempos” (2010), quando são abordadas as conquistas de cada um dos membros da família. O resultado que vemos no segundo filme foi o enriquecimento e a melhoria da qualidade de vida em contraste com a “antiga” família Braz, notável na cena em que mostram os carros que a família conseguiu adquirir, e o significado disso para quem nunca teve acesso a bens de consumo.

Com a queda nos indicadores de desigualdade, a população já podia desfrutar dos benefícios de uma incipiente redistribuição, acompanhada de um crescimento econômico acumulado de 40% entre 2004 e 2013, e de 58% de aumento da renda média das famílias no mesmo período, apesar da recessão internacional. (KOPPER e DAMO, 2018, p. 344)

É comum que ao falar sobre as classes populares, estejamos falando sobre relações familiares voltadas para um funcionamento holístico e coletivo, que, como Duarte (1986) bem assinala, são famílias que precisam se manter unidas, numa dinâmica interdependente diferente do individualismo das elites brasileiras, que por vezes mudam os rumos do planejamento familiar, como o filho advogado que desiste da profissão para se tornar cineasta, garantido financeiramente pelo apoio de uma rede familiar segura (VELHO, 1981). Aponto para o fato de o poder aquisitivo dessas famílias ter aumentado, tornando possível jovens recém-saídos do ensino médio realizarem uma universidade pública de qualidade. Com a melhoria nas condições econômicas das famílias, rompeu-se parcialmente um ciclo onde os mais jovens buscavam trabalho após ou durante o ensino básico, mudando para um modelo onde as famílias começavam a colocar seus filhos em processos de educação de ensino superior, com possibilidades de ascensão profissional antes inéditas em sua história familiar.

Os objetos, dessa maneira, excederam a condição de simples artefatos para ganhar simbologia de *status* social, expressividade de classe e conquista de conforto. Até que ponto eles realmente concedem conforto é questionável, até pelo fato dessa sensação ser relativa, o que dependerá do *ethos* e dos valores de cada grupo. O que se pode perceber para os indivíduos desse grupo específico é que passaram a ganhar visibilidade, atenção e respeito a partir da melhora do poder aquisitivo, e isso não significa um aumento de renda, mas de poder de compra, o que é completamente diferente. (YACCOUB, 2015, p. 228-229)

Após o reconhecimento de um vasto mercado consumidor representativo do *habitus* da “classe C”, houve também uma mudança estrutural na forma como diferentes mercados reconheciam essa camada da sociedade, que, segundo Neri, representa de forma autêntica aquilo

que entendemos por sujeito médio brasileiro. Ou seja, a ampla camada que antes tinha acesso limitado ao capital cultural e econômico agora consegue atrair a atenção do mercado e da cultura de massa para os seus interesses, os das “classes populares”. Um bom exemplo desse movimento de atração do mercado de massa pode ser percebido no programa “Esquenta” (Rede Globo, 2011-2017), que tinha como público-alvo a população periférica brasileira, em um horário privilegiado de exibição, e era apresentado por Regina Casé: uma mulher negra que com frequência tratava de temas relacionados à periferia, valorizando os aspectos positivos das classes populares e dando espaço para críticas sobre a marginalização de grupos excluídos e vítimas de preconceito e violência; inclusive, com co-criação assinada pelo antropólogo Hermano Vianna, ex-orientando de Gilberto Velho.

Não foram apenas as lojas de eletrodomésticos que tiveram benefícios ao longo dos anos 2000, mas também as universidades privadas. Essas, ao perceberem a ampliação do poder aquisitivo de uma vasta camada da sociedade, viram uma oportunidade inédita de investimento – não em um modelo acadêmico de produção do conhecimento, mas em um modelo de faculdade que conseguisse atender jovens em busca de uma profissionalização rápida e prática. Há, nesse modelo, maior preocupação em aprovar os alunos por meio de ritos e processos burocráticos do que em formar pesquisadores, considerando o alto custo de manutenção de uma universidade de grande porte (CALDERÓN, 2000). Minha crítica às faculdades privadas não quer dizer que eu não concorde com um formato de ensino profissionalizante a curto prazo para o mercado de trabalho, afinal, não são todas as pessoas que optam por trilhar um percurso acadêmico tão longo. Porém, a universidade pública frequentada pelas minhas interlocutoras é muito distante da realidade da maioria das faculdades privadas, principalmente pelo horizonte científico proposto pelo curso de Ciências Sociais.

Em termos bourdieusianos, a universidade possui um *habitus* característico de uma instituição que por muito tempo foi de uso exclusivo das elites brasileiras, e que agora passa por um processo de disputa entre as camadas que conseguem ingressar parcialmente nesses espaços. Na universidade pública, a representatividade pode ser observada pela inserção de jovens por curso, como no caso de cursos de direito ou medicina, onde se nota um perfil de estudantes bastante homogêneo, com maioria de homens e mulheres brancas das classes médias altas. Isso é, estudantes que são condicionados desde cedo pelos familiares a ingressar na universidade, acostumados, ao longo de sua formação, a rotinas de estudo e cursos preparatórios; o que torna

bastante difícil para um jovem periférico ‘competir’ tendo as mesmas chances que eles, partindo de condições bem menos favoráveis.

3.1.2. Interesse público e conhecimento acadêmico

As conquistas sociais que venho apontando até aqui ocorreram ao longo de uma década, acompanhando o panorama global e macroestrutural de mudança na sociedade brasileira e no mundo. Após o golpe de 2016, o Brasil resolveu seguir outro rumo, na direção das medidas de austeridade neoliberais que minaram o financiamento à pesquisa, que desde 2014 tem sido alvo de reduções gravíssimas. Desde 2014, muitas coisas mudaram para pior no ensino superior federal, sendo um dos principais segmentos a sofrer cortes e ataques constantes.

Quando pensamos sobre uma instituição ou espaço elitista, no caso o meio acadêmico, uma análise interseccional é capaz de expressar melhor a realidade das universidades do que índices estatísticos e macroeconômicos. Uma evidência próxima é que grande parte dos professores com quem tive aula ao longo dos últimos anos eram europeus brancos, havendo pouquíssimo espaço para professores negros ou de origem periférica local, realidade mais do que comum entre as IES brasileiras. No país marcado pelo mito da democracia racial (FREYRE, 2005), não haver no mínimo uma coletividade de professores negros no curso de graduação em Ciências Sociais, sem contar com outros departamentos ou cursos de alto prestígio como Medicina, é manifestação clara de uma estrutura racista que promove e prestigia outros tipos de conhecimento que não o da realidade local na qual grande parte dos estudantes está inserida.

Embora o acesso a universidade seja limitado, acho importante destacar como é para jovens desfavorecidos estar em um ambiente de prestígio acadêmico, e trago aqui um exemplo midiático que explora essa perspectiva. Jeferson César Silva de Oliveira, com 20 anos, foi aprovado em medicina na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), enquanto seus pais não tinham o ensino fundamental completo. Jeferson já fazia uma universidade pública na licenciatura em física, que, segundo ele, lhe deu condições, por meio da bolsa de estudos a que tinha direito, de ajudar a família e de minimamente poder estudar para o curso de seus sonhos: medicina. Jeferson foi eventualmente aprovado no sistema de cotas para medicina, e segundo a matéria, tem o desejo de ajudar as pessoas desfavorecidas e em carência de sua cidade. "Moro em uma cidade pequena, e todos nós sabemos a dificuldade para ter médicos para atender a

população. Pensando no futuro, [escolhi medicina para] poder contribuir para o benefício das pessoas”.

Aqui, temos um exemplo de como a mídia enaltece a ideia de meritocracia, mas também ilustrativo da capacidade transformativa da universidade gratuita e do ensino de qualidade. Evidencia, além disso, como há um retorno da política de cotas para o bem coletivo, e como esse retorno assume um caráter limítrofe, ao reconhecer o compromisso biográfico que se tem com seu contexto local. Não me lembro quando foi que meus colegas de baixa renda tiveram seus rostos estampados no jornal por ingressarem em Ciências Sociais, por mais desfavorecidos que tenham sido. Afinal, é o curso de Medicina, tanto como Direito ou Engenharia, que possui um alto prestígio simbólico e social, emblemático das hierarquias internas na academia.

A escolha de curso nas classes é uma decisão encoberta por camadas de significados e símbolos inculcados na subjetividade dos indivíduos, e limitada pelo acesso às condições materiais de existência. Jeferson tem uma história de superação, mas pouco está registrado sobre as condições estruturais nas quais ele se inseriu, ou como os casos de racismo e desigualdade que porventura promoveram a empatia ou agressão de seus colegas. Não estou aqui argumentando que alunos de graduação em medicina ou direito sejam pessoas ruins ou má intencionadas, mas de que elas se encontram em espaços de poder que reproduzem dinâmicas racistas e intolerantes com o diferente, surgindo como potenciais jovens agentes das estruturas englobantes e englobadas da hierarquia acadêmica.

Pensando especificamente sobre a UFPE, essa representa um microcosmo notável do ensino superior no Nordeste, aparecendo com frequência nas listas de melhores universidades do Brasil, e várias vezes definida como a melhor da região. Seus segmentos são valorizados conforme uma hierarquia de prestígio e mercado de trabalho respectiva de cada curso. Os cursos de Ciências Humanas dividem um edifício de treze andares, e seus estudantes convivem com precárias condições técnicas, como elevadores sempre quebrados e projetores que misteriosamente não funcionam. Enquanto isso, na Faculdade de Direito do Recife, grande parte dos discentes transitam com automóvel próprio e trilham planos de carreira bem estabelecidos, com remunerações diversas, em estágios em advocacias privadas – quase mini-salários, que se chocam com a realidade dos demais cursos dessa mesma universidade.

Com a inserção de jovens das camadas populares, as vagas prestigiadas nunca foram tomadas das universidades, mas ocupadas na construção de novas universidades e expansão das

atuais. Não se viu uma redução das vagas para as elites que historicamente ocupam o ensino federal público, mas a inclusão de grupos que jamais estiveram em um âmbito de reflexão crítica como a acadêmica. Um dos reflexos mais agressivos dessas distinções de *habitus* e intolerância pode ser notado no incidente em que, na Faculdade de Direito do Recife, uma estátua de Iansã, entidade reverenciada por religiões afro-brasileiras, foi quebrada no dia da consciência negra. Uma estátua de culto afro-brasileiro ser quebrada não é apenas um fato que demonstra o quanto os grupos minoritários são prejudicados e ofendidos, é também um gesto que deixa visível como esses estudantes que não tinham acesso à universidade são vítimas de agressões pelo seu espaço conquistado.

O psicanalista Frantz Fanon lidou bem com as questões sobre racismo, alteridade e diferença em “Pele negra, máscaras brancas” (2008), livro fundamental para entender o pós-colonialismo e a condição do negro nas sociedades ocidentais. Para ele, a continuidade da violência ocorrida no período colonial, afirmada na discriminação racial e na desumanização de modos de vidas que não o ocidental, leva a uma condição de perda ontológica das tradições negras para agradar e satisfazer os brancos europeus. Do trauma colonial se constitui o racismo estrutural que temos hoje, o qual Fanon descreve como um momento de ruptura existencial para os negros, que passaram a atribuir sentido à sua existência a partir de uma realidade subjetiva moldada por/para pessoas brancas.

Para Fanon, o racismo estrutural expressa a necessidade de inferiorizar uma posição para justificar o lugar de privilégios que o branco tem na sociedade, conferindo ao negro aqueles atributos que lhe opõem à superioridade hierárquica estabelecida pelos brancos. Essa manutenção simbólica do lugar inferior que o “Outro” ocupa revela a necessidade existencial e subjetiva do negro em reconhecer esse lugar ao qual ele pertence e agir de acordo com aquilo que é esperado dele pela sua cor – levando a casos como a complicada situação psicanalítica estudada por Fanon na clínica com homens negros na Argélia. A violência está embutida nas dinâmicas individuais de forma estrutural, seja no linchamento físico ou na eliminação simbólica pela segregação. Vemos que ocorre uma eliminação do indivíduo por meio da dependência estrutural a um determinado grupo identitário, como as mulheres, homossexuais ou deficientes, que são separados, explorados e apossados pelo poder hegemônico, de forma a perpetuar relações estruturais de dependência e exploração.

É na medida em que ultrapasso meu ser imediato que apreendo o ser do outro como realidade natural e mais do que natural. Se fecho o circuito, se torno irrealizável o movimento nos dois sentidos, mantenho o outro no interior de si. Indo às últimas consequências, chego mesmo a lhe tomar este ser-para-si. (FANON, 2008, p. 180)

No contexto pós-colonial o negro não possui um espaço delimitado para expressar de forma livre sua subjetividade, mas deve se manter constantemente em contextos que são impostos pelos brancos. Essa distinção racial que coloco aqui poderia muito bem ser feita na perspectiva de gênero, completando o eixo interseccional da classe, raça e gênero, mas mobilizo Fanon por se tratar de um psicanalista, uma pessoa que teve contato com os sonhos de seus interlocutores, onde podia ver um processo de neurose coletiva entre os negros que eram atormentados violentamente no esquema estrutural do racismo.

Pode parecer uma concepção ingênua, já que são verificadas falhas gritantes no funcionalismo público e nas próprias universidades federais (as quais pretendo esmiuçar ao longo da análise das entrevistas), mas acho importante fazer uma defesa e uma reflexão sobre a educação como ferramenta de transformação da realidade social, e do conhecimento como um direito comum a todos os cidadãos. As IES federais que temos no Brasil compõem uma grande rede de proporções continentais, conectada de forma orgânica, paralela ao modelo do Sistema Único de Saúde (que, por sua vez, foi uma vitória existencial para as classes populares do Brasil). Temos nas universidades públicas o mecanismo das cotas raciais, acatadas ou não pelas universidades, buscando trazer equidade para os negros, indígenas e grupos minoritários, pois é por meio do conhecimento que se torna possível um entendimento sobre a realidade hegemônica em que vivemos.

A expansão e popularização das universidades públicas proporcionou o contato e interação entre diferentes *habitus*, o que permitiu o desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados à realidade diversa de estudantes e pesquisadores das classes populares – mas que também mudou o entendimento dos docentes sobre as dificuldades de seus alunos, deixando em aberto para eles a escolha de estabelecer uma relação de equidade quanto às demandas do dia-a-dia estudantil. É nessa conjuntura, onde as “primeiras da família” surgem na universidade pública, que temos um panorama dos contextos em que o adoecimento se desenvolve na universidade, somado às questões biográficas que essas estudantes trazem para a vida acadêmica que iniciam.

3.1.3. Família, Juventude e Interseccionalidade

Ao longo da pesquisa, narrativas sobre o adoecimento que se dava na passagem da infância para a adolescência foram muito recorrentes, revelando não só a intolerância dos núcleos familiares tradicionais com a diversidade de gênero de seus filhos e filhas (BAERLOCHER e CRISTINA, 2019), mas também como essa transição pode ser definida por uma experiência de libertação traumática desses espaços de abuso físico e/ou moral (ARANTES, 2012). Pretendo agora analisar como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe se relaciona com o adoecimento mental, desde a insegurança existencial da falta de dinheiro para se alimentar até os abusos psicológicos decorrentes da supressão de uma identidade de gênero evidente para a jovem, mas sancionada por familiares, colégios e igrejas. Quanto à perspectiva racial, discorrerei sobre a branquitude presente entre os jovens de alta renda, propensos a sofrer por se beneficiarem de privilégios que separam sua experiência da realidade de seus colegas negros e negras; assim, abordarei como se desenvolve o sentimento de culpa das pessoas brancas.

Ao longo do trabalho de campo, não foi apenas o adoecimento que me conduziu pela escuta das narrativas do sofrimento de pessoas situadas no mundo, houve também os processos de amadurecimento decorrentes da distância geracional. Se antes havia discutido sobre as condições estruturais das famílias brasileiras em inserir uma geração de jovens nas universidades, trago agora como a interseccionalidade está relacionada com as condições de adoecimento da saúde mental observadas no contexto local da UFPE. Investigando como a transição da juventude para a maioridade é composta de momentos disruptivos para a identidade, compreendendo que é um momento onde muitos entendimentos sobre o mundo são construídos e desconstruídos dentro da universidade.

Os estudantes universitários passam por mudanças, sejam elas fisiológicas, neurológicas e psicológicas, isso devido à transcorrência da adolescência para fase adulta, fazendo com que os indivíduos enfrentem este período crítico de adaptação ao novo papel social que passam a vivenciar. (SILVA *et al.*, 2018. p. 2)

O conceito de interseccionalidade teve sua origem nos debates das feministas negras do final dos anos de 1970 (DAVIS, 2016; CRENSHAW, 1989, 1991; COLLINS, 2015) mobilizando uma reflexão “[...] cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo.” (HIRATA, 2014, p. 62). Ao lançar mão da categoria de

interseccionalidade, não utilizo uma terminologia que apenas sobreponha aquilo que podemos pensar como marcadores sociais, mas uma corrente teórica que parte do posicionamento político na base de sua reflexão; que afirma a existência de situações onde o abuso e a violência, mesmo tomando diferentes formas, estão sempre presentes sob uma dominação hegemônica que historicamente explora e oprime determinados grupos identitários.

Incluo na perspectiva interseccional desse trabalho a categoria de “geração”, por tratar aqui de um grupo de jovens estudantes que desenvolveram várias das questões referentes às suas perturbações durante a fase escolar, além de haver entre as gerações (jovens, idosos e adultos) uma disjunção no acesso aos direitos básicos do cidadão. Percebo a juventude como uma fase de descobertas difíceis, onde o controle e a influência exercidos pelos familiares, muitas vezes, pode colocar o jovem em situações traumáticas de vulnerabilidade e sofrimento psíquico (ANDRADE, 2010; SAMPAIO, 2011; ROSSI e CID, 2019; ROSSI *et al.*, 2019).

Aqui não se trata apenas da reprodução de valores familiares que são inculcados nos jovens, mas também de violações claras aos interesses de alguém por pertencer a determinado alinhamento interseccional. Como coloca Luna Naara (2017) a respeito da categoria de “ideologia de gênero” e da mobilização de setores religiosos na política brasileira, o uso instrumental da categoria de família é oposto às construções liberais de individualidade características da modernidade (DUMONT, 1987). Evidencia, também, como a religião e a família polarizam outras formas de comportamento situando-as, por oposição, no lugar do profano, em uma tensão estrutural e dinâmica da realidade brasileira que afeta e muito as interlocutoras dessa pesquisa, restringindo seus direitos e colocando-as em situações de vulnerabilidade.

Na discussão sobre diversidade de gênero, fica evidente que a categoria de política sexual se torna cada vez mais importante, pois como indica Carrara (2015), apenas uma coexistência de diferentes dimensões do erótico e do sexual poderiam indicar a manutenção do princípio liberal da individualidade físico-moral da pessoa.

[...] o conceito de política sexual permite interpelar simultaneamente múltiplas dimensões da gestão social do erótico e do sexual e explorar a coexistência, às vezes conflitiva, de distintos e muitas vezes contraditórios estilos de regulação moral, compreendidos aqui como conjuntos singulares de técnicas de produção de sujeitos, ou seja, de pessoas dotadas de certa concepção de si e de certa corporalidade. (CARRARA, 2015, p. 235)

Entre minhas interlocutoras, a violência simbólica fazia parte do dia-a-dia e não tinha uma explicação clara, pois era percebida pelo silêncio dos tabus, às vezes explícitos, do que se diz e o que não se diz entre familiares ou professores. Para uma criança ou uma adolescente, a relação com a realidade é mediada por interfaces da violência estrutural decisivas para o tipo de relação que o jovem terá enquanto adulto com esse *habitus* o qual está inserido.

Enfatizo que essas interfaces atravessam as categorias de raça, classe e gênero, e podem ser compreendidas a partir do trabalho etnográfico; mas podemos concluir que a imposição de uma identidade de gênero, a constante busca pela saída de uma vida economicamente precária e o funcionamento estrutural do racismo, fazem parte de condições que são impostas pela realidade na qual estamos sócio-historicamente localizados, e os estados mentais são representativos de como essas relações ocorrem. O sofrimento que leva a um estado depressivo não possui uma medida única, mas infinitas relações e correlações que assumem a forma daquilo que entendemos na antropologia por subjetividade – formada por uma infinidade de memórias e experiências que constituem a ideia subjetiva e particular de Pessoa.

Muitas interlocutoras assumiam que eram diferentes e que não se encaixavam na heteronormatividade, ou que não tinham os mesmos interesses da família, mas mesmo assim se esforçavam o máximo possível para atender as demandas do núcleo familiar, ainda que resultasse na negação da própria identidade; lutando consigo para serem incluídas, diante do medo da rejeição e do isolamento. Também vale ressaltar o quão notável é a compaixão e empatia das interlocutoras com as mães que não aceitavam sua orientação sexual, e que, apesar das discussões e brigas, entendem as limitações e o esforço que foi feito para estarem no lugar de mãe e filha, ao passo que a figura paterna é muitas vezes odiada pelo abandono e/ou violência, ou são postos em segundo plano como genitores distantes.

Independentemente do que se pense ou se deseje pela estrutura familiar, a realidade dos jovens não é dissociada do panorama geral em que outras gerações se encontram: jovens fazem sexo, possuem diferentes identidades de gênero, são vítimas de racismo, consomem drogas e chegam a ser responsáveis por contribuir com a renda familiar. O adoecimento psíquico não é apenas uma doença pela qual a vida abate o sujeito, para alguns segmentos, é seu próprio modo de vida, que encontra seu limite na tensão psíquica decorrente dessa vivência. Reconhecendo toda a violência do período colonial e das agressões aos direitos humanos no período da ditadura, e das incontáveis batalhas das populações oprimidas, como não pensar que a educação dos

jovens será um processo tão traumático quanto essas feridas expostas que não nos dispomos a solucionar? Como diz Mauss a respeito da relação entre adultos e jovens na infância, “[...] essas relações entre as gerações de crianças e as gerações de adultos que é a educação encontram, precisamente aqui, suas principais raízes, seu tronco, seu caule e o desenvolvimento de sua folhagem. (MAUSS, 2010, p. 243).

Uma das interlocutoras dessa pesquisa narra seu embate ainda no ensino médio com uma coordenadora que lhe perseguia, acusando de vender drogas e incitar conflito entre alunos. Embora fosse uma criança que contestava a autoridade dos adultos, ela eventualmente atribuiu a culpa de estar gerando conflitos por ser quem é, e não pela relação totalmente descabida que a coordenadora travou com uma estudante digna de direitos e deveres como qualquer outra – sem falar nas acusações sem fundamento. Pela desigualdade de poderes que a hierarquia geracional sistematiza, é na educação básica e no ensino médio que os jovens passam por situações de desconfiança e são passíveis de serem punidos; muitos chegam a desenvolver traumas que refletem posteriormente em suas vidas, fenômeno bastante frequente nessa pesquisa.

Como apontado por Naara sobre o advento de uma “ideologia de gênero”, fica claro que um projeto de limitação do Estado a partir da família é um incentivo para que jovens sejam invisibilizados em situações de violência, e as marcas da infância geralmente são as que trazem sentido e valor para muitas das reflexões na universidade.

Ao relacionar as categorias de classe, raça e gênero ao contexto da juventude pela qual minhas interlocutoras estavam atravessando, fica claro como as questões que envolvem o adoecimento na universidade têm relação direta com a dinâmica que o aluno desenvolve com a instituição. Passam pelas decepções e tristezas de quem disputa em um ambiente acadêmico as reduzidas vagas em projetos de pesquisa e bolsas de extensão possíveis, mas também atravessam as categorias de classe, raça e gênero profundamente.

3.1.4. Branquitude, culpa e sofrimento

A categoria de raça raramente era uma questão que se estendia nas discussões sobre o adoecimento ou sofrimento psíquico. Diferente de como eu imaginava, as interlocutoras não conseguiam expressar muitas situações onde ser negra ou parda na universidade incidiam de alguma forma nas questões relacionadas a um adoecimento depressivo ou ansioso; por outro lado, essa situação tomava outra perspectiva no caso de estudantes auto-identificados como

brancos. Trago aqui essa reflexão racial a partir do marco da branquitude pelo fato dessa categoria estar próxima do sofrimento acadêmico, tendo em vista como o sofrimento corrente dessas estudantes se enquadra no panorama macroestrutural da universidade, ainda que na esteira de uma aparente mudança que vemos no pensamento contemporâneo sobre as pautas identitárias.

Da mesma forma que vemos situações de autorreconhecimento do negro sobre si, revelando então a negritude e o sentimento de orgulho, o caso da branquitude revela uma vergonha arraigada nos privilégios em relação à sua contraparte, o negro, desprovido das condições privilegiadas as quais o branco naturaliza. Percebo como o termo branquitude vem sendo usado de formas diferentes, todas buscando a construção de um marco teórico viável para pensar o que vem a ser a experiência do ser branco (FRANKENBERG, 1994; CARDOSO, 2010; COROSSACZ, 2014; SCHUCMAN, 2012), mas concordo com Cardoso que:

A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema, Ruth Frankenberg, define: a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, numa posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (CARDOSO, 2010, p. 611).

Entre as estudantes com indícios de depressão ou ansiedade, as brancas eram certamente as que mais lidavam com a necessidade de se provarem para suas instâncias familiares, e pouco se sentiam a vontade para celebrar as conquistas acadêmicas, como as recorrentes boas notas. Para uma das interlocutoras brancas, era um esforço enorme lidar com sua namorada negra advinda de movimentos sociais, devido à dificuldade de superar a barreira do privilégio branco que separava suas experiências anteriores e posteriores das dela, e por pertencer a um mundo que, por ser mais fácil que o dela, seria um lugar menos “real”.

Em um entendimento estrutural das relações raciais em nosso país, concordo com Cardoso que o espaço da branquitude tem sido cada vez mais ocupado pela branquitude crítica do que acrítica, divisão que Cardoso faz com o intuito de estabelecer os diferentes polos políticos da manutenção simbólica e material dos privilégios que os brancos possuem.

[...] quando vão definir a branquitude geralmente não fazem a mesma distinção, definem de forma genérica que uma das características da branquitude seria a expressão homicida. Não posso concordar com essa generalização, pois a característica assassina é uma particularidade

da branquitude acrítica e não da branquitude crítica. Assim como se faz necessário definir as diferentes práticas de racismos, igualmente, não se pode deixar de distinguir a pessoa ou grupo que pratica racismo. Essa é uma das razões da nomeação da branquitude de forma distinta como branquitude crítica e branquitude acrítica. Pois na minha perspectiva esses conceitos podem contribuir para maior observação, análise e pesquisa do conflito racial. (CARDOSO, 2010, p. 613)

Entre as interlocutoras brancas, todas manifestavam uma dimensão crítica sobre o ser branca, no entanto, parecia ser um esforço que intensificava o sentimento de culpa, diante daquilo que parece ser para elas uma dívida impagável do trauma colonial. A branquitude crítica a qual pude entrevistar falava sobre usar seus privilégios para o “bem”, ou reafirmava certas dificuldades particulares que “equalizariam” um pouco sua culpa racial, mas sempre com um sentimento de justificação das atitudes e posicionamentos político-sociais. Pensando a partir da minha própria branquitude, da mesma forma que o racismo para jovens negros está cercado por condições de perigo e violência racial, um conforto tóxico cerca todas as instâncias da branquitude, onde percebo uma condição cosmopolita e *blasé* que diminui as tensões e relações que desenvolvemos com a realidade da rua, como se os privilégios jamais fossem “desligados” e mantivessem o sujeito em um mundo ilusório e virtual de confortos – o que forma pessoas despreparadas para as inevitáveis dificuldades da vida.

Fica claro que um dos efeitos da política de cotas tem sido, mesmo que de forma fragmentada, uma bem sucedida iniciativa pela inclusão e discussão racial constantes nas universidades. Nesse contexto, a raiz do sofrimento das interlocutoras brancas se baseia em uma conjuntura sócio-histórico válida de refletir, pois mudanças sistêmicas no pensamento social são uma construção a longo prazo da prática particular dos atores sociais. Embora houvesse um esforço para identificar suas próprias atitudes, como em usar os privilégios “para o bem”, o caso da interlocutora envolvida com uma parceira negra de movimentos sociais é uma realidade corrente no curso de Ciências Sociais, onde a natureza dessa área do conhecimento envolve muitas vezes uma proximidade com causas e lutas políticas históricas do Brasil. Nesse clima de tensão e acirramento das disputas políticas, muitos discentes acabam trazendo para o âmago de suas vidas as suas interpretações políticas da realidade, possivelmente tornando difícil a relação com alguém que constantemente lhe lembrará do seu lugar no passado de nossa história.

3.1.5. A identidade de gênero na juventude

Se pela perspectiva racial a reflexão sobre a branquitude foi mais preeminente entre minhas interlocutoras brancas, a temática de gênero atravessou quase todas elas. Das onze entrevistas que pude realizar, oito foram pessoas que não se identificavam com a heteronormatividade por serem homossexuais, bissexuais ou até não terem definido seus interesses sexuais e amorosos, enquanto a divisão racial foi mais distribuída, com quatro brancas, quatro pardas e três negras.

As interlocutoras negras foram as que menos falavam sobre serem negras na universidade, pois se sentiam acolhidas e reconhecidas; não havia tanto que elas pudessem relacionar, nas entrevistas, sobre ser negra e o adoecimento, mas muito sobre ser pobre e adoecer por conta da necessidade econômica. Na questão de gênero, as narrativas sobre o adoecimento se desenrolavam completamente em torno da intolerância de familiares e de outros círculos sociais, com consequências graves na adolescência.

A simples pergunta de “como foi o colégio para você?”, quase sempre levava às mais longas descrições de como era necessário que meninas agissem feito meninas, que na igreja não fosse revelado caso um menino fosse gay, e até mesmo como a intolerância familiar pode reforçar uma supressão voluntária da própria identidade de gênero. Nesse sentido, a informação tem papel fundamental para uma jovem entender sua situação diante do caos que o mundo adulto pode transmitir, filtrando a realidade as vezes com bastante dureza.

Uma interlocutora sofria para ser aceita pela mãe, que não aceitava que a filha fosse lésbica, e essa dinâmica de intolerância se estendia aos administradores e estudantes da escola, onde ela era singularmente chamada à atenção por nenhum motivo razoável, vista como diferente, rejeitável e passível de ser maltratada. Posteriormente, essa mesma interlocutora justificou que não sabia como agir pois não tinha contato com uma literatura ou conhecimento sobre gênero e feminismo, vindo a ter apenas perto de ingressar na universidade, processo que lhe descobriu o sentido da sua identidade de gênero e das atitudes das pessoas ao seu redor, e de alguma forma reduzindo sua depressão. É difícil imaginar o quão confuso pode ser para uma jovem que não é instruída ou levada a entender o que acontece com seu corpo, e como as pessoas ao seu redor podem ser incompreensíveis e cruéis diante de qualquer agência da jovem na infância.

A presença de mulheres na universidade tem sido aclamada por muitos veículos de mídia de forma semelhante à de pessoas negras em âmbitos majoritariamente ocupados por pessoas

brancas. Ainda assim, se mantém uma grave dificuldade de inserção nos espaços decisórios. Conceição (2006) contesta os supostos avanços pela equidade de gêneros na universidade, reforçando como a forma com que as mulheres são tratadas na universidade é baseada nas práticas de aceitação e culpabilização aprendidas na infância por serem mulheres, tornando essa mais uma dificuldade presente na possibilidade de agência das mulheres no espaço acadêmico, havendo ainda um longo caminho nas universidades brasileiras nessa questão.

Em grande medida, poderíamos afirmar que o processo de distanciamento das mulheres para com a ciência, enquanto atividade sistematizada, começa no processo de socialização. Direcionadas para atividades ditas “femininas”, mesmo a entrada na carreira científica acaba esbarrando em outros constrangimentos como a difícil escolha entre família, maternidade e carreira. Assim, não se trata apenas de superar os constrangimentos criados, mas de reinventar a atividade. A questão da objetividade da atividade se confunde com a postura em direção à superação dos obstáculos. (CONCEIÇÃO, 2006, p. 457)

Interlocutoras que moravam em bairros mais distantes quase sempre tinham que passar o dia na universidade, se alimentando no restaurante universitário ou trabalhando meio período em algum estágio. Situações mais arriscadas ocorrem à noite, como o risco do abuso sexual e o entendimento de que por ser mulher você está mais vulnerável. Essa ideia é corrente entre minhas interlocutoras de baixa renda, que precisam se adequar às demandas da universidade sem o mesmo conforto e comodidade de estudantes que possuem carro e/ou que têm as demandas domésticas resolvidas em casa.

Uma interlocutora que passava pelo luto com o falecimento do pai não tinha como garantir a alimentação e transporte para a universidade, cogitando abandonar os estudos para contribuir com a irmã para a manutenção da casa, muito pela dificuldade de conseguir auxílio estudantil no começo do curso. Por companheirismo, essa interlocutora acabou tendo o apoio de colegas que contribuíam para seu transporte e alimentação com o próprio dinheiro, até que eventualmente ela conseguiu um auxílio estudantil e a bolsa PIBIC.

É importante lembrar o elo indissociável que a categoria de Pessoa possui no campo da saúde mental, pois esse adoecimento surge de situações muito particulares, que possuem seu sentido mais nítido quando ouvimos atentamente as demandas que são trazidas. O tratamento para o adoecimento mental é uma empreitada a longo prazo, na busca por compreender a constelação de problemas, prazeres e sofrimentos que as pessoas desenvolvem ao longo de suas vidas. Infelizmente, grande parte dos relatos aqui foram vinculados a uma fuga da

heteronormatividade, a histórias sobre desrespeito, preconceito e eventualmente violência. A intolerância e convivência com violência doméstica pelo fato de ser uma pessoa homossexual, por exemplo, leva a sérios distúrbios que se refletem nas tentativas de suicídio que podemos observar entre estudantes.

Conforme minha pesquisa tem deixado claro, o adoecimento mental não surge na universidade, mas é desencadeado a partir de um choque entre a perspectiva moral da família e as possibilidades de ser disponíveis no espaço universitário. Nesse aspecto, as interlocutoras dessa pesquisa demonstraram como o abandono da figura paterna, a relação das mães com a religião e a dinâmica com a administração em colégios, são potencialmente condições que contribuem para o adoecimento. Estas não incluem somente a imposição de valores, mas também as tensões inerentes de uma rede de relações prejudicadas por traumas e distanciamento familiar.

Um ponto em comum entre todas as onze entrevistas que eu fiz, surpreendentemente, foi o uso de medicamentos psiquiátricos. Diferente do que eu imaginava que seria, todas as interlocutoras tiveram algum contato com o uso de medicação, tanto por prescrição de uma psicóloga que as encaminhara para um psiquiatra, como por uma consulta diretamente com um psiquiatra sem um tratamento psicanalítico prévio. Tendo discutido até aqui sobre o panorama estrutural das universidades no Brasil e a capacidade de uma análise interseccional que contemple essas interlocutoras como recém-saídas de juventudes familiares específicas, farei em seguida um breve panorama sobre as doenças mentais como campo de domínio da biomedicina, e de que modo o grave problema da medicalização da vida veio a fazer parte do cotidiano de muitas pessoas saudáveis.

3.2. O modelo biomédico, medicalização da vida e a definição de doença e saúde

Where is the ritual? And tell me where, where is the taste? Where is the sacrifice? And tell me where, where is the faith? / Someday there'll be a cure for pain / That's the day I throw my drugs away / When they find a cure for pain (Morphine, Cure for pain)

Após esboçar as implicações do modelo das IES públicas e privadas na conjuntura da “nova classe C”, e em seguida compreender a importância da categoria de juventude sobre uma perspectiva interseccional, trago a discussão para as noções de saúde e doença, e como a relação

entre o corpo e a biomedicina vem patologizando uma dimensão fundamental da realidade: o sofrimento.

Irei apresentar uma reflexão crítica ao modelo biomédico e a escassez de evidências científicas que fomentam o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) (GREENBERG, 2013; RESENDE *et al.*, 2015), e como esse manual diagnóstico está vinculado à falsa afirmação de uma epidemia de depressão e ansiedade (WHITAKER, 2010; MACHADO e FERREIRA, 2014), quando na verdade o que ocorre é a venda de remédios com pouca ou nenhuma eficácia (MORENO *et al.*, 1999; MONCRIEFF, 2008; FOURNIER *et al.*, 2010), incapazes de responder às demandas existenciais que envolvem a ideia de sofrimento em distintos contextos culturais.

Na antropologia da saúde e saúde coletiva, é comum perceber uma atitude bastante crítica a respeito do modelo biomédico, notavelmente um modo positivista de produção do conhecimento sobre o corpo humano, onde o médico e paciente estão em dimensões distintas de poder e agência, e ainda separa as noções de corpo e pessoa como se as doenças pudessem ser isoladas de condicionantes ambientais e culturais, sem falar nos dilemas éticos e morais que sobrevoam o campo da saúde. Para a antropologia, essa concepção que divide o corpo e pessoa é bastante perturbadora, mas também condizente com o modo com que os avanços da medicina ocorreram de forma acelerada no capitalismo contemporâneo, levados a cabo pelos sujeitos que detinham o acesso à titulação formal do conhecimento.

Coradini (1997) faz uma excelente análise sobre os condicionamentos sociais de três trajetórias profissionais bem-sucedidas na medicina brasileira, mediante os relatos e registros históricos de José da Cruz Jobim, João Vicente Torres Homem (do período imperial) e Pedro da Silva Nava (já no século XX). Nesse percurso, Coradini demonstra, a partir de uma leitura bourdieusiana, como os títulos escolares, as carreiras médicas e, de forma geral, o rigor científico, eram articulados por redes subjetivas de indivíduos que buscavam a manutenção ou a obtenção de uma autoridade médica. Sob uma perspectiva weberiana, podemos constatar um “desencantamento do mundo” (BEZERRA, 2010), onde o idealismo da profissão é posto diante de uma realidade de relações e burocracias que desmontam as pré-noções do indivíduo a respeito da realidade, construindo outra forma de conformismo, pois essas relações e disputas internas tinham grande importância para a vida desses três sujeitos, não tão distante do que Vita Peacock (2013) observa entre os coordenadores do Max Planck Foundation.

[...] o princípio básico que fornece os critérios de recrutamento da elite sempre foi o das relações sociais com base na reciprocidade, com toda a sua variedade de formas. [...] a melhor maneira de se evidenciar isso é confrontando o elenco de títulos ostentados pelas biografias, inclusive os estritamente escolares e/ou profissionais, com as relações de reciprocidade subjacentes. [...] A única mudança significativa nesse padrão ocorre só no final do período considerado, com a expansão do ensino superior e o estabelecimento correlativo de regras despersonalizadas para o ingresso no mesmo. (CORADINI, 1997, p. 430)

Falar sobre as classes médicas brasileiras é necessariamente falar sobre uma elite que busca a reprodução de seu poder, em um contexto mergulhado de valores e preconceitos tradicionais. Na época desses três importantes médicos da história brasileira, pouco importava a fisiologia humana diante das possibilidades de ascensão simbólica e econômica que eles almejavam individualmente. Era pelo título acadêmico da medicina que o respeito e o reconhecimento distanciavam o médico de sua prática, levando-o para diferentes cargos decisórios da vida pública mais prestigiosos. Como diz Schwarcz (1993) sobre “os homens de ciência”, o período que Coradini aborda demonstra um processo de ressignificação profissional do médico, que cuida de poucos pacientes e possui amplo entendimento sobre as relações aristocráticas e familiares que regem as hierarquias profissionais no Brasil, “Observa-se, portanto, uma tendência a se definir medicina a partir daquilo que está mais próximo de conhecimentos próprios ao exercício do poder político ou da gestão de burocracias públicas.” (CORADINI, 1997, p. 437).

Portanto, se pensarmos o modelo biomédico como uma coisificação da pessoa em um corpo universal, maleável e controlável, o médico se torna uma autoridade de uma prática calada na “verdade” de seu título. Formava, logo, um esquema estruturalmente desigual de saberes onde a fisiologia humana na época era confiada a sujeitos que tinham pouca relação com a prática médica, e estariam dispostos a ir contra outras descobertas científicas para se manterem politicamente relevantes – prática que, diga-se de passagem, tem consequências devastadoras, como podemos ver diante das malfadadas estratégias do governo brasileiro em conter a covid-19.

Diante desse movimento político das elites médicas, ocorrem efeitos na sociedade como o nocivo hábito de chamar qualquer autoridade de ‘doutor’ (FERREIRA e KITSUWA, 2010), não aquele que possui um doutorado nem mesmo aquele que fez medicina. Denomina, sim, o indivíduo que pertence a determinado ponto da hierarquia social brasileira, diante de determinações de classe com modos de perpetuação de uma falsa noção de superioridade, afinal,

a elite médica descrita por Coradini não se distancia tanto dos absurdos que podemos apontar no Brasil do século XX. A figura do doutor se cristaliza em um processo de demarcação hierárquica reproduzido, referido e utilizado pelos grupos subalternos, como em restaurantes ou ao estacionar um carro na rua, entre tantas outras situações do dia-a-dia onde raça e classe são condições postas de forma clara no cotidiano brasileiro, porém velada de falsas equivalências pelo “trabalho honesto”.

A classe jurídica também possui um amplo uso desses termos, e talvez seja ainda mais tóxica do que as classes médicas, mas faço essa larga introdução sobre as classes médicas no Brasil para demonstrar como a ciência pode ser inteiramente posta em segundo plano diante de outras situações mais urgentes para as classes dominantes. Curiosamente, nos anos de 1970, muito depois de José da Cruz Jobim, João Vicente Torres Homem e Pedro da Silva Nava, podemos ver uma impressionante demonstração de como agem os “homens de ciencia” no continente norte-americano.

3.2.1. DSM e a psiquiatria norte-americana

O *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM, 1952-2013), é o principal manual para reconhecimento e diagnóstico de transtornos mentais do mundo, produzido e atualizado pela APA. Diferente do CID, o DSM trata exclusivamente de transtornos mentais e formulações para diagnósticos de transtornos como depressão e ansiedade, mas também é uma referência pela sua longevidade e tradição na psiquiatria norte-americana. Nas cinco edições do DSM, houve um salto incompreensível de 106 transtornos mentais para impressionantes 374 na última edição em 2013, promovendo algumas reflexões sobre os interesses da indústria farmacêutica em uma produção de conhecimento que beneficiasse a produção psicofármacos e aplicação de tratamentos biomédicos.

Segundo Jane Russo (2006), as mudanças ocorridas no DSM representam um distanciamento epistemológico da psicanálise, e um esforço por individualizar problemas referentes ao sofrimento subjetivo de uma pessoa para uma versão hiper-nosológica e homogênea do transtorno mental. As mudanças ocorridas do DSM-1 para o DSM-2 demonstram essa necessidade por compartimentalizar as concepções de saúde e doença para um entendimento rápido, acessível e de fácil compreensão para o psiquiatra atuante, trazendo pouco ou nenhum interesse no que a pessoa que busca pelo tratamento pensa a respeito de sua condição. Para

Russo, com o lançamento do DSM-2 em 1968, já pode-se perceber a retirada dos termos “reação” e “biopsicossocial”, assim como a retirada da nomenclatura das “neuroses”, e da segunda edição para a terceira, ficou claro que havia ocorrido a “[...] ascensão da psiquiatria biológica como vertente dominante no panorama psiquiátrico mundial.” (RUSSO, 2006, p. 465).

Sobre a prática psiquiátrica atual, o antropólogo britânico James Davies aprofunda algumas das reflexões que Jane Russo faz sobre as incoerências do DSM, inclusive buscando desmistificar o DSM ao entrevistar a equipe responsável pela terceira edição em *“Cracked: The Unhappy Truth about Psychiatry”* (2013). Davies questiona diretamente os autores do DSM-3 a respeito do aumento espantoso de 83 novos transtornos da segunda para terceira edição e sobre a metodologia aplicada por esses renomados psiquiatras.

Entre os absurdos que Davies revela em seu livro, está o fato de que alguns transtornos eram adicionados por consenso ou votação, e caso houvesse alguma atitude ou comportamento que estivesse próximo da forma como um dos membros da equipe do DSM-3 definia, seria prontamente evitado ou recusado da lista dos transtornos. Robert Spitzer foi o responsável por levar adiante a equipe do DSM-3 e também por excluir o homossexualismo como transtorno mental da nova edição. No entanto, Spitzer confessa de forma desconcertante como se davam as reuniões decisórias no conselho do DSM-3, praticamente desprovida de dados e pesquisas científicas de grande porte – como se os integrantes fossem oráculos cedendo um grau privilegiado de sua atenção, *know-how* e prestígio da área psiquiátrica para a formulação do DSM, o que pareceu ser suficiente para os envolvidos.

‘So presumably’, I asked, ‘these disorders had been discovered in a biological sense? That’s why they were included, right?’

‘No – not at all’, Spitzer said matter-of-factly. ‘There are only a handful of mental disorders in the DSM known to have a clear biological cause. These are known as the organic disorders [things like epilepsy, Alzheimer’s and Huntington’s disease]. These are few and far between.’

‘So, let me get this clear’, I pressed, ‘there are no discovered biological causes for many of the remaining mental disorders in the DSM?’

‘It’s not for many, it’s for any! No biological markers have been identified.’ (DAVIES, 2013, p. 22)

Essa surpreendente revelação de Spitzer para Davies indica que não houveram novas doenças baseadas em fenômenos orgânicos no DSM-3, e podemos supor pelo excelente currículo

dos envolvidos que se houvesse alguma doença organicamente estabelecida na saúde mental, essa já teria sido descoberta, ou pelo menos que evidências científicas “robustas” tivessem sido utilizadas para tal afirmação. Embora Spitzer não tenha encontrado doenças mentais organicamente comprovadas no DSM-3, de alguma forma essas foram facilmente encontradas e catalogadas em sua própria seção como “Transtornos Mentais Orgânicos” no DSM-4.

Faço uso da categoria de transtorno mental nesta dissertação devido ao uso que minhas interlocutoras tinham de sua situação de sofrimento psíquico, majoritariamente em termos das ciências psi. É comum ouvir das interlocutoras e na opinião pública a perspectiva de que problemas mentais referentes a tristeza, sofrimento, ansiedade até uma incapacitação, na verdade se tratam de doenças, como se essa afirmação justificasse certas atitudes que fazem parte da condição incapacitante imposta pelo um convívio coletivo. Eu mesmo partilhei por anos a compreensão, junto a pessoas próximas de mim, de que o uso de medicamentos como antidepressivos ou antipsicóticos seriam necessários para a manutenção de diferentes fluxos de dopamina e serotonina no cérebro, e que o comportamento social desviante teria assim seu complemento/essência no fato biológico.

Infelizmente, o paradigma psiquiátrico sequestrou a perspectiva psicanalítica e moral do sofrimento, que possui seu maior potencial de cura na ressignificação daquilo que traz dor e aflição, muito aos moldes do que vemos na antropologia pela ideia de eficácia simbólica (LÉVI-STRAUSS, 1989; 2008). A morte de um familiar, o término de um casamento ou o nascimento de filhos são razões legítimas para se transitar no espectro do sofrimento, e são razões que levam as pessoas buscarem alguém capaz de ouvir o que elas têm a dizer, com o intuito de dirimir esse sofrimento dos imponderáveis da vida. Tradicionalmente, esse papel era exercido em nossa sociedade pelos padres, amigos, colegas de trabalho, xamãs, parteiras, familiares e outras formas de rede de apoio que prestam atenção e buscam o melhor para alguém com quem se importam. Não há necessariamente uma forma certa de se estabelecer um livramento do sentimento de sofrimento ou tristeza, mas de viver essas situações da melhor forma possível, geralmente pela ressignificação simbólica por meio da linguagem interpessoal, mesmo assim fiquei surpreso ao ser diagnosticado com um dos transtornos do DSM, um chamado “Dysthymia”, após um considerável período de tratamento psicoterápico e a recomendação de psicofármacos:

Dysthymia. This disorder represents a consolidation of DSM-IV-defined chronic major depressive disorder and dysthymic disorder.

A. Depressed mood for most of the day, for more days than not, as indicated by either subjective account or observation by others, for at least 2 years.

Note: In children and adolescents, mood can be irritable and duration must be at least 1 year.

B. Presence, while depressed, of two (or more) of the following: Poor appetite or overeating; Insomnia or hypersomnia; Low energy or fatigue; Low self-esteem; Poor concentration or difficulty making decisions; Feelings of hopelessness. (DSM-5, 2013, p. 165)

Devido ao contato, nos últimos anos, com uma extensa literatura que alertava sobre as chances de passar por experiências de adoecimento na pós-graduação, era algo que eu imaginava ser possível, mas não tão rapidamente e de forma tão pouco específica. Que tipo de decisão psiquiátrica foi realizada anteriormente, seguindo rigidamente os critérios de observação científica por dois anos, sobre o apetite, insônia, fadiga, baixa-autoestima, dificuldade de realizar decisões ou sentir-se sem esperanças? Optei por não realizar o tratamento, por achar humanamente impossível não sentir, ao longo do período de dois anos, aquelas sensações que tão bem ilustram as dores de ser humano.

No campo da saúde, temos essa grave cisão de classe, raça e gênero, que é a entre a comunidade médica e seus pacientes (muitas vezes recebidos como “clientes”), havendo uma tensão estrutural na qual médicos e pacientes podem discordar e estão posicionados em diferentes polos de autoridade. Embora o paciente seja o único que pode sentir, o médico detém o poder do saber ao seu lado, de seus títulos e autoridade, que como bem assinala Bonet (1999), está vinculado a um circuito semelhante ao que Coradini analisa, onde o conhecimento é relacionado as posições sociais que herdamos em nossas famílias nos mais variados contextos, de nossa posição enquanto sujeitos envolvidos em relações desiguais que se concatenam ao longo da vida.

Na aprendizagem da prática biomédica reflete-se a poderosa associação estabelecida entre a biomedicina e o “científico”. Essa associação é experimentada como uma tensão que denominamos de tensão estruturante, que coloca os sujeitos em uma posição dividida entre o que devem saber e o que sentem ao “fazer”. Saber e sentir. São manifestações da tensão estruturante, que os sustentam, na qual se formam e da qual muitas vezes padecem. (BONET, 1999, p. 125)

Como Bonet aponta, há, nos modelos diacrônico e sincrônico, um entendimento sobre a tensão estrutural imanente dos modelos de sociedade e também das outras áreas do

conhecimento. O próprio trabalho de Dumont expressa bem, por meio da bidimensionalidade mínima do modelo hierárquico, como a constante dinâmica e tensão de dependência entre o nível superior e nível inferior promovem até certo ponto um movimento dentro da estrutura que está sob análise. Porém, atribuo a Bonet a valiosa contribuição de valorizar o *sentir*, nas relações que consumamos todos os dias, em relação ao *saber*, que naturalmente está inserido em diferentes esferas de acesso, reconhecimento e validação.

O conhecimento, diferente da verdade, segue o imperativo da falseabilidade, ou seja, a possibilidade de que determinada descoberta científica esteja incorreta, caso contrário não é ciência (POPPER, 1972). Sentir ou ser, por outro lado, são categorias que rompem com as ideias de conhecimento e verdade, pela impossibilidade de se compreender e estruturar de forma clara e plenamente comprovável os fenômenos. Seguindo o imperativo da falseabilidade, a antropologia analisa a cultura por meio de aproximações, estimativas e reflexões sobre a própria natureza do conhecimento antropológico, partindo de perspectivas transculturais; mas além disso, principalmente, considera a cultura como uma “invenção” em constante criação nas relações culturais (WAGNER, 2010).

Ao falar sobre o corpo, estamos diante de uma existência material e real, mas que habita uma construção de realidade conceitual, abstrata e epistemológica inteiramente diferente da fisiológica, onde as palavras são as mesmas, mas os sons não são totalmente compreendidos, onde as costas não suportam o mesmo peso de quando se era jovem ou os ouvidos já não ouvem no mesmo volume de antigamente. E, assim, a partir do que se consegue e não consegue ser feito pelo corpo, temos a realidade e a nossa agência no mundo delimitada pela mudança gradual ao longo da vida. Somos totalmente únicos dentro do espectro infinito de possibilidades daquilo que estamos passíveis de *sentir*, mas postos diante de uma autoridade impossibilitante – a biomedicina promove o controle dos corpos por meios dos métodos invasivos de tratamentos “modernos”. Olhando para o passado e contemplando nosso presente, me pergunto quais os riscos de continuar confiando em um modelo de conhecimento sequestrado pelo interesse econômico, que carece de uma perspectiva na forma como seu ensino é fomentado, na percepção demasiadamente devastadora de que realizar um tratamento psíquico seria um privilégio de tempo e dinheiro.

Ao comparar doenças como câncer à depressão, podemos perceber que não estamos produzindo medicamentos como aqueles que atacam as células cancerígenas, nem eliminando

um vírus que existe no ecossistema e por vezes invade nossos corpos. Com os transtornos mentais, estamos induzindo as pessoas para um estado distante da realidade, anulando a personalidade problemática como forma de romper com as inconveniências dos diagnósticos, ou como o próprio Davies descreve, “*numbing things*”.

[...] antidepressant medications do not return us to health as medical pills aim to do – they rather manufacture a new state of mind, and often an unnatural state. [...] numbing things isn't curing things, or even, in the long run, helping things. It's just providing a temporary and superficial distraction, and one that may store up problems later along the line. (DAVIES, 2013, p. 99-100)

Então, quais critérios surgem para configurarmos determinada forma de sofrimento como um adoecimento? É por meio de uma matriz somática que nossos corpos aprendem a performar desde muito cedo (MAUSS, 2003), e é o corpo que está sempre envolvido na formulação de técnicas e experiências de vida, dentro de um processo de educação e inculcação de aspectos referentes ao *habitus* no qual estamos inseridos; nos quais participam as categorias de raça, classe e gênero, através das disputas e tensões estruturais que surgem desses diferentes níveis hierárquicos.

O corpo é inseparável das condições que cercam os fenômenos do adoecimento, mas também na forma como *fazemos* nossos corpos no dia-a-dia, pensando pela lógica da prática (MOL, 2002; 2004). Para pensar sobre fenômenos de saúde e doença, ou sobre o que viria a ser um adoecimento, o primeiro passo envolve entender as condições (g)locais onde estão inseridos esses indivíduos (SKULTANS, 2003; LAKKOF, 2004). Considerar, em seguida, como a nossa experiência corporal também é uma invenção cultural constante, sendo assim, a importância é entender o corpo não só como um objeto, mas também como parte fundamental na nossa produção de subjetividade, ou como “intermediário silencioso” da realidade.

The body has not always been an object/subject. Michel Foucault suggests that this is a trope that was invented in the early 19th century (Foucault, 1976). Before then, diseases were entities in their own right, classified in nosological tables. Patients seeking relief would describe the ailments they were suffering from, and doctors would then infer which disease was inhabiting the patient's body – and what might happen next. A radical epistemic shift was needed for diseases to become conditions of the human body. After this shift the truth about a disease could no longer be detected by listening to the patients' words. Instead it required a well-trained gaze examining bodily tissues. Since deviant tissues are usually hidden beneath the skin, sure knowledge about diseases could only be established after death. (MOL, 2004, p. 44)

É importante ressaltar a dificuldade em desenvolver análises que expressem um contexto que não esteja envolto na conjuntura pós-colonial contemporânea (FANON, 2008), onde grande parte das construções que os ditos “subalternos” (SAID, 2003) vivenciam estão interconectadas por meio da exploração e violência estrutural (FARMER, 2009). O fato de que o sofrimento vem sendo “americanizado” por meio de manuais como o DSM nos leva a refletir sobre como essas inserções interferem nas diferentes construções de realidade, que tornam nossos corpos passíveis de uma compreensão inteiramente diferente da que seria esperada no contexto norte-americano.

Diferentes culturas possuem diferentes práticas e saberes que não são valorizados na conjuntura atual. O pensamento neoliberal reinante impõe sobre a ciência a possibilidade de inferiorizar epistemologicamente saberes que não agreguem às cadeias globais de consumo, responsáveis por expandir um modelo específico de sofrimento. E o modelo de cura que lhe corresponde, no qual se insere a psiquiatria, se faz presente e legitimado pela patologização das emoções cotidianas difíceis que vivenciamos na contemporaneidade. Nossa época não é desprovida de suas dificuldades e sofrimentos, como qualquer período, mas essas emoções também não são construções inerentes de corpos adoecidos biologicamente.

[...] it is possible to say that one of the dominant ways Western cultures live their "illnesses" is by taking them to be "diseases." Things doctors know about. But recent transformations in health care, like those that make patients into the guardians of their own therapies, are in the process of undoing the former divisions. Haraway, finally, warns that feminists who fight biological determinism in a dichotomizing way, one that puts the body's "sex" in a safe domain before starting to discuss a person's "gender," leave biology unanalyzed." 'Biology' has tended to denote the body itself, rather than a social discourse open to intervention" (134). Thinking along with this, in an activist mode, one might say that leaving "disease" in the hands of physicians alone is a political weakness. For whatever one may say about the social shaping of the former sick role, whatever one may say about "illness," as long as "disease" is accepted as a natural category, and left unanalyzed, those who talk in its name will always have the last word. It would be better to mix with them, move among them, study them, engage with them in serious discussion. (MOL, 2002, p. 21-22)

Com a inserção do modelo biomédico na psiquiatria e sua consequente exportação para outros espaços onde a ideia de sofrimento não tinha relação com a ideia de adoecimento, podemos perceber que o domínio biológico necessita urgentemente de intervenções epistemológicas que sejam capazes de confrontar os interesses de classes que eventualmente chegaram a impor uma forma “universal” de sofrimento, rompendo com tradições e entendimentos de mundo já existentes.

3.2.2. Biomedicina e saúde mental na contemporaneidade

Semelhante à como se configura o domínio econômico em relação ao uso instrumental da matemática, ou a linguagem/jargão jurídico ao direito, a biomedicina para a psiquiatria representa uma solução que mantém seu aspecto triunfante diante de problemas interdisciplinares não solucionados.

Entre os vários novos transtornos do DSM-3, um que chama atenção é o caso da PMDD (*premenstrual dysphoric disorder*), doença que se apresenta como um nível mais extremo e clínico da TPM (tensão pré-menstrual). Curiosamente, logo após seu surgimento como um transtorno do DSM-3, uma empresa farmacêutica rapidamente aparece com uma inovação tecnológica da biomedicina, o remédio Serafem.



Com um *design* degrade do rosa para o branco, um girassol que transmite tranquilidade e uma pílula igualmente “feminina”, temos uma embalagem convidativa para as distinções convencionais de gênero da época, pois afinal, Serafem é um remédio direcionado para o público feminino como solução para a PMDD, no entanto, o surgimento do transtorno veio depois do remédio, pois a fórmula que é utilizada pelo Serafem se chama fluoxetina, criada em 1972 pela empresa *Eli Lilly and Company*, e já bastante difundida por propagandas de televisão e anúncios em jornais como Prozac, um forte anti-depressivo de uma nova geração de fármacos.

Uma de minhas interlocutoras não precisou sequer consumir o Serafem, já inexistente no mercado, mas se referia diretamente como fluoxetina, que segundo ela estava usando para emagrecer em doses pequenas, e que seria um remédio inofensivo e eficaz. De fato, a eficácia

desses medicamentos pode ser bastante contestada apenas pela recorrência do efeito placebo, que se aproxima em eficácia com o medicamento nas diversas pesquisas de *meta-analysis* psiquiátrica (KHAN, Arif et al., 2008), e como extensivamente argumenta Davies, sendo muitas vezes difícil atestar eficácia desses pela margem de diferença entre esses e o placebo, fora todos os outros fatores metodológicos que poderíamos abordar, ou até mesmo as possibilidades de manipulação dos dados.

A dificuldade em estabelecer uma metodologia para analisar o uso de anti-depressivos em adultos passa por uma série de universalizações do indivíduo e das razões que levam ao adoecimento, individualizando problemas e traumas que possuem uma dimensão estrutural e externa brutal. Por mais que existam parâmetros psiquiátricos sobre as perturbações, percebo os esforços pela generalização e medicalização dos indivíduos como uma forma de controle e higienização dos sujeitos, e das diferentes formas de ser no mundo, sem falar nas violências que são acometidas. Se a eficácia de medicamentos pode ser indicada em uma pesquisa com milhares de voluntários, se torna mais difícil compreender os pensamentos, desejos e aspectos da vivência dos indivíduos que buscam um fim para essas mazelas, sendo curioso como o uso dos medicamentos passa com frequência pela noção positiva de que “pode fazer bem” (LEFÈVRE, 1983; 1987; 1995).

Procurei artigos científicos sobre a eficácia dos anti-depressivos, e no mais recente artigo de Cipriani et al., (2018) a respeito da eficácia de 21 anti-depressivos do mercado, entre as várias métricas utilizadas na metodologia, Cipriani et al., resume os resultados da seguinte forma:

(...) the findings from this network meta-analysis represent the most comprehensive currently available evidence base to guide the initial choice about pharmacological treatment for acute major depressive disorder in adults. All statements comparing the merits of one antidepressant with another must be tempered by the potential limitations of the methodology, the complexity of specific patient populations, and the uncertainties that might result from choice of dose or treatment setting. We hope that these results will assist in shared decision making between patients, carers, and their clinicians. (CIPRIANI et al., 2018, p. 428)

Mesmo diante de todos os desafios metodológicos e das múltiplas formas de avaliar entre os mais de 100.000 participantes dessa pesquisa, Cipriani et al., não atestam categoricamente a eficácia desses medicamentos, mas a relação interdisciplinar que a saúde mental demanda diante de um medicamento que age mais como uma droga que altera o estado de consciência, não como cura efetiva, embora o uso da medicação muitas vezes é prescrito e entendido como uma cura.

No caso dos anti-depressivos, a população está diante de medicamentos que não possuem uma eficácia garantida, e são utilizados na base da crença, enquanto a via psicanalítica da conversação e da escuta surge com reais evidências de seu potencial, no lento porém progressivo trabalho de reflexão particular e esforço por novas formas de ressignificação do passado, além de ser um tratamento menos invasivo e que visa o bem-estar e a comunicação com o paciente.

Afinal, quais os riscos da alegação de curas milagrosas para o sofrimento na vida? A cultura norte-americana da psiquiatria exemplifica bem os perigos que sofremos como sociedade diante do uso excessivo de psicofármacos, mas também pela tendência cada vez maior de se diagnosticar as pessoas com doenças mentais, quando na verdade estão vivenciando sentimentos comuns a experiência humana. Essa “epidemia” do adoecimento mental ocorre por trás de diagnósticos realizados em consultórios fechados, na relação que a indústria farmacêutica construiu com o campo da psiquiatria ao longo dos anos.

A falsa epidemia circunscreve não um processo comum de saúde, doença e cura, mas uma fuga temporária com pouquíssimas garantias capaz de causar danos para o resto da vida, como é o caso dos anti-psicóticos em relação as funções motoras do paciente posterior ao uso prolongado. “(...) numbing things isn’t curing things, or even, in the long run, helping things. It’s just providing a temporary and superficial distraction, and one that may store up problems later along the line.” (DAVIES, 2013, p. 100)

Um trabalho que ilustra bem essa posição é o de Caliman (2006), que estuda fotografias dos cérebros humanos, e como os neurocientistas estão registrando e analisando o cérebro humano sob o caso da TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade).

Nem sempre é explicitado que a substituição da mente pelo cérebro resulta de transformações morais que extrapolam o discurso da prova científica. Além disso, paradoxalmente, ninguém comenta por que as tecnologias de imagem cerebral não são usadas no dia a dia da clínica do diagnóstico. Ninguém explica por que, na clínica, elas não são consideradas ferramentas auto-suficientes quando se trata de “provas” a existência real do diagnóstico. Apesar de todos os avanços alcançados pelas tecnologias de imagem cerebral, na prática, elas ainda não são ferramentas diagnósticas auto-evidentes [...] A cessão diagnóstica sobre o TDAH deriva de negociações sociais, médicas, educacionais, políticas e econômicas nem sempre pacíficas. No interior do campo médico, também encontramos desacordos, querelas, disputas. Mesmo o discurso que se alimenta do argumento da objetividade científica é marcado por dissonâncias. Embora Barkley tente provar o contrário, uma parte dos pesquisadores do TDAH até hoje afirmam, com muito pesar, que suas causas precisas são ainda imprecisas. (CALIMAN, 2006, p. 96)

Ironicamente, as doenças refletem o mundo como nos é dado, de crianças agitadas a adultos exaustos, e nesse espectro das emoções, a patologização tem um impacto profundo em distorcer e regular a ampla dimensão em que podemos estar tristes ou alegres, cansados ou agitados. Como Caliman aponta, por qual razão não usamos máquinas de raio-x e outras formas de exames tecnológico para identificar uma doença que possui uma solução biológica? Embora eu reconheça que, ao “desacelerar” certos indivíduos com esquizofrenia ou ansiedade aguda, temos a possibilidade de diálogo que talvez não fosse possível anteriormente, mas e quando crianças passam suas vidas consumindo esses medicamentos com baixa evidência científica e efeitos colaterais imprevisíveis?

Quando pouco, os medicamentos podem trazer sequelas motoras ou dependências químicas dolorosas, e quando muito, podem prejudicar a auto-percepção que jovens e adolescentes tem de si mesmos para toda vida. É importante lembrar que doenças mentais não são curadas em consultórios com médicos que liberam ou não um paciente, mas feita pelo próprio paciente em seu dia-a-dia, sendo ativo e proficiente em seu trabalho e parcialmente debilitado pela sua condição.

A função que anteriormente colegas, familiares, padres e professores exerciam de conversar e compreender os problemas, quando não se perde nas dificuldades da rotina, se confere ao consultório sob a compreensão de alguém com uma autoridade profissional e clínica. Se eu estou triste e vou para um bar com amigos conversar determinado assunto, certamente o álcool não vai curar a tristeza, mas a conversa talvez traga uma paz momentânea para as próximas semanas. Remédios anti-depressivos anulam por pertencerem a categoria de “doença” a possibilidade disso ocorrer, pois o poder biomédico é tanto social quanto cultural, manifesto por médicos no dia-a-dia mas também em nosso imaginário. Para além da autoridade simbólica da figura do psiquiatra e das prescrições médicas, estamos diante de uma profissão que se esforça no caminho contrário do a psicanálise propunha.

Considerando como o Brasil é um dos países com mais transtornos mentais na América Latina, é de se esperar que esse não seja visto como um problema de saúde pública, mas um terreno de expansão econômica para os grupos da indústria farmacêutica. É importante constatar a importância do pensamento livre exercido no sistema acadêmico brasileiro, pois há nas universidades britânicas e norte-americanas estranhas transações financeiras entre centros acadêmicos e indústria, abrindo margem para a manipulação de pesquisas, com vários indícios de

como empresas contratam e possuem sempre bons resultados por seus medicamentos (KELLY JR. et al., 2006), e o próprio exemplo de Cipriani et al. ao fazerem questão de ressaltar que metodologicamente, a pesquisa não foi concebida pelo financiamento de qualquer grupo farmacêutico ou da indústria.

Davies reforça como a indústria é o principal financiador e produtor de pesquisas científicas em relação aos seus próprios produtos, manifestando um grave problema ético e moral. No Brasil, devido a tradição das IES públicas, temos uma menor incidências desses conflitos de legitimidade científica, mas enquanto as pesquisas indicam cada vez mais e mais pessoas adoecidas pelo país, estamos ficando suscetíveis a investidas desse modelo de “cura” em nossa realidade local.

(...) assistimos, assombrados eticamente, à realização do VI Fórum Nacional sobre Medicamentos no Brasil, no Senado Federal em 2014. Desde o texto de apresentação, o evento, patrocinado por inúmeras indústrias farmacêuticas (a saber: Sanofi, Medley, Astrazeneca, MSD), em parceria com o governo federal, explicita sua intenção: *expandir* ainda mais “o mercado de fármacos e medicamentos no Brasil”, tratado como setor da economia, e não como direito social. Assim, as farmacêuticas veem com bons olhos o aumento do poder aquisitivo das classes C e D, uma vez que tal ascensão, aliada à ampliação das políticas de governo, coloca o Brasil na “rota de potencial investimento de grandes grupos farmacêuticos”. Dentre os temas debatidos no referido evento, a produção de pesquisas visando a ampliação do mercado e do acesso aos medicamentos aparece como tópico essencial. Seria ingenuidade supor que tais pesquisas se restringem à área biomédica. Cumpre-nos, pois, questionar os efetivos riscos que a produção de conhecimento do campo das ciências humanas e sociais têm de contribuir para a manutenção de uma visão medicalizada da educação, embora, aparentemente, opere com outra lógica na sua construção. (VIÉGAS, 2015, p. 2688)

A cura não é o objetivo final da jornada biomédica, mas uma ilusão que esconde o controle e a invasão de uma hierarquia bio-hegemônica, e creio que se algum medicamento tivesse tido um verdadeiro efeito entre minhas interlocutoras, nossas conversas teriam sido muito menos sobre suas narrativas de vida e muita mais sobre os efeitos milagrosos da medicação.

O discurso sobre encontrar um dosagem ou fórmula que melhor se adeque com o organismo, indiretamente, traz uma espera e um investimento que vão além do que muitas pessoas tem acesso, e para aqueles que possuem condições de arcar com esses medicamentos os riscos ainda existem, como no caso de uma interlocutora que ao tomar um medicamento se sentiu empolgada e feliz por muitos meses, vivendo uma onda de euforia que lhe beneficiou muito na universidade, mas acabou colapsando após alguns meses no pior estado de sua depressão, naquilo que seu psiquiatra deduziu como um engano de diagnóstico, pois para esse remédio ter

esse efeito seria necessário que ela tivesse bipolaridade e não depressão, pois o anti-depressivo que ela tomava tinha efeitos colaterais muito intensos entre pessoas bipolares.

É assustador pensar que nessas condições sociais indefinidas, como morar sozinha, ser de outra cidade, ter poucos amigos ou uma relação difícil com a família, são coisas que contribuíram para o desenvolvimento de pensamentos suicidas em um contexto de alto risco, e agravado pelo uso de medicamentos, fazendo pensar nas inúmeras situações em que o negligenciamento da cultura como componente do processo de saúde e doença pode ter consequências fatídicas.

Uma das interlocutoras dizia que seu medicamento para a ansiedade era a maconha, que fumava todo dia e que era viciada. Diante dessa afirmação, não posso surgir com outra forma de pensar a saúde mental se não pelo pensamento mágico, seja lá qual for a dimensão de eficácia que esse fenômeno impressionante se manifesta. O advento dos medicamentos e a patologização das emoções trazem a tona uma idéia do adoecimento mental que está fortemente envolvida em processos de interesse econômico e imposição epistemológica da psiquiatria sobre tratamentos psicanalíticos menos invasivos, como se as duas estivessem sob disputa de algo que não o bem de seus pacientes. Concluo então que o processo de saúde e doença na saúde mental, em especial do caso das estudantes universitárias, está fortemente baseado em uma rede complexa de interesses e formas de tratamento que atravessam as vias morais do pensamento local, e não apenas as sinapses e conexões neurológicas.

4. Sofrimento e adoecimento universitário

4.1. Apresentação

Várias das minhas entrevistas aconteceram em um espaço de convivência tranquilo e arborizado no CFCH, que entre outras vantagens centralizou minhas atividades ao longo do mestrado. Durante as entrevistas, me via pensando porque não havia passado mais tempo nessa área durante a graduação, recordando como os portões geralmente ficavam fechados, e não abertos como estavam nos últimos anos. Batizado como “Espaço Durkheim” em homenagem ao emblemático sociólogo, pelo que pude constatar entre colegas ao longo dos anos, quase todos diziam que aquele espaço havia sido fechado após um suicídio ter ocorrido naquela área, de alguém que havia se jogado do prédio.

Falar sobre os suicídios no CFCH é algo bastante difundido entre as pessoas que conhecem histórias sobre a UFPE, e infelizmente, um tema ainda muito invisibilizado pela universidade, tanto em respeito a condição da família e a da pessoa que perdeu a vida, quanto por querer evitar possíveis discussões sobre a qualidade de vida dos estudantes. Os relatos são muitos entre colegas e pessoas próximas: em uma aula de graduação, lembro de uma garota que desabafou ter visto o corpo de uma pessoa que havia se suicidado logo após ela ser liberada, e que após o trauma tem feito terapia e convivido com o choque. Conheço outro colega que teve um amigo que se suicidou jovem no ensino médio, além de uma pessoa próxima da minha infância. Por meio da pesquisa, tive conversas informais com colegas de outros centros que diziam haver uma ocorrência relativamente grande de suicídios entre pessoas LGBTQIA+ dos arredores da cidade universitária, inclusive que o suicídio entre casais. Esses acontecimentos são pouco publicizados, no máximo aparecem em blogs e sites de notícia que indicam uma reflexão do que ocorre, mas nada de nomes, datas e nem familiares.

A violência que está por traz do suicídio é um fardo moral que partilhamos com pesar, pois é notório que esses casos limítrofes de adoecimento mental são acionados por abusos familiares, consumo de álcool/drogas, conflitos com professores, baixa auto-estima, atraso em reconhecer um tratamento, entre tantas outras razões que revelam não uma disputa sobre saúde e doença no sentido antropológico, mas a própria disputa entre tipos diferentes de corpos e a moralidade hegemônica da nossa sociedade, que cada vez mais tende a necropolítica e ao controle biomédico dos corpos.

Nessa parte, irei trazer as narrativas de minha pesquisa organizadas conforme o processo de adoecimento surge para as interlocutoras, ou seja, dentro de uma perspectiva da trajetória do colégio até a universidade, a experiência do adoecimento e o desfecho de um tratamento. Pude realizar onze entrevistas das quais faço uso de pseudônimos que resguardam a identidade de minhas interlocutoras, ao todo oito mulheres e três homens, inseridos em um espectro amplo de identidade de gênero e raça. As entrevistas ocorreram entre os anos de 2019-2020, inclusive, tendo a última sido feita por telefone já durante a pandemia de covid-19.

Baseio o formato narrativo que emprego aqui no trabalho de Kathleen Stewart (2007), antropóloga que inova sob a tradição norte-americana de autores como James Clifford e George Marcus a respeito da poética na escrita antropológica, transitando pelos afetos perceptíveis no dia-a-dia das “coisas comuns”, que passam despercebidas na forma como nos afetamos pelo que há de ordinário no mundo. Stewart viaja pela pobreza da zona rural dos Estados Unidos, observando conflitos com a polícia, uso de drogas e outras formas de viver no limite do que há de “ordinário”, convivendo em postos de gasolina, dirigindo longas distâncias e estabelecendo elos com as pessoas locais. Pelos afetos ordinários, Stewart não traz apenas uma excelente e bela etnografia, mas uma abordagem indutiva que permite pensar uma forma diferente “ser afetado” (FAVRET-SAADA, 2005), reconhecendo o movimento que existe no social e observando a infraestrutura em que se fomentam as relações de afeto, inseridas em um circuito de forças e desejos múltiplos, naturalizados e normalizados como ‘ordinário’.

Ordinary affects, then, are an animate circuit that conducts force and maps connections, routes, and disjunctures. They are a kind of contact zone where the overdeterminations of circulations, events, conditions, technologies, and flows of power literally take place. To attend to ordinary affects is to trace how the potency of forces lies in their immanence to things that are both *flighty and hardwired, shifty and unsteady but palpable too*. (STEWART, 2007, p. 3)

O afeto primário que permeou as discussões e experiências com as quais tive contato foi o do sofrimento, essa força abstrata distante do linguajar biomédico, substituída tão intensamente nessa pesquisa pelos termos ‘adoecimento’ ou ‘transtorno’. De fato, o sofrimento é uma condição da vida indissociável das experiências que desenvolvemos ao longo dos erros e acertos que cometemos na vida. Não utilizo essa categoria com frequência mas creio que seja uma forte expressão da contemporaneidade, pois não são supostas epidemias de depressão e ansiedade que configuram o avanço dos transtornos mentais na população, mas os imponderáveis da vida que pude testemunhar entre as interlocutoras dessa pesquisa.

Minhas interlocutoras não se comportavam como doentes, não estavam incapacitadas e não passavam pelos mesmos problemas que haviam ocorrido nos períodos de “crise”, onde os episódios de adoecimento levam ao estado de ruminação ou tentativa de suicídio. Durante as entrevistas, tive contato com pessoas bastante esclarecidas a respeito do que tinha acontecido anteriormente na experiência com o adoecimento, vivendo um dia de cada vez para não voltar a um estado grave. Creio que uma das condições fundamentais para o adoecimento mental é o convencimento e a revelação de si que ocorre no tratamento pela fala, comumente associado a chamada psicoterapia. Estar sob um tratamento psicoterápico significa estar em um contato íntimo de partilha e construção de um bem-estar, capaz de “resolver” as questões biográficas dos indivíduos.

Para as interlocutoras com quem tive contato, todas se descreviam como pessoas que estavam mais ou menos perseverando com a tristeza e a falta de ânimo, ou que estavam melhores depois de um período muito difícil. Como afirma Stewart a partir dos afetos, o sofrimento foi uma forma de aprendizado involuntário para se lidar com as dificuldades apresentadas no cotidiano que elas enfrentam, refletido na nitidez e clareza com que elas expressavam desejos inconscientes ou frustrações que as consumiam, e agora se tornam uma memória intensa de um momento conturbado. “Affects are not so much forms of signification, or units of knowledge, as they are expressions of ideas or problems performed as a kind of involuntary and powerful learning and participation.” (STEWART, 2007, p. 40)

Outro trabalho que considero importante para a abordagem que estou realizando foi o de João Biehl (2008; 2013), em particular sobre o Vita, um centro de tratamento para pessoas adoecidas abandonadas por seus familiares diante da condição de doença, no que ele aponta como uma “zona de abandono social”. As precárias condições do Vita e o constante regime de medicamentos que eles impõe os pacientes cria um cenário deprimente e penoso, mas nesse mesmo lugar ele encontra Catarina, interlocutora com quem trabalha ao longo dos anos, desvendando como uma pessoa pode ser para além de sua incapacitação fisiológica e psíquica, produzindo uma esperança para o futuro e reflexões sobre a vida que a tornam tão fascinante quanto o próprio Tuhami no notório trabalho de Crapanzano.

Acompanhar a trajetória de uma única pessoa nos ajuda a capturar a lógica das infra-estruturas cotidianas que fazem com que certas vidas ganhem forma e outras sejam impossibilitadas. Também nos ajuda a iluminar a agência humana em contextos de crise nos quais o quadro clínico e a realidade político-econômica se confundem, bem como a apreciar este estranho

processo subjetivo que faz com que o abandonado, apesar de tudo, continue antecipando uma outra chance de vida. Nas suas palavras: “Com A eu escrevo Amor, com L eu escrevo Lembrança.” “O Amor é a ilusão do abandonado.” (BIEHL, 2008, p. 416)

Um dos aspectos que carrego como experiência mais valiosa nessa pesquisa foi o reconhecimento do desejo como uma força que antecede o poder, e que está presente no campo da fala, do pensamento e da imaginação. No que eu acredito ser a perspectiva mais representativa do campo da saúde mental, Biehl traz Deleuze para a discussão, invocando a noção de desejo diante do poder, mas também um entendimento cartográfico do inconsciente, considerando os caminhos e mais caminhos que podem ser seguidos, em um movimento constante para o sujeito, e uma análise dinâmica para quem busca entender as enfermidades da cartografia dos nossos afetos.

Segundo Deleuze, Freud e seus discípulos postulam uma filosofia de profundidades, de memórias e memorizações, de um passado a ser escavado à procura de algo central que definiria a verdade do sujeito ou, então, a sua procura pela verdade, e que estaria encapsulado em dinâmicas edípicas da infância. Deleuze elabora uma concepção cartográfica do inconsciente. “De um mapa ao outro, não é uma questão de procurar por uma origem, mas sim de avaliar deslocamentos.” (Deleuze, 1997, p. 63). Cada mapa é uma redistribuição de impasses, de descobertas, de cercas e novos limites na terra. (BIEHL, 2008, pp. 421-422)

Por fim, trago a tona as narrativas sobre o adoecimento de minhas interlocutoras, e espero estar a altura do desafio de descrever e analisar momentos profundamente íntimos e sensíveis de suas vidas.

Interlocutoras

Ana, 27 anos; Bruno, 25 anos; Carmen, 30 anos; Laura, 24 anos; Marta, 21 anos; Núbia, 24 anos; Paulo, 32 anos; Sarah, 24 anos; Sandra, 27 anos; Susana, 23 anos.

4.2. Do colégio para a universidade (da família para o mundo)

Para compreender como se desenvolvem os transtornos mentais entre jovens universitárias, é necessário primeiro fazer um trajeto pela formação familiar a que essas jovens estiveram submetidas. Nesse sentido, a normatividade sexual, a violência doméstica e o abandono parental são temas que contribuem muito para os quadros de adoecimento que irei discutir mais adiante. Começo com a fala de Ana, uma interlocutora que ingressou no curso de Ciências Sociais com 27 anos, após a desistência do curso de jornalismo, e pertencente a uma família de classe média alta do Recife.

Eu cheguei a engordar muito e eu usava camisa preta folgada pra esconder meu corpo, aí minha mãe chegava pra mim desesperada perguntando se eu era lésbica, e isso eu tinha tipo onze ou doze anos! Ai eu cresci com muito medo de ser lésbica, eu não sou lésbica (risos), mas eu cresci com esse medo assim, que eu achava que eu não ia ter um apoio, que eu não ia ter uma casa, não ia ter ninguém pra tá junto de mim, aí é um monte de coisa assim, aí vai juntando... mas eu nunca passei por nada traumático pra justificar essas coisas, mas as coisas acontecem, e a gente não vai atrás de tratamento, e vai crescendo e a gente não entende o que é. (Ana)

Mudanças relativas ao corpo e o cotidiano tem grande impacto na forma como desenvolvemos ou não estados de perturbação ou sofrimento, e no caso de uma pessoa mais jovem, esses efeitos podem ser bastante intensos. O problema desse tipo de situação para as jovens configura não só um momento em sua vida, mas um período que com frequência é entendido a partir de filtros familiares que não contemplam a complexidade das questões que as jovens trazem para a família. A dificuldade de Ana em lidar com sua mãe, os problemas na escola e as mudanças em seu corpo não foram eventos necessariamente traumáticos ou catastróficos, mas contribuíram de forma silenciosa e a longo prazo para o quadro que ela passou a desenvolver posteriormente.

O medo induzido pela mãe na possibilidade de Ana ser lésbica, outra parte surpreendente desse relato, configura uma fato recorrente entre as interlocutoras: a indução à heteronormatividade pela figura materna. Ana e Carmen pertencem a famílias estruturadas com pais e mães que mantêm um estilo de vida confortável para elas, com a possibilidade econômica de incentivar as filhas a seguirem suas respectivas profissões da melhor forma possível. Carmen ilustra bem como a fuga da heteronormatividade não é apenas um movimento em direção a um

desejo sexual, mas também está relacionada com outras formas de imposição heteronormativa que surgem ao longo da sua trajetória, de forma semelhante a como Ana não deveria estar se vestindo de preto com camisas largas, mas idealmente usando vestidos e performando de forma adequada para sua família, algo que por anos Carmen lidou bem, sendo a “certinha” da família. “As meninas casam com o primeiro namorado (...) eu vou ser isso com o Marcelo! (...) a gente vai casar, a gente vai ser um caszinho, e ele vai ser meu único namorado da vida, e isso começou a me desesperar!” (Carmen)

Um ponto fundamental de salientar é como a família não está sozinha nas imposições heteronormativas que pude observar entre as interlocutoras, mas é auxiliada pelo contexto conservador que pode ser percebido nas escolas. Ana descreve o período escolar como “o pior da sua vida”, por sentir-se como mais um número em um colégio de classe média alta imenso, no qual ela não tinha condições de recorrer para qualquer instância adulta capaz de auxiliá-la com seus sentimentos e seus problemas. Ana nunca foi uma aluna ruim, claramente estabelecida em algum regime rígido de estudos promovido pelos pais, e Ana ingressa com uma postura muito positiva para seu novo colégio, mas acaba passando por situações típicas de *bullying* em um colégio grande demais para lhe dar atenção.

Que coisas acontecem? Que comportamentos eram esses que aconteciam no seu colégio que levaram a isso que você tá dizendo?

Eu não sei explicar direito, eu sei que eu era uma pessoa muito aberta, mas, eu mudei de colégio ai eu fui mudando, eu deixava as pessoas me manipular, me manipular assim... a gente era criança e não tem toda essa noção, mas elas diziam, ‘a, tua letra é bonita, escreve na minha agenda, faz minha tarefa’ ai eu fazia. Por exemplo, aos nove anos que foi quando eu entrei nesse colégio, eu tirei uma nota bem baixa, acho que foi quase zero em matemática, ai a professora disse, ‘ó, você vai ter que falar’ essa professora é super gente boa ‘você vai ter que falar com seus pais e trazer a prova assinada, pra mostrar que eles sabem disso’, e eu não conseguia fazer isso, ai eu comecei a pensar em suicídio aos nove anos por conta de uma prova, ai eu mostrei aos meus pais, e eles disseram ‘refaça a prova’ ai eu refiz em casa bem tranquilo e acertei tudo. Eu não sei exatamente o que é assim, eu não sei, é uma mistura de muita coisa, muita pressão, não conseguir se envolver direito com as pessoas, o ambiente, e comigo... (Ana)

Salta aos olhos a idéia do suicídio infantil que ela descreve, essa que é uma terrível realidade no campo da saúde pública (SOUSA et al., 2017). Novas interações no colégio aos nove anos promoveram um contexto onde as mudanças corporais de Ana deveriam ser percebidas pelo núcleo familiar, assim como as mudanças comportamentais. Em minha experiência como uma pessoa com idade próxima da dela e que também estudou em colégios

privados grandes, entendo bem a sensação de desesperança que ela descreve em estar num colégio grande demais e ser coagida por outras crianças. O choque em ter tirado uma nota baixa, as frustrações com colegas que passavam por cima dela, e a falta de interação com seus pais, todas são razões para o choque de uma nota ruim gerar esse pensamento, e mesmo que fosse “apenas” um pensamento momentâneo e não a intenção convicta, já é algo a se preocupar quando se trata de uma jovem de nove anos atormentada por um nota em matemática.

O colégio é uma etapa em que as interlocutoras, tanto das classes populares quanto das elites, excedem as expectativas educacionais, apresentando notas altas e engajamento estudantil, no entanto, apresentando problemas que estão relacionados a comportamentos desviantes e disputas institucionais entre jovens e adultos no colégio. Susana por exemplo, embora se considere de “classe média média”, está longe do poder aquisitivo que os pais de Ana e Carmen apresentam, além de estudar em colégios de pequeno e médio porte, e vivenciou de forma intensa as demandas por comportamentos femininos durante a infância.

Susana é uma das interlocutoras mais jovens, que na infância sempre conseguia tirar notas boas e tinha um talento nato para o futebol, esporte que no seu colégio era estereotipicamente visto como algo que meninos faziam. Durante sua infância, morando em um terreno de casas onde sua família vivia entre tias, avós, primos e agregados, ela sempre era chamada para jogar bola com os meninos da rua por ser um excelente jogadora, que inclusive contribuiu na sua educação, pois nos colégios onde ela ingressa, sempre conseguia ter algum tipo de auxílio ou bolsa estudantil para jogar nos times de futebol do colégio.

Pelo time de sua escola, Susana é chamada para participar de um torneio regional no time dos meninos, já que não havia campeonatos femininos para a idade dela, mas havia um campeonato masculino que não dizia no regimento que uma garota não poderia jogar. Por volta dos doze anos de idade, uma articulação foi feita pelo treinador do time da escola que reconhecia o talento de Susana para colocá-la junto com os meninos. No dia de um jogo importante do campeonato, Susana se depara com uma situação de discriminação por ser menina, uma que iria perpassa pelos momentos posteriores de sua vida, sob uma formação comum as mulheres em uma sociedade machista.

Eu lembro de um dia que meu treinador me puxou, ‘ó aqui ó, Susana, suada pra carai, é esse tipo de jogador que eu quero no meu time” [...] daí a gente ia jogar contra o santa, no fim de semana, e eu fui capitã nesse jogo, aí quando eu fui assinar a súmula, tinha uma mulher assim

na arquibancada, e fez 'ei, ei 26, ei 26, tu é menino ou menina?' Ai eu fiz 'menina', ai ela 'menina?', 'menina', 'vai pra casa, cade teu pai!?' Ai meu pai tava do lado dela e fez 'ela não vai pra casa não, ela vai jogar e vai fazer gol no seu filho'. Então eu sempre tipo, tive, apoio assim tá ligado, dos meus pais, até que eu morguei disso, eu não entendia porque eu tava sendo julgada, eu só queria jogar bola num lugar que eu pudesse jogar bola. (Susana)

Mesmo sendo a capitã do time e valorizada pelo treinador, esse tipo de discriminação por ser uma menina foi algo que percorreu tanto sua vida quanto a das outras interlocutoras dessa pesquisa. A imposição de noções binárias sobre gênero e os tipos de comportamentos que são impostos, ocorrem tanto na resistência de Susana quanto na subserviência de Carmen, tida como a “menina certinha” de sua família. Junto à imposição de papéis de gênero normativos, ocorre também a exclusão de outros comportamentos que não são tolerados, e fica evidente, mesmo na distância das classes sociais entre Ana, Susana e Carmen o quanto as mães são as responsáveis por essas imposições no núcleo familiar.

A imposição da heteronormatividade por parte das mães não representa apenas o conservadorismo nos núcleos familiares, mas também a forma como os pais estão posicionados nas estruturas familiares. Algo muito comum que pude observar com três interlocutores foi a constituição de outras famílias por parte dos pais que, caso não tentassem conciliar as duas famílias, se ausentaram completamente de qualquer responsabilidade financeira ou emocional, como no caso de Sarah e Núbia. Não irei tratar ainda sobre a violência como ocorrência devastadora entre algumas interlocutoras, mas refletir sobre o caso do pai de Susana, que como outros pais não são pessoas ruins ou abusivas, simplesmente acabam por se envolverem com outras mulheres e constituírem segundas famílias, apresentando atitudes às vezes surpreendentes de compreensão e carinho.

O pai de Carmen por exemplo, que acabou se separando da mãe, mesmo distante tenta ao máximo fazer com que a mãe de Carmen entenda que não há problema nenhum em sua filha ser lésbica, de forma semelhante a como o pai de Susana, uma pessoa com o ensino médio completo, também foi capaz de aceitar a sexualidade da filha. No entanto, e isso vale como uma regra geral para as figuras paternas dessa pesquisa, a criação das filhas geralmente está conferida às mães, enquanto os pais dispõem de poucas responsabilidades diante do imenso fardo que as mães possuem de criar e educar as filhas quase sozinhas, quando não completamente sozinhas.

Eu descobri que meu pai tinha outra família durante dez anos, ai tipo... coisas que eu sabia eu vejo que eu sabia ao longo da minha adolescência mas que eu não conseguia juntar as

informações e processar sacou, aí eu só toquei o foda-se mesmo, tipo... eu só fiquei um ano pensando como foi meu ensino médio e só vejo que foi uma grande bagunça, por que minha vida estava uma grande bagunça, aí tipo... eu atribui a mim a responsabilidade de estar uma grande bagunça, mas agora eu vejo que... não era bem por aí (...) não era assim, não era minha culpa. (Susana)

Nesse contexto, podemos observar duas dinâmicas predominantes de conjuntura escolar: uma que propõe o controle e modelagem das jovens por imposições que muitas vezes parecem incompreensíveis, como no caso de Susana, e outro em que as jovens se articulam para agradar a família e cumprir aquilo que algumas entendem como uma obrigação mínima de tirar boas notas e ser bem comportada, como foi para Ana e Carmen. Para Susana, o colégio se apresenta não só como mais uma entidade que busca lhe controlar, mas que está diretamente antagonizando suas noções de mundo e a forma como ela se comporta.

Susana descreve como no colégio, ela se impunha contra a instituição de forma a incitar colegas e cobrar por melhores condições de convivência no colégio, se referindo a esse espaço como uma prisão, havendo inclusive um episódio onde, de forma jocosa, ela e seus colegas colocaram suas camisas sobre as grades das janelas simulando um ambiente prisional.

Eu questionava de uma maneira muito alopurada né, eu fazia todo mundo fazer tipo, ah, uma rebelião, porque eu era zueira, e a galera pousava na minha, e meio que me silenciava mesmo assim sabe, e eu era tão reprimida, tão reprimida que acabava dando certo né. Hoje em dia eu tenho uma grande dificuldade em aceitar minha intelectualidade por exemplo. (...) eu não acho que é real, por que a galera só, me podou minha vida inteira, e começou no ensino médio isso. (Susana)

O colégio onde Susana e Ana estudaram, embora tenha suas diferenças estruturais, foram duas instituições que independente do porte tolheram essas interlocutoras, seja pela falta de contato e abandono como no caso de Ana ou na intenção constante de reprimir Susana em seu colégio, gerando efeitos que reverberam ainda na vida adulta delas. Embora essas experiências tenham contribuído para esses casos de adoecimento, não são todas as instituições que promovem esse tipo de relação com seus alunos.

Sandra estudou em um Instituto Federal (IF), uma instituição que promove um curso técnico em áreas diversas, como eletrônica ou química industrial, de forma que os estudantes saiam do ensino médio com um curso técnico, tornando-os capazes de ingressar do ensino médio para o mercado de trabalho com certa facilidade, pois além de tudo é uma instituição com ensino excelente. Sandra estudou até os 14 anos em colégios particulares, e diz que no IF havia casos de

bullying com ela, no entanto, não havia o mesmo tipo de tutela e controle que os colégios de Ana e Laura.

Os professores não pegam no seu pé, não tem ninguém nos corredores pra mandar você de volta pra sala, então é muito aberto, eu tinha muita liberdade mas ao mesmo tempo eu tinha muita responsabilidade, e assim, a trajetória no colégio, eu fiz eletrotécnica, então minha turma tinha muitos homens, era tipo 5 mulheres e 35 homens, então eu tinha que reprimir aquilo, a questão da sexualidade, o mais propício fosse pra mim ali tá escondendo eu tava escondendo, mas foi um período bom assim também, porque eu experimentei um pouco de liberdade, conheci outras pessoas que também eram gays, e enfim, fiz outros grupos de amigos. Foi um período bom e foi um período ruim, porque essa abertura também, foi aí que eu comecei a fumar maconha. (Sandra)

Para Sandra, o maior grau de responsabilidade e confiança contribuíram para o modo como ela se porta no mundo. A tutela é uma condição hierárquica inerente da posição que essas interlocutoras se encontram, já que é inerente da criança que exista um adulto responsável, mas entre responsabilidade e controle, temos uma linha tênue onde o adoecimento pode ser percebido. Foi na idéia de que ter uma filha lésbica traria sofrimento geral para ela e sua família que a mãe de Ana lhe reprimiu, muito embora Ana nunca tivesse pensado em ser lésbica mas tinha vergonha de seu corpo, muito possivelmente por influência de outras crianças do colégio, e Sandra vivenciou o peso das divisões de gênero na infância ao ingressar em uma sala com 35 homens e 5 mulheres, na percepção machista de que eletrotécnica seria um curso para homens, coincidentemente um curso técnico onde as chances de emprego e bons salários são quase certas.

A divisão de gênero na escola é reforçada e defendida pelas estruturas familiares e pelos administradores do colégio, promovendo papéis de gênero que afetam a liberdade de escolha que essas jovens tentam ter em suas vidas, forçando no início da infância performances de gênero que, como no caso de Susana, interferiram no que poderia ter sido uma brilhante carreira no futebol.

Um grande problema na tutela que essas estudantes desenvolvem com familiares, colegas de sala, administradores, e professores é a inviabilização de outras formas de existência que não sejam apenas as normativas, pois essas são demandas profundamente subjetivas das interlocutoras, e que eventualmente floresceram ao longo do período na universidade, a despeito de todos os dolorosos esforços promovidos pelas instituições da família e do colégio. Pretendo a seguir esboçar as consequências que a precariedade de condições econômicas e a violência familiar possuem na vida das estudantes em maior situação de risco que eu pude identificar, entre

estudantes que não apenas lutam para serem respeitadas e reconhecidas, mas que a própria integridade física apresenta sérios riscos.

Sarah, com 26 anos, próxima de concluir o curso de Ciências Sociais, estudou em um colégio particular por compreensão da condição econômica da família e da necessidade de ascensão social. Como no caso de Susana, seu pai formou outra família e é uma pessoa ausente na vida dela, tanto financeiramente quanto emocionalmente, e embora sua mãe entenda a importância dos estudos para a filha, ela conviveu por anos em um contexto de intensa violência da mãe, que Sarah reconhece as origens da violência pela forma como sua avó criou sua mãe, em um círculo vicioso de abusos que ela busca encerrar. Sarah atribui a violência doméstica de sua mãe ao fato de sua família ser, segundo ela, uma mistura de “cangaceiros, indígenas e quilombolas”, onde sua avó e avô por diversas vezes mostravam cicatrizes dos violentos embates que o casal teve enquanto seu avô era vivo. Desse panorama, Sarah explica que um dos efeitos desse tipo de violência foi a cicatriz no rosto que ela tem decorrente de um conflito com sua mãe, que além da cicatriz já chegou a quebrar o braço da filha em outro momento.

A violência doméstica presente entre essas interlocutoras choca pelo risco existencial que de fato estava implicado nesses episódio de abuso, sem falar nas dificuldades psicológicas que essas interlocutoras continuam a experienciar desses conflitos. Sua primeira experiência com uma perturbação físico-moral surge ainda no colégio, quando ela sente uma coceira no seu braço que chegou a deixa-lo vermelho de tanto que ela coçava. Sua mãe levou-a ao dermatologista, que por sua vez inspecionou Sarah e chegou a conclusão de que não havia nada dermatológico no problema dela, que se tratava de uma questão psicossomática. O problema de Sarah então simplesmente desaparece para a mãe, sem condições de bancar uma terapia para a filha.

Embora eu trate do tipo de violência que afeta essas interlocutoras, também haviam redes de apoio e cuidado que tornaram possível o ingresso desses estudantes no curso superior, como a irmã de Sarah, que defendia a irmã mais nova dos abusos da mãe. Sarah relata com tristeza o dia em que sua irmã saiu de casa para morar com o marido. Nesse momento, Sarah sentiu-se sozinha, abandonada pela irmã que sequer conversava com Sarah sobre ir embora da casa. Enquanto o caso de Sarah representa um ataque a seu próprio corpo, vitimando-a desde cedo por conta de um ciclo geracional de violência, existem outras formas de violência doméstica que promovem sofrimento e traumas duradouros, mas também situações de luto e de perda.

Laura no período de nossa entrevista tinha 25 anos, e recentemente havia ingressado no mestrado, buscando por uma escapatória de sua realidade periférica, marcada pela constante necessidade por formas de gerar renda no contexto familiar. Estudou por pouco tempo dos primeiros anos em um colégio particular de bairro, mas acabou indo para uma instituição pública de ensino, onde ela menciona ocorrências como o assassinato de um zelador e as vezes em que um professor tinha que apartar dois estudantes que se ameaçavam de morte.

No colégio, ela se considerava como uma pessoa estranha, mas também como alguém que conseguia manter boas relações com os colegas ao redor, e tinha plena consciência que o tipo de violência ou perigo que ela observava no seu cotidiano só teria fim se ela seguisse com os estudos, se profissionalizando e conseguindo melhores condições de vida para ela e sua família. Infelizmente, Laura relata como os professores desse colégio não eram bons, e que ela tinha noção da precariedade do ensino o qual tinha acesso e que teria de se esforçar mais na sua busca por “uma vida mais tranquila”.

Sei lá, tinha a professora de português, e eu não sou muito boa de português, mas ela era pior do que eu, aí dava aquela morgada assim né? E tinha que ter aquela dedicação maior porque eu sabia que eu não ia conseguir pegar o que eu teria que pegar pra passar num vestibular, sei lá, só com as aulas... (Laura)

Seus pais sempre valorizaram os estudos, e mesmo seu pai tendo largado na quarta série do colégio, ela diz que ele era um leitor assíduo e um artista pouco conhecido, mas esforçado. Seu pai e sua mãe sempre trabalharam como artistas plásticos, embora fossem “financeiramente desorganizados”. O ambiente familiar era algo que variava muito conforme as brigas dos dois, um acontecimento constante, chegando ao ponto de ela e sua irmã terem que acordar no meio da noite para apartar as brigas. Os problemas financeiros se amontoavam de forma insalubre, pois o principal responsável pela renda era o pai com suas pinturas, enquanto a mãe também pintava mas em um ritmo bem menor que ele, é acometida por uma depressão devido às condições frustrantes em que eles se encontravam de falta de dinheiro e conflitos domésticos.

Conforme a situação ficava mais difícil com o alcoolismo de seu pai, Laura relata ter chegando ao ponto de terem que decidir quais seriam as refeições que a família estaria disposta a arcar. No terceiro ano, duas semanas antes da prova do ENEM, na qual ela conseguiria a aprovação para o curso de Ciências Sociais, o pai de Laura falece, deixando uma marca que

naturalmente é vivida por meio do sofrimento entre aqueles que perdem um ente querido, mesmo que a partida deste ente querido signifique uma melhora na qualidade de vida da casa.

Teve vezes de a gente, tipo, ou a gente toma café da manhã e almoça, ou a gente almoça e janta, porque não ia ter comida pra todo mundo o dia todo, e aí, isso somado as brigas, eu tinha bastante problemas eu acho... problemas né, em relação a, na minha adolescência por conta disso. Só quando meu pai morreu que a vida da gente ficou mais tranquila, e é bem doido isso, é bem frio falar isso, mas é porque a gente tinha problemas porque eles brigavam todo dia. (Laura)

Após perder o pai, Laura estava diante da decisão entre apoiar a família financeiramente ou prosseguir com os estudos, que tanto seu pai quanto sua mãe incentivaram fortemente. Os conflitos familiares por conta do alcoolismo de seu pai eram tão grandes que ela ainda relata sentir, mesmo que pareça “frio”, um alívio da situação. A tensão psíquica na qual Laura estava submetida viria a tomar outros contornos, pois a morte de um ente querido, ainda mais um pai que estava lutando contra o alcoolismo, de forma alguma pode ser visto como algo trivial, mas mesmo assim, ela não podia passar pelo luto do pai, pois tinha a urgência de seguir seu curso. A situação pela qual Laura passou não é a mesma de Sarah, violentada constantemente pela mãe, mas de conflitos familiares que acabam por cessar e trazer outros tipos de responsabilidades para a nova configuração familiar. Diante da depressão de sua mãe e a dificuldade para ela em lidar com a morte do companheiro, mesmo que uma calmaria tenha se instaurado em seu lar, havia agora a necessidade urgente por sustento financeiro, que viria a percorrer todo o processo acadêmico de Laura.

Na seção anterior, quando Ana descreve que nunca tinha passado por nada “traumático”, talvez ela estivesse se referindo ao tipo de coisa que aconteceu com Bruno, nessa que foi uma das entrevistas mais dolorosas de realizar.

Bruno tinha 25 anos no momento da entrevista, e é um jovem negro oriundo da cidade de Abreu e Lima, próximo da região metropolitana de Recife. Logo cedo, com nove ou dez anos, seus pais se separaram devido a problemas de violência doméstica de seu pai, que acabou abandonando a família deixando sua mãe em uma crítica situação econômica e dois filhos para cuidar. Diferente de Ana, uma das coisas que o fez sobreviver nessas difíceis condições foi o colégio integral o qual ele frequentava, com um projeto social que mudou sua vida.

Igor, na verdade o colégio foi o que me salvou, porque eu venho de uma família muito conturbada, eu venho de uma família que não tem muita perspectiva de vida, uma família

muito religiosa, então assim, a vida das pessoas girava em torno da religião, e esse colégio através de um projeto chamado 'Protagonismo Jovem', meio que me encantou com o mundo sabe? Inclusive foi por causa desse projeto que eu fiz Ciências Sociais, porque ali eu comecei a perceber que existiam outras coisas para além da religião. Eu vivia muito na igreja, com 14 anos de idade eu já era líder religioso de jovens de 14 a 17 anos, então eu liderava jovens mais velhos que eu, então eu sempre tive uma responsabilidade muito grande, e hoje na terapia eu reconheço que muito dos problemas que eu tenho hoje foram por conta dessa responsabilidade que eu tive muito cedo, então antes, até uns 14 e 15 anos tudo era deus, as coisas da minha vida que aconteciam de bom e de ruim era deus, minha família era sempre muito conturbada, quando minha mãe quando se separou do meu pai a gente meio que decaiu assim, a gente teve que viver em condições muito ruins, que hoje eu nem consigo, quando eu começo a lembrar, nem parece, parece um filme assim, e a escola como eu ia lá integral foi quando eu comecei a entender mais sobre minha sexualidade, foi lá que eu comecei a ter uma sede e a ter uma perspectiva de que era possível fazer alguma coisa para mudar o mundo, foi lá que eu fiz amigos também, apesar de eu ser um adolescente muito tímido, tinha uma auto-estima muito baixa, não consegui estudar muito como deveria, não sabia o que era estudar de verdade, porque apreendendo lá eu tinha muita dificuldade com os estudos, mas foi um colégio que foi uma segunda família pra mim, na verdade foi lá que eu descobri o que podia ser esse sentimento de família. (Bruno)

Bruno é um exemplo ideal de como os regramentos que ocorrem na juventude são articulados e estruturados segundo sistemas familiares e religiosos de reprodução cultural. Na sua igreja, surpreende que ele tenha sido um líder religioso tão jovem, mas essa é uma característica que atravessa sua biografia. A personalidade tímida e com baixa auto-estima de Bruno são tipicamente marcadores de jovens das classes populares, contidos dentro de uma “sede” pelo mundo. Na igreja que Bruno frequentava, não havia o mesmo grau de desejo por conhecimento, ou promoção das diferenças, mas uma intensa homogeneização do pensamento a partir das categorias de Deus e do Diabo. Não tenho conhecimento para aprofundar sobre as idéias de bem e mal na religião, nem como ou se grupos evangélicos doutrina os jovens, mas Bruno evidentemente precisava de um lugar onde pudesse frequentar com pessoas de sua idade, para conseguir se afastar do contexto de dor que existia em sua casa, que ele mal consegue descrever a precariedade da situação. Aqui existe uma distinção importante entre precariedade e uma vida “simples”, pois a precariedade da vida de Bruno envolvia morar em uma casa desestruturada, lidar constantemente com a falta de alimento e a ausência de lazer que ele demandava.

Na igreja, ele não era apenas mais um jovem, mas o filho de um pai e mãe presbiterianos que circulavam em Pernambuco pregando o evangelho da Assembléia de Deus, gerando conseqüentemente muita pressão sobre Bruno, que por ser filho deles, era visto como uma pessoa destinada a grandes coisas. Quando começou a frequentar o colégio e o projeto ‘Protagonismo Jovem’, período em que ele teve contato com sua sexualidade por meio de um romance que tinha

escondido, foi um choque para sua mãe e a comunidade evangélica quando descobriram que ele era gay.

Minha mãe e pai já eram evangélicos, já tinham cargos importantes na igreja e vivia disso, era uma família como eles dizem missionária, a gente já morou em varias cidades de Pernambuco fazendo esse tipo de trabalho, missão né? Então desde pequeno na igreja Assembleia de Deus que eu fazia parte tem uma idéia de profecia né? Que a pessoa nasce com um propósito, então girava muitas profecias entorno de mim, e a expectativa era muito grande, desde pequeno as pessoas falavam coisas, que eu era escolhido pra determinada coisa, ai com 14 anos de idade me colocaram como líder religioso, e com 14 anos de idade também eu comecei a me envolver com um menino da igreja, ai eu fiquei com ele até os 17 anos, foi meu primeiro namoro, e foi ai que o pessoal descobriu, não deu pra sustentar por muito tempo, e foi ai que eu fui expulso de casa né, pela minha mãe, porque naquela época eu já não tinha contato com meu pai (...) Então a igreja e essa primeira experiência com esse menino me marca até hoje assim, tanto é que hoje eu nem tenho tanto contato assim com minha mãe, falo com ela de vez em quando, mas é aquele contato bem distante, como se ela não tivesse nenhuma obrigação comigo e eu não tivesse nenhum obrigação com ela. (Bruno)

Aqui temos o caso de um jovem que não só descobre sua homossexualidade relativamente novo, mas também passa pela sua primeira experiência romântica dos 14 aos 17 anos. Ser predestinado pela igreja, filho de dois pais missionários e ainda não ter qualquer outro tipo de horizonte possível, contribuíram para que ele tivesse a reação de esconder sua sexualidade. Quando nosso mundo é construído por outras pessoas dentro de um contexto onde é possível ser expulso, o que ocorre não é apenas a expulsão de um grupo social, mas o risco de vida que essa expulsão implica. O mesmo medo que Ana sentia de ficar sozinha sem sua família foi basicamente o que aconteceu com Bruno pela mãe.

A situação na casa de Bruno anterior à saída de seu pai era tudo menos um ambiente de pureza religiosa. O tipo de violência que o pai de Bruno demonstra é algo que me faltam palavras, pois como ele descreve na perspectiva da mãe, ele era um homem que de tempos em tempos se via possuído pelo Diabo. Em sua casa, as ameaças e violências que sua mãe sofria eram devidamente reportadas para Bruno, sem qualquer tipo de proteção da mãe para o filho diante de tamanha violência doméstica. A mãe de Bruno descreve seu pai como um homem que quando voltava a beber era violento, com inúmeras ameaças de morte, chegando um dia a quebrar o braço da mãe e mais de uma vez estuprá-la em atos de grande violência.

Tinha períodos que ele saia da igreja e bebia muito. Eu já vi minha mãe com o braço quebrado porque ele jogou cadeira, ele amolando serrote porque disse que ia matar ela, ele dormindo com faca debaixo do travesseiro. Eu lembro uma vez que eu eu fui abraçar ele, e minha mãe via

essa faca, e minha mãe meio que só tinha eu e meu irmão, e como na igreja era muito vergonhoso contar pra pessoas ela me contava, contava pra mim, dizia pra mim as coisas que aconteciam, e eu era muito novo, e eu nem sei se minha mãe tinha a dimensão do quanto de responsabilidade ela colocou sobre mim. Ela contava pra mim sobre as coisas que meu pai fazia, que ele forçava ela a fazer sexo, que ele batia nela, que isso era coisa do demônio e que eu tinha que orar, porque ela tinha ódio no coração por ele e ela não era capaz de expulsar esse demônio e só eu era capaz de expulsar; então assim, olhando pra trás eu tive uma infância bem doentia assim, e adolescência foi a fase de me libertar disso, e depois a universidade, que foi uma fase também dessa libertação, mas foi uma coisa que teve alguns riscos, e que acarretou no que eu tenho hoje assim, que é uma depressão muito forte e umas síndromes também. (Bruno)

Nesse contexto, Bruno aprendeu a desconfiança, medo e terror do tipo de agressão arbitrária que seu pai causava em sua mãe, enquanto ela desesperadamente confessava pro filho as coisas que o traumatizam até hoje. Bruno diz ter um contato mínimo com sua mãe, e nenhum contato com seu pai. Recentemente descobriu que seu pai estava muito doente, mas mesmo assim não desejava encontrá-lo.

Quando seu pai abandonou a família, sua mãe levou Bruno para uma psicóloga, mas mesmo assim ele tinha medo de falar sobre sua homossexualidade, imaginando que talvez a psicologia pudesse falar para sua mãe, sem ter idéia das consequências que poderiam ocorrer, como a expulsão do lar. A psicóloga chamou Bruno e a mãe para participarem de uma sessão em conjunto, mas ele nunca revelou que era homossexual, apenas chegando a dizer para seu irmão mais novo, mas vivendo o medo de que seu segredo fosse revelado, gerando um forte sentimento de desconfiança com os adultos a seu redor.

Por necessidade econômica, desde os 15 anos Bruno trabalha dando aula de reforço para jovens em escolas locais, mesmo sem ter uma formação como professor, talvez decorrente de sua inteligência e do prestígio que advinha da igreja. Antes de ingressar na universidade ele descreve um esforço monumental para encontrar tempo para estudar. Sua mãe não apoiava que o filho estudasse, chegando ao ponto de quebrar o interruptor do quarto para Bruno não ter luz quando fosse estudar à noite.

Bruno viveu muito tempo dependente das redes de apoio que ele criou com colegas do colégio e da igreja, e sabia que a única forma de sair da situação de violência doméstica e psicológica era por meio dos estudos, algo que perpassa jovens de baixa renda que em meio a outras formas de trauma, passam por esforços muito maiores que qualquer jovem de classe média com um núcleo familiar estável. Nesse ponto, gostaria de enfatizar o valor que esses estudantes demonstram em superar condições absurdas de estudo para ingressar na universidade,

e reafirmar essa pesquisa como um esforço para a valorização do estudante universitário, e não o seu descarte como um número, da mesma forma que o colégio de Ana fez com ela.

Eu via [os estudos] como saída, tinha uma mãe do meu amigo que comprava livro, que pagava passagem pra eu ir pra aula, e me ajudava muito a conseguir esse sonho, ele tinha o sonho de entrar em engenharia e eu em ciências sociais, então eu tive essa rede de apoio, e foi muito conturbado, porque eu achava que não era capaz, achava que não ia conseguir, e ao mesmo tempo eu tinha que sair dali, eu entrei em ciências sociais sem saber o que era ciências sociais direito, eu sabia mais ou menos que era pra estudar humanidades e tal, mas na verdade na verdade, a tentativa do vestibular é sair daquele inferno ali, eu não aguentava mais tá ali, eu sabia que o pessoal dizia que tinha bolsa, que ficava mais fácil pra sair de casa, então foi mais nesse sentido assim. (Bruno)

Poucas semanas após ser aceito no curso de Ciências Sociais, Bruno foi expulso da casa de sua mãe. Seu irmão era a pessoa que sabia do relacionamento que vinha escondendo e de alguma forma revelou para a mãe, que em seguida começou a violentar seu filho, entre outras coisas escondendo a comida da casa dele e do irmão “para se vingar”. Nesse contexto, Bruno já articula na PROAES formas de conseguir auxílios logo no início do curso e escapar de sua mãe, que acabou por expulsá-lo quando soube que ele havia sido aprovado para a bolsa de estudos. Bruno eventualmente se mudou para uma casa em Abreu e Lima, e teve seus primeiros contatos com o mundo universitário.

A juventude é uma etapa da vida caracterizada pela idéia de transição, eventualmente essas jovens irão se separar de seus núcleos familiares, desenvolver uma autonomia econômica e a sedimentação dos aspectos identitários que constituem sua subjetividade. Essa separação se dá pelo ingresso na universidade, indicando um lugar por vezes confortável e voltado para os prazeres e desejos desconhecidos da vida adulta, e considerando que estudantes de graduação são muito jovens para se sustentarem, esses mesmos estudantes almejam e até executam a sua independência por meio de renda própria e na moradia com colegas, formando um campo de práticas e estratégias na articulação pela independência e subsistência no âmbito acadêmico.

Um caso que ilustra bem essa transição para universidade é o de Núbia, que assim como Sandra, estudou no IF e revela ter se sentido uma chocante diferença entre os estudantes de elite que estudavam no IF, vindos das melhores escolas e com a melhor formação, enquanto ela havia passava constantemente por um complexo de inferioridade em relação aos colegas, e assim como Sandra, relata que estudar no IF “é estar na universidade com 14 anos”. Por ter um pai com perfil muito conservador e intolerante com suas decisões, ela buscou uma renda para não ter que depender de seu pais nas saídas que fazia, mas também construindo um vínculo empregatício

com a universidade que iria lhe sustentar até o fim do curso, trabalhando durante as manhãs na biblioteca.

Núbia havia reprovado algumas disciplinas, e por isso nunca conseguiu fazer o programa PET nem o PIBIC, que de toda forma envolveriam abandonar a bolsa da biblioteca, algo que ela não tinha interesse pois um PIBIC duraria apenas um ou dois anos, enquanto o trabalho na biblioteca era um sustento certo até o fim de sua graduação. Como várias outras interlocutoras, Núbia foi expulsa de casa pelos conflitos com o pai, logo após o seu ingresso no curso.

Eu entrei em 2014, e em 2015.2 eu fui expulsa da casa dos meus pais, eu briguei com meu pai e fui expulsa, e aí eu fui morar na várzea, e aí esse dinheiro acabou sendo meu meio de subsistência tá ligado? Aqui na várzea, pagar aluguel... eu tinha outra bolsa, que era a bolsa da PROAES, e junto isso fazia quase 800, 782, e isso era o que me mantinha aqui na várzea, e depois de um tempo, não muito tempo depois de eu ser expulsa, meu pai se arrependeu, voltou atrás e começou a me dar uma ajuda financeira, aí ele me dava uma ajuda financeira de 50 reais por semana, aí eu tinha 782 mais 200 reais dele por mês, e era isso que fazia eu me sustentar de 2015.2 até mês passado [2020]. No início desse ano [2019] eu perdi a bolsa da PROAES, porque eu já tinha excedido o tempo de me formar, e eles só dão a bolsa até o período que você deveria se formar, até o oitavo período, e como eu tinha excedido o oitavo período eles cortaram minha bolsa nesse ano. (Núbia)

A expulsão do lar é uma ocorrência comum entre as interlocutoras, tanto Núbia quanto Bruno e Sandra passaram por essa situação de forma dolorosa e até traumática. Conforme pude constatar, haviam expectativas em relação a esses estudantes, que novamente, manifestam a intolerância dos familiares como o pai de Núbia, que havia ficado com raiva dela ter escolhido um curso que aparentemente não levaria a lugar nenhum, pelo menos na percepção limitada dele, alguém que desistiu do colégio na terceira série e trabalhou a vida inteira como pedreiro em obras com contratos informais, nunca com carteira de trabalho por considerar que iria ganhar menos dessa forma.

O curso de Ciências Sociais, notadamente, possui um status um pouco polêmico entre familiares que não compreendem ao certo do que se trata. Muitos colegas ao longo da minha trajetória se queixavam das reuniões em família, dos primos, tias ou avós que sentiam raiva do parente por escolher uma carreira sem perspectiva imediata por um renda própria, revelando como as Ciências Sociais está posicionada em uma hierarquia dos conhecimentos.

Nesse contexto de transição, existe uma impressão latente entre as interlocutoras de que a universidade seria uma sequência mais complexa do universo escolar, e como o universo escolar institucional só cobra (se tanto!) poucas aulas de sociologia e filosofia no ensino médio para

conseguir a aprovação no vestibular. Na percepção de que estamos diante de relações de consumo em um mercado dos conhecimentos, e de que haveria “bons negócios” e “maus negócios”, a perspectiva hierárquica do valor dos conhecimentos contribui para situações de conflito entre estudantes e seus familiares, que entendem a universidade como um lugar onde suas filhas estarão feitas na vida, como o pai de Núbia, que pelo caráter conservador e sem um entendimento aprofundado sobre o que se trata a universidade, se enfurece com a filha, que já que está indo para a universidade poderia ter feito um curso que lhe conferisse orgulho e tranquilidade pela sua estabilidade econômica, como direito ou medicina, que por sua vez são cursos que pelo prestígio e dificuldade de ingresso, necessariamente impedem pessoas como Núbia, advindas das classes C e D, pois os pais não tem noção da dificuldade que suas filhas enfrentam com auto-estima, recursos didáticos e na forma como o conhecimento é segregado na infância pelas condições de classe.

Eu acredito que eu represento a classe C, eu não sei as tabelinhas e os valores que a galera coloca lá mas eu acredito que seja a classe C ou D. Meu pai é pedreiro, sempre trabalhou como pedreiro, ele é alfabetizado, mas estudou até a terceira série, sei lá, minha mãe é dona de casa e nunca trabalhou porque meu pai nunca deixou ela trabalhar, então ela só exercia a função do trabalho doméstico. (Núbia)

O que ocorre nas universidades é um processo de desmitificação daquilo que o colégio ou as famílias estavam causando com seus filhos ao “proteger”, como no caso de Marta, que vem de um contexto familiar confortável onde o investimento na sua educação era a principal ocupação que ela tinha, e satisfazer as demandas dos pais não era exatamente sua intenção. Ela é a mais jovem das interlocutoras desta pesquisa, e vivenciou experiências semelhantes às de Ana, que passou por preconceitos por não estar dentro de um padrão de beleza ideal.

Sei lá, tipo, sempre foi meio esquisito, porque esse colégio é um colégio muito pequeno de pessoas não só muito ricas, mas muito padrazinho sabe? E eu era tipo, a gordinha ali, e era sempre muito estranho. [...] Foi muito limitante, porque era um colégio muito pequeno, então não tinha contato com outras pessoas, mas ao mesmo tempo é colégio, você aprende coisas que é pra aprender naquela época. (Marta)

Por ser um colégio pequeno de elite, embora a possibilidade de ingresso fosse quase certa pela qualidade do ensino que ela vinha tendo, Marta é consciente de que o vestibular não prepara os indivíduos para a vida, e como vários jovens que transitam para a universidade, a dinâmica acadêmica é muito distante da tutela excessiva que colégios de elite em Recife empregam, onde

os alunos são constantemente observados no que há de mais refinado na lógica do consumo neoliberal de mercado.

Não é minha intenção patologizar ninguém nas suas experiências com o colégio, mas se podemos perceber a baixa auto-estima como marcador de jovens periféricos das classes populares, a experiência das jovens de elite é marcada pelo individualismo solitário. Partilho com Marta a sensação de estar entrando no “mundo real” ao ingressar na universidade pública, pois outra particularidade das elites é a intensa perspectiva homogeneizante do mundo a partir de si mesmo. Nesse contexto, a transição de Marta para a vida adulta era permeada de preconceitos que, entre jovens de elite como ela, reduzem a autonomia e entendimento do mundo ao ponto da universidade desmistificar muitas das percepções familiares que estabelecemos quando jovens. Ana por exemplo, de tão “protegida” pela família, levou anos para se libertar do desamparo psicológico do qual sentia-se submetida, consequentemente levando mais tempo para formar uma autonomia da família.

Outro aspecto importante na perspectiva das elites, e esse sim promove um elevado grau de sofrimento, se trata da excessiva auto-cobrança que essas jovens desenvolvem em várias instâncias da vida pessoal e estudantil. Carmen demonstra isso ao longo da sua trajetória, sendo uma estudante “certinha”, querida por seus professores e familiares, mas sempre dentro de um roteiro muito rígido de experiências que desencadearam no seu medo de casar-se com o primeiro namorado, destino semelhante ao de sua mãe e outras referências femininas. Ser muito exigente consigo mesma significa estar constantemente buscando por por um grau de perfeição que simplesmente não é viável em todos os momentos da vida, sendo essa auto-cobrança de Carmen uma das principais razões pelas quais seu corpo simplesmente parou, quando entra em um estado depressivo de ruminação no curso de Ciências Sociais anos depois de ter concluído o de Dança em São Paulo.

Todo mundo me incentivando a fazer mestrado, e eu falava assim, “mestrado eu não vou fazer”, porque como eu sou desse jeito muito rígida, muito exigente comigo mesma, eu não me senti em condições de ir no mestrado, porque na UNICAMP em dança a gente lê muito pouco, é muito prático... que é massa! Só que eu não me sentia com bagagem teórica pra fazer um mestrado, e eu não queria que fosse um mestrado qualquer, eu queria que fosse o mestrado da minha vida, assim, com o objetivo de pesquisa da minha vida, então porque é tudo nessa intensidade, é tudo tipo, nessa coisa desse tamanhos assim, sabe, eu meio que sinto assim, sempre senti assim, e hoje eu vejo que isso é um problema, assim, em muitos aspectos.
(Carmen)

Enquanto jovens da elite desenvolvem perturbações físico-morais graves e com sérios riscos para a qualidade de vida em geral, entre jovens das classes populares essas demandas refletem uma necessidade existencial muito mais urgente.

As jovens de elite nesta pesquisa apresentam um comportamento onde a perturbação parece fazer parte de um processo de modelagem mal-sucedido, onde a revolta e o sentimento de enganação são problemas de ordem muito mais moral do que física. Entre as interlocutoras das classes populares, percebo que há um grau de certeza sobre o destino, pois como é o caso de Bruno, Núbia e Sandra, expulsas de casa por suas famílias, elas passam por ameaças e tentativas de violência gravíssimas, havendo um choque entre a impossibilidade de condições hábeis para estudar e o tempo para lidar com o sofrimento que é desencadeado dessas experiências.

Nesse aspecto, a universidade pública presta uma função fundamental para o êxito dessas estudantes, na forma dos auxílios estudantis e outras formas de manutenção dos estudantes, ao mesmo tempo que essa dependência com a universidade muitas vezes gera uma ansiedade na expectativa do fim desses mesmos auxílios e outras formas de renda, pois não há um “mercado das Ciências Sociais”, por mais que se tente atestar que instituições como DataFolha ou outras agências de pesquisa sejam possibilidades para estudantes, é uma realidade do curso que uma graduação apenas não muito vantajosa para ingressar no mercado de trabalho dessa atuação.

As Ciências Sociais estão em uma posição de inferioridade na hierarquia dos saberes, mas não se trata de um beco sem saída para os estudantes que ingressam nessa área, considerando que é durante o mestrado e doutorado que se fomenta melhor uma noção sobre a “vida acadêmica”, mas para além disso, implica na possibilidade de aguardar por meses a fio por uma ou outra oportunidade na vida, um luxo que Bruno, Núbia e Sandra não poderiam dispor.

Nunca quis tentar um PIBIC, porque PIBIC só podia, você tinha que ter carga horária livre pra poder tá disponível, e não podia ter outra bolsa além do PIBIC, e eu não podia abandonar o meu trabalho que era algo que eu sabia que poderia me levar até o final da universidade, aquele dinheiro certinho até o final da universidade, pra entrar no PIBIC que duraria um ano, no máximo dois anos, depois daquilo ali eu não teria dinheiro nenhum. E isso se tornou um peso, esse peso financeiro existe, porque acho que com um ano e meio eu sai de casa, eu sai da casa dos meus pais e fui morar na várzea. Eu entrei em 2014, e em 2015.2 eu fui expulsa da casa dos meus pais, eu briguei com meu pai e fui expulsa, e aí eu fui morar na várzea, e aí esse dinheiro acabou sendo meu meio de subsistência tá ligado? Aqui na várzea, pagar aluguel... eu tinha outra bolsa, que era a bolsa da proles, e junto isso fazia quase 800, 782, e isso era o que me mantinha aqui na várzea, e depois de um tempo, não muito tempo depois de eu ser expulsa, meu pai se arrependeu, voltou atrás e começou a me dar uma ajuda financeira, aí ele me dava uma ajuda financeira de 50 reais por semana, aí eu tinha 782 mais 200 reais dele por mês, e era isso que fazia eu me sustentar de 2015.2 até mês passado [2020]. No início desse

ano [2019] eu perdi a bolsa da PROAES, porque eu já tinha excedido o tempo de me formar, e eles só dão a bolsa até o período que você deveria se formar, até o oitavo período, e como eu tinha excedido o oitavo período eles cortaram minha bolsa nesse ano. (Núbia)

A forma como essas estudantes desenvolvem seus projetos de vida é muito mais minuciosa e realista do que as jovens de elite, que vivem um conforto que, ao menos nessa pesquisa, não envolve o preconceito e violência de ser uma pessoa negra, a experiência de passar fome ou até mesmo a violência física, pois essas famílias possuem uma estrutura familiar baseada em tradições particulares de famílias médicas, famílias de advogados, etc., em contrapartida as estratégias e oportunidades das jovens de classes populares, em geral muito escassa e valiosas.

A transição para a vida adulta pode ser, como foi para Bruno, uma experiência que ele sequer viveu entre os nove e quinze anos, quando seu pai violentou sua mãe, ou como no caso de Sandra, que fazia um curso técnico com planos para sair do colégio com um emprego, que em parte ela conseguiu executar por um tempo, trabalhando com seu diploma técnico e conclusão do ensino médio. Nesse polo da cadeia hierárquica, embora as dificuldades para jovens como Bruno, Núbia e Sandra sejam imensas, há de se salientar como o desejo surge de forma potente, sendo o principal motivador desses jovens na busca por melhores condições de vida.

Para além das questões sobre a integridade física das interlocutoras, há também uma diferentes ritmos de constituição identitária por parte de cada uma delas, em um processo nitidamente mais lento para jovens das elites e mais acelerado nas classes populares. Para jovens das classes populares, que por meio do sofrimento acabam se tornando adultos muito rápido, não se percebe a tutela e confortos que permeiam a vida das elites, que por sua vez sofrem com o incômodo de sentir que a vida não parece ser “real”. Essas condições estão todas relacionadas com os motivos que jovens permanecem na casa dos pais ou saem abruptamente, aceitam sua identidade de gênero ou passam anos em negação, e principalmente, como eles buscam por uma autonomia, que afinal, é a grande razão pela qual ingressam na universidade e traçam uma carreira acadêmica.



**Como
você
se
sente?**

**Infeliz?
Solitário?
Orgulhoso?
Angustiado?
Presunçoso?
Decepcionado?
Sem esperança?
Cansado e oprimido?
Desencorajado e magoado?
Com o fardo pesado do
pecado?**

HÁ UMA SOLUÇÃO PARA VOCÊ!
A Bíblia diz em Romanos 8.32:.. "Não
nos dará graciosamente com ele
(Jesus Cristo) todas as coisas?"
Jesus Cristo lhe dará paz, gozo e
descanso, esperança, vida e perdão.

Panfleto recebido na UFPE por uma jovem estudante, 2019.

4.3. Crise, Vulnerabilidade e Ruminação

Dois aspectos que permeiam o começo da graduação na experiência das interlocutoras são a ideia de libertação e aprendizado, ou melhor, “reaprendizado”. Por libertação, me refiro ao ato que essas estudantes realizam ao se desprenderem das restrições morais familiares que até então haviam regido suas respectivas visões de mundo, enquanto a ideia de “reaprendizado” vem da triste realidade da maior parte dos estudantes universitários, que ao ingressar na universidade e terem um contato com uma leitura e escrita completamente diferentes da que tiveram no ensino médio, se vêem ou impressionadas com os tópicos tratados ou simplesmente incapazes e com baixa auto-estima, fazendo desse um começo difícil para a graduação.

Um aspecto relevante da noção de libertação está presente no consumo e uso que as interlocutoras fazem de drogas, álcool e outros psicotrópicos. Na universidade, a libertação dessas estudantes perpassa o uso dessas substâncias ao longo de suas narrativas, gerando uma relação entre as substâncias e o aprendizado, categoria que permeia a proposta da universidade, pois as interlocutoras não estão na universidade para consumir essas substâncias e efetivamente se libertarem do contexto moral familiar, mas para serem parte do processo de aprendizado acadêmico, onde o amadurecimento e desenvolvimento da escrita, leitura e auto-estima são esperados, lembrando que não estamos necessariamente falando sobre trajetórias acadêmicas, mas sobre a experiência universitária.

[a universidade] Foi um choque pra mim: drogas, pessoas diferente. Uma pessoa da igreja ver a universidade pra mim foi tipo, o momento, uma lombra de esquecer tudo que eu era e começar a viver um universo novo me jogando assim, aí isso trouxe muitas consequências né? Porque eu me envolvi com todo tipo de droga, me envolvi com loucura, me envolvi com movimento estudantil sem saber o que era, fui descobrindo aos poucos o que era gênero, o que era sexualidade, o que era comunismo, o que era capitalismo, eu entrei em Ciências Sociais sem saber nada assim sobre o que era política, e aí foi um universo que me encantou muito, que me atraiu muito, foi ali que eu comecei a perceber que eu podia ter outro tipo de vida.
(Bruno)

As descobertas parecem ser de uma dimensão hedonista e por vezes demasiadamente boêmia, havendo uma fama indevida entre estudantes de Ciências Sociais, que não são os únicos hedonistas da universidade, mas fazem parte de um segmento geracional de jovens que se expressam por meio de substâncias psicotrópicas, forma compreensível de se portar diante de uma nova realidade. Um exemplo de libertação por meio do aprendizado se dá para Bruno na

descoberta de sua sexualidade durante o curso, mas também no uso corriqueiro de termos como “capitalismo” e “comunismo”, expressando na sua própria atuação como ativista em movimentos sociais um pouco da realidade dos estudantes de ciências humanas.

A liberdade observada na graduação produz uma quantidade abundante de experiências valiosas de autoconhecimento sobre os corpos. Estar em festas, bares ou eventos públicos são atividades que desvendam novas experiências para as estudantes, que avidamente participam dessas atividades no início do curso, compreendendo que esse é o período para os erros que possam vir a ocorrer, e várias são as pessoas que possuem trajetórias com álcool e drogas, passando pelo amadurecimento e ressignificação desses usos. Núbia muda completamente sua relação com drogas sintéticas após se perceber como uma pessoa ansiosa, mas também descobrindo muito cedo na graduação o uso de psicotrópicos como Ritalina para melhorar sua performance nos estudos.

(...) logo quando eu entrei, acho que no primeiro segundo período de Ciências Sociais eu tive a experiência de, as vezes, tomar Ritalina pra estudar. Tava desesperada pro final do período, acho que foi no segundo período, tomei Ritalina algumas vezes pra estudar, e parei quando percebi que era altamente viciante. Quando eu usei uma vez, usei duas vezes, quando eu tentei estudar pela terceira vez sem Ritalina não aconteceu de maneira nenhuma assim, foi algo desesperador. Ai eu parei de usar pra ficar bem, porque eu percebi que era muito pesado. Não usei mais Ritalina pra estudar, eu não me utilizo de nenhuma droga pra estudar, além de café e maconha, café e maconha eu uso pra estudar, as vezes não rola de estudar com maconha, mas as vezes rola demais, e quando rola o foco é incrível, porque você foca de verdade. (Núbia)

Independente da validade científica sobre a eficácia dessas substâncias, o fato é que diferentes formas de consumo tendem a emergir das experiências no campo acadêmico. A liberdade na universidade, pela falta de restrições entre professores e alunos, é uma dinâmica que promove antes de mais nada independência e autonomia, para não se prejudicar nas atividades burocráticas, mas também para criar suas próprias oportunidades.

Nesse espaço amplo e plural que a universidade representa, os valores distribuídos entre estudantes marcam e excluem a partir da moralidade de nossa sociedade, e que conforme o campo do conhecimento que se tem contato, altera essas possibilidades de significado. Os valores que estudantes de Ciências Sociais apresentam estão firmados pela subversão hierárquica e a um comportamento rebelde que podemos associar a outros cursos ultrajados pela injustiça social, como o de Serviço Social, mas principalmente, motivados pela indignação sentida em

leituras marxistas, feministas ou de outra ordem do discurso político, em determinada medida incentivadas pelos professores de determinados cursos.

Com efeito, não há como se posicionar de outra forma que não sobre uma perspectiva política diante de algumas disciplinas, como naquelas que tratam de temas pós-coloniais ou leituras feministas, essenciais para o pensamento contemporâneo que estamos postos a aprender, além da própria mobilização necessária para dar fim a ciclos de violência e sofrimento estruturais, como o racismo e a homofobia, os quais considero, assim como muitos colegas e pessoas de todas as margens da vida, condições não-negociáveis de comportamento no mundo que partilhamos, postas no campo da disputa política.

Alan foi o interlocutor mais jovem dessa pesquisa, com 21 anos, havia acabado de iniciar o curso. De uma origem periférica e se reconhecendo como homossexual desde muito jovem, a universidade foi uma expansão dos horizontes de sua vida, mas também um espaço que não comportava as demandas familiares que viriam a surgir de forma inesperada, ou aos sentimentos que ele viria a desenvolver observando seus colegas.

Nossa, total, total, foi um choque de realidade no primeiro momento. E pra mim no tempo, a questão que mais me preocupava era 'porra, todo mundo sabe de muita coisa aqui, eu não sei de nada, eu não sei de quase nada, a galera veio de escolas muito boas e eu não vim de uma escola muito boa...', então enfim, eram essas questões que mais me contrastavam, também a dificuldade em acompanhar o ritmo, eu já tava a um ano sem estudar, minha vó no mesmo ano que eu tinha entrado na universidade tinha sofrido um acidente, teve a fisioterapia, todo esse lance de tá ajudando em casa, tendo que recepcionar o fisioterapeuta pra ajudar e tal... [...] também, no segundo período pra mim foi pior, tive muita coisa, comecei a tomar o Roacutan, me sentindo muito mal também, e assim, muito ansioso, tinha vezes que eu não conseguia apresentar, falar nada nos seminários da faculdade, e era simplesmente porque eu não me sentia bem sabe, eu chegava muito nervoso, muito ansioso, já tinha compreendido o conteúdo mas não conseguia colocar pra fora, não sei, talvez tenha sido alguma coisa de inferioridade também... medo e insegurança. Hoje eu penso assim e volto pra trás, eu ainda tenho muito medo, sou muito inseguro quanto a isso, mas eu vejo como eu melhorei muito em alguns pontos com isso também, eu acho que maturidade também ajuda nesse processo. E no meu caso também, não sei, alguns remédios, fumar maconha, também me ajuda bastante em concentração e ficar de boa, e acho que isso pode ter influenciado na melhoria sabe na maneira como eu lido com algumas coisas também, de, enfim, acho que meus próprios amigos da minha sala foram tão importantes nesse processo, que eu venho apreendendo com todos, e não só com os amigos, mas todo mundo que acaba agregando. (Alan)

Alan apresenta um uso de substância que fortalece sua experiência na universidade, e reduz o sentimento de inferioridade da estranheza com a formalidade de alguns de seus colegas, em mais um choque de *habitus* que provoca ansiedade. O caso da UFPE, diferente do que imagino ser em outras universidades privadas de menor porte, por meio da autonomia dada aos

estudantes, faz com que esses amadureçam de forma mais rápida. Alan ressalta o uso de Rouacutan, um remédio dermatológico para a pele que dificultou sua experiência na universidade, pois afetava seu corpo diante das outras pessoas. Não se sentir bem com o próprio corpo é um aspecto que intensifica a experiência do sofrimento, mas também haviam as obrigações familiares, tornando as condições de competitividade em uma ilusão rapidamente desvelada, já que ele percebe como a universidade não é um lugar ideal onde você conclui seu curso em quatro anos e sai com um emprego, mas um espaço de risco, da possibilidade cada vez maior de não poder concluir os estudos pela falta de recursos. Em casos onde a decepção e o sentimento de baixa auto-estima surgem, o consumo de drogas como maconha é bastante frequente, e a busca não é para exceder as expectativas acadêmicas dos outros, mas por um equilíbrio emocional que impulsione o estudante.

Os professores, embora não sejam o foco dessa pesquisa, inevitavelmente se inserem como influência e admiração para muitos estudantes. É normal haverem professores antiproibicionistas, marxistas ou feministas (entre outras formas de posicionamentos tidos como “progressistas”), geralmente sendo uma figura capaz de empatizar com as estudantes, mas também agir de maneira a causar danos psíquicos que contribuem para períodos de adoecimento. Atravessando todas as áreas do conhecimento, é possível notar que a universidade foi constituída por categorias caras ao liberalismo, como competitividade e meritocracia, acabando por marcar a experiência de algumas estudantes, que ao se adaptarem com o conteúdo e o formato da escrita, alcançam horizontes “mais altos”, mas diante da competitividade e disputa entre colegas e professores, parece ocorrer um desencanto com as possibilidades percebidas no começo da graduação.

Eu não me sentia afetada pela competitividade, só depois que eu entendi que toda minha preocupação com nota, com a comparação de tipo, ‘fulaninho conseguiu, eu não consegui.’ Isso era um reflexo dessa competitividade, mesmo que você não seja consciente disso, que você não queira, tá ali atuando, como ‘a, eu quero ser melhor que ele’, ela [a competitividade] também acaba respingando em você de algum modo, pra mim era isso, na questão de eu me comparar, ‘poxa, porque eu não consigo? porque eles conseguem?’ Eu não entendia que tinha minhas questões pessoais, não era uma questão de mérito, era uma questão minha, com meu desempenho, com o que eu sou pra lidar com aquilo, e não dessa forma como acontece numa competição. (Laura)

O caráter impositivo da competitividade, logo no início da vida acadêmica das interlocutoras, expõe as disputas políticas no âmago da universidade: entre professores de

diferentes cursos nos processos decisórios, à possibilidade de bolsas de pesquisa, assim como a construção do perfil das estudantes conforme esses movimentos ocorrem. Ao invés de serem atores ativos nos processos decisórios da universidade, as estudantes desde a graduação se percebem como as partes menores e desapercibidas da universidade, por vezes sofrendo por não se sentirem especiais ou por se sentirem como mais um número, sem possibilidade de agência real nas questões relevantes da universidade, além da extrema dificuldade que é conseguir conciliar uma educação de qualidade sem uma base de apoio familiar, tanto emocional como econômico.

O caso de Paulo ilustra bem o tipo de embate que se percebe entre estudantes e a conjuntura de incentivo individualista na universidade. Paulo tem 32 anos e realizou um curso de administração que não lhe satisfaz profissionalmente, resultando em uma viagem para o exterior onde passou um tempo em trabalhos temporários, vivendo e pensando em que rumo estaria disposto a seguir. Ingressou no curso de Ciências Sociais mais velho que seus colegas, e no momento de nossa entrevista, realizava simultaneamente a graduação e o mestrado, já que tinha a diplomação em administração e queria terminar seu curso de graduação. No começo do curso de Ciências Sociais, Paulo diz ter tido sorte, pois estava em um contexto onde sua rede de apoio era uma turma de graduação unida, na qual todos eram muito próximos um do outro.

Minha turma da graduação véi, costumo até dizer, mermão, era a melhor turma, assim, porque a galera era muito de boa, inclusive eu fiquei mal acostumado nisso... foi até um peso isso, porque a minha turma sempre foi muito de boa, sempre foi uma galera que não era escrota, que não ficava noiando com algumas coisas, que não ficava numa lógica competitiva, não ficava... todo mundo era muito de boa! (Paulo)

Ele descreve sua entrada no mestrado como a constituição de relações “dúbias” difíceis de serem mantidas, como se houvesse um “*jogo por trás*”, exaltando ainda que “*o mundo é assim, a universidade não está apartada disso*”. De fato, a universidade promove e enaltece a produção de uma demanda nacional de ordem tecnológica e mercadológica, objetivando áreas supostamente prioritárias da produção científica, embora não exista parâmetro que objetivamente garanta determinada atividade como sendo mais importante do que outra, pois o contexto é sempre fundamental nas conjunturas estruturalmente postas que analisamos da realidade. Meu argumento se faz claro com o pífio investimento na ciência brasileira pelo governo federal nos últimos anos, e como a pandemia da covid-19 tem sido um exemplo de que investir em ciência

nunca é algo que esperamos valer a pena, mas quando precisamos certamente faz uma falta tremenda.

Paulo relata dedicar mais atenção ao mestrado, mas continua em um ritmo desacelerado na graduação por considerar como uma forma de “*desopilação*”, por se sentir incomodado com a “*seriedade*” e “*forma de falar*” dos colegas de mestrado, destacando como as pessoas parecem ser mais “*pomposas*”, citando autores e falando de tal forma a realçar a mesma baixa auto-estima que Laura sente de forma indireta e constante. Outro ponto difícil para Paulo é a constante cobrança e a falta de flexibilidade da instituição com os problemas que estudantes possam vir a passar, pois o mestrado não é apenas executar as disciplinas, mas a produção de artigos, presença em grupos de pesquisa e estar ativamente em eventos acadêmicos, tarefas difíceis para alguém em qualquer estado de perturbação, mas também um reflexo da contradição sentida por Paulo, que se vê forçado a um modelo de produtivismo acadêmico com o qual não concorda. Também critica o mito do “*geniozinho*” da sala, que de certa forma, promove atitudes as quais percebe como irritantes, em uma espécie de fetichização do conhecimento acadêmico como reprodução dos comportamentos de outros indivíduos.

Existe na universidade uma importância sobre a forma e comportamento, e entendo que essa seja uma questão difícil de se inclinar para algumas pessoas. O aprendizado surge logo após o período de libertação, pois se percebe ao longo da graduação que o “*mundo adulto*” está chegando, que não basta mais sair com as colegas para beber ou curtir a vida, agora é importante se adaptar e sobreviver na universidade, pois como o próprio Paulo descreve, a universidade pode acabar por “*moer*” as pessoas.

Conforme apresentei anteriormente as formas de libertação e adaptação ao modelo acadêmico, irei tratar nesta seção sobre os casos de crise que essas interlocutoras vivenciam, onde suas perturbações se fazem incontornáveis diante da necessidade de se conciliar essas emoções com as demandas acadêmicas. Ao abordar a perspectiva interseccional de raça, classe e gênero, trago o caso de Carmen como uma demonstração de um tipo de impacto psíquico decorrente da sua branquitude.

Logo após o término com seu namorado, Carmen estava tendo um relacionamento sério com Márcia, uma mulher negra periférica que tinha uma tradição na família pelos movimentos sociais e a luta de classes. Diametralmente oposta a Márcia quanto ao espaço que ela ocupa na sociedade de classes, Carmen traz um dos relatos mais impactantes sobre a branquitude que eu

pude constatar nesta pesquisa, tratando de temas como a culpa que sente, a injustiça do mundo, mas também um pouco sobre o percebimento subjetivo das “impurezas” do privilégio branco.

A Márcia começou a trazer essas reflexões todas, e eu tinha uma sensação de tipo o mundo é muito injusto, o mundo é podre e eu to reproduzindo o racismo, e só por eu ser branca já to errada, só por eu ter tido as oportunidades eu já to errada. Errada eu to falando assim, emocionalmente, é lógico que a reflexão é muito mais ampla, mas é uma sensação do tipo ‘eu tenho nojo de mim’ porque tem um monte de pessoas que agora eu conheço que são importantes pra mim que não tiveram um décimo da oportunidade que eu tive, e ainda me julgava por isso. Agora, hoje eu vejo que isso foi muito cruel porque assim, é lógico que eu tive um monte de oportunidades, mas tem uma parte que diz respeito a minha subjetividade que são minhas escolhas, minhas conquistas, que é lógico que as oportunidades tem haver, relação direta com isso, mas é que do jeito que eu comecei a ler, e do jeito que a Márcia e as pessoas me julgavam, era do tipo, nada que eu fizesse tinha valor, porque tudo era fruto das oportunidades. (...) Na época eu achava justo. (...) eu me sentia péssima, mas ao mesmo tempo eu tinha uma coisa do tipo, (...) a minha redenção é, apesar de todas essas minhas oportunidades, se eu me tornar uma pessoa que luta com e ao lado dessas outras e uso meus privilégios pra fazer alguma coisa com isso eu vou ser menos pior. (Carmen)

Primeiramente, Carmen descreve aos moldes de Mary Douglas (2003) a sua condição como pessoa branca no mundo: uma entidade estrutural suja a qual o perdão seria algo impensável, diante de todo sofrimento colonial e violência estrutural que pessoas brancas como ela ativamente provocaram ao longo da história. O privilégio branco que Carmen sente provoca repulsa e desgosto, e estar com uma pessoa que é a vítima desse processo sócio-histórico, ainda mais convivendo com várias pessoas que “*não tiveram um décimo das oportunidades*”.

Trato da temática da branquitude, ademais pelo estranho fato de haver pouca relação entre o sofrimento diretamente nas narrativas das interlocutoras negras, que viam o adoecimento mais pela via da necessidade econômica e da orientação sexual, mas também percebo que os poucos relatos sobre a dificuldade de ser negra na universidade revela entre minhas interlocutoras algo que estaria no nível fanoniano da negação, ou falta da percepção do sofrimento racial, de tão arraigado que ele se torna pela racismo estrutural a condições de senso comum. Entre interlocutoras brancas como Carmen, a branquitude é um sinal de vergonha e culpa diante dos males do mundo.

O problema de Carmen não é que seus antepassados brancos e ela praticam violências raciais de forma a produzir uma mácula maldita em sua vida, embora a culpa colonial seja constitutiva na idéia de branquitude. O que traz tanto sofrimento para Carmen nesse relacionamento é o fato de não ser perfeita como seus pais haviam lhe criado para ser, manifestando uma necessidade de alcançar expectativas às vezes inalcançáveis, carregando em

sua branquitude algo que lhe incomoda toda vez que pensa estar falhando com alguém, pois como ela mesma relata, era a filha “*certinha*”.

Carmen passa constantemente por provações de Márcia, que lhe julga a partir de suas próprias experiências como mulher negra e ativista social. Enquanto Márcia expressa a revolta, Carmen expressa sua culpa por ser branca e tenta transformar seu privilégio em algo “*produtivo*”, quando ela fala de forma tão paradoxal que “*se eu me tornar uma pessoa que luta com e ao lado dessas outras e uso meus privilégios pra fazer alguma coisa com isso eu vou ser menos pior*”. Ora, dizer que está buscando usar seus privilégios para o bem não é uma atitude altruísta, mas uma tentativa (bastante honesta) de se livrar dessa culpa em prol de si mesma, para como ela diz, “*ser menos pior*”. A branquitude expõe atitudes profundamente confusas e paradoxais de se culpar e não conseguir ver para além dos próprios privilégios, pois eles fazem parte da construção de Pessoa que está ali, plena e saudável, tentando viver da melhor forma possível enquanto outras pessoas sobrevivem.

A crítica e influência que Márcia e suas colegas tiveram certamente contribuiu para Carmen pensar que deveria atribuir para si que era “*péssima*”, “*merecendo*” sofrer esse sentimento de culpa de forma produtiva, além disso, ser um alvo de chacota ocasional é normal se pensarmos na angústia das pessoas negras e pobres, diante de uma pessoa que jamais passou pelas mesmas situações de carência ou preconceito, e que talvez vejam em Carmen, a namorada branca de uma colega, como um alvo de crítica que deva ser confrontado, sendo o grau de confronto uma decisão estritamente subjetiva da experiência do casal e de seu círculo de amizades. Carmen continua descobrindo novos horizontes sobre quem ela é a partir da interseccionalidade, não apenas sobre o marcador da branquitude, mas também sobre os movimentos sociais e a sua orientação de gênero, dessa vez com a intimidade de seu relacionamento monogâmico, com imposições próprias sobre o combate ao patriarcado.

(...) então eu não podia não achar legal [a monogamia], a não monogamia era lutar contra o patriarcado, era libertar as mulheres, era ir contra a instituição família. Me machucava muito, mas eu ia ser a favor do patriarcado? Eu ia ser a favor da família burguesa, que sustenta esse sistema? Eu não ia né (risos). Então eu meio que me obrigava a fazer isso (risos) só que daí, entra uma coisa que depois eu fui entender como isso culminou nos meus processos de adoecimento que é, racionalizar e prender todos os meus sentimentos, então não importa que isso tá me machucando, eu racionalizo achando que isso é lutar contra o patriarcado, não importa que eu to me sentindo inferiorizada, eu racionalizo achando que isso é um problema meu, porque eu tenho que parar de me sentir assim, não são as pessoas que tão fazendo coisas cruéis comigo, ou o modo que eu to compreendo que é cruel, sou sempre eu que to errada, e a

solução é uma racionalização extrema, e um abafamento dos meus sentimentos, que sempre já foram intensos, e que gritavam querendo sair pra fora. (Carmen)

Os sentimentos que Carmen descreve, que tentam “sair pra fora”, são da mesma origem dos sentimentos de afeto que Bruno ou Susana possuem por seus parceiros e parcerias, e que as famílias tentam tanto suprimir. Carmen faz uma reflexão que expressa bem uma indução das elites familiares à conceber o mundo de maneira lógica e pragmática, enquanto esse tipo de educação por vezes não existe nas classes populares, devido a demanda urgente por renda ou até diferentes contextos de violência. Não estou afirmando que o “sentimento” pertence às classes populares e a “racionalidade” às elites, mas apontando para o subproduto de uma criação onde o excesso de expectativa e racionalização da trajetória estudantil são formativos de algumas interlocutoras das elites brancas, enquanto carece dessa mesma qualidade de vida para as interlocutoras das classes populares, que se percebem plenamente prejudicadas quanto ao aspecto objetivo do sofrimento que elas desenvolvem: na desigualdade pelos acesso a educação e o impacto que é perceber como o ensino que se teve no colégio não prepara para a universidade.

Quando Carmen descreve o começo do seu processo de adoecimento, ela relata ter vindo para Recife de São Paulo na expectativa de mudar sua vida, sendo uma admiradora da cidade e da cultura local. Quando conseguiu ingressar no curso de Ciências Sociais em 2017, dizia sentir uma “euforia” constantemente que lhe movia para frente e representava um exercício saudável de sua ambição como algo positivo.

Eu vim pra cá com sangue nos olhos, querendo o mundo, e hoje, agora que eu já passei por tudo que eu passei nesses dois anos, eu reconheço que já era um estado da euforia, com essa coisa da bipolaridade que foi diagnosticada eu já era eufórica, por que? Eu não sentia sono, tinha muita energia, muito entusiasmo, muita empolgação, eu não tinha vergonha de falar com ninguém. Hoje eu sou super tímida, eu voltei a características minhas que é difícil eu ficar falando, por mais as vezes que as pessoas não achem. (Carmen)

Pela condição de bipolar, ela reconhece que o seu estado depressivo na verdade se tratava de uma alteração do humor decorrente desse transtorno. Não vou questionar o diagnóstico que ela afirma ter, mas apontar como sua experiência de adoecimento foi marcada pela impressão constante de estar se “concretizando” profissionalmente. A impressão que ela tinha ao vir para Recife era de que em breve teria um emprego bom com sua formação, e estaria ao mesmo tempo estudando o curso que sempre quis realizar mas nunca teve a oportunidade. Infelizmente,

Carmen tinha dificuldade de conseguir um emprego, e acabou se deparando com uma trabalho em uma comunidade que julgava ser algo positivo para a comunidade, embora tenha tido um contato com a pobreza e a desigualdade que causaram um impacto grande na sua visão de mundo.

Era uma pobreza que eu nunca tinha visto na minha vida. Era tentar dar uma aula de dança, que dança eu ia dar pra essas meninas que só queriam brega? E eu não era ninguém do brega, e o jeito que eu falava eles zoavam de mim e eu tentava zoar de volta pra ser amigo, dar um jeito, mas era um caos! Eu nunca vi tanta violência, eu nunca vi tanta desigualdade social, em São Paulo óbvio que tem muita, mas aqui em Recife é muito pesado velho, você vê gente muito pobre sem dente toda hora. Em São Paulo não tem isso tá ligado? (Carmen)

Essa distinção regional que lhe choca dá início a um processo de desaceleração de sua euforia, em um estado depressivo que lhe incapacita e torna difícil o seu dia-a-dia. Devido a expectativas frustradas, de encontro com o investimento de uma verdadeira mudança de vida, Carmen não considera possível dizer para sua família que “falhou”, mesmo com dificuldades de se inserir em um mercado de trabalho difícil, mas acaba internalizando e individualizando essas questões como sendo sua culpa e seu fardo, em um processo de estafa que lhe leva a um estado depressivo do tipo ruminativo, sem energia ou disposição, assumindo que ter um projeto de vida estruturado não prepara para as dificuldades da experiência do adoecimento.

Eu sempre fui uma pessoa muito preconceituosa com quem tem depressão. Sempre achei frescura, sempre achei que a pessoa não conseguia lidar consigo mesma, e eu? Sempre fui uma pessoa que fez terapia, fiz dança, sou professora, já fiz essa idéia de projeto de vida, eu sei lidar comigo mesmo, eu sei lidar com minhas emoções. Eu tinha essa sensação, tinha então tipo, tinha um julgamento muito grande do que seria essa doença, tinha um julgamento muito grande de que não iria acontecer comigo, sendo que eu fui afundando de um tanto que as pessoas foram percebendo. (Carmen)

O que considero valioso do relato de Carmen é perceber como trajetórias ideais passam por conturbações intensas, ligadas a uma dimensão simbólica dos valores que atribuímos como mínimos de direitos e deveres. Ela individualiza e atribui para si todas as questões referentes a sua parceira Márcia, ao movimento social, sua família e inclusive na vida profissional, se culpando por todas as adversidades que lhe ocorrem e individualizando um sofrimento que lhe desgasta por completo.

A perturbação que aflige Laura também está inserida na noção de culpa, mas com o adicional de estar passando por uma tragédia familiar. Apesar de sua família estar sob uma situação econômica bastante difícil com a perda do pai, Laura tinha uma rede de apoio com suas amigas da faculdade que lhe apoiaram no curso, tanto emocionalmente como financeiramente, inclusive com uma colega dos tempos do colégio no curso.

Diferente de outras interlocutoras que alcançavam níveis de perturbação mais graves, Laura nunca esteve sozinha, mas tinha um foco claro no que desejava para si com o curso, e da forma como me contou, parecia que ela poderia ter aguentado ainda muito tempo mesmo sem o tratamento psicoterápico ou medicação, como é o caso de tantas estudantes que chegam ao fim do curso sem ter feito qualquer acompanhamento psíquico. Laura não está doente, mas o que ela descreve é uma narrativa sobre o sofrimento de ter perdido seu pai, e como foi difícil ter que lidar com uma quantidade absurda de demandas físicas e emocionais, desde o trajeto a universidade até a pressão constante de suas irmãs por algum tipo de renda para a casa.

Ao longo do curso, Laura consegue seu PIBIC com um professor que infelizmente esquece do prazo para a inscrição, assim como ela, perdendo qualquer chance de conseguir a bolsa de estudos que ela precisava com urgência. Esse professor, reconhecendo que havia cometido um erro, contrata Ana como uma “*secretária pessoal*”, responsável por gerir pequenos afazeres, como enviar e-mails para o grupo de pesquisa que ele coordenava ou transcrever algumas entrevistas da pesquisa que estava em andamento na época.

Eventualmente, nesse contexto de informalidade e compromissos, começaram a ocorrer problemas na forma como Laura gerenciava os alunos e como ela lidava com o professor. Ela era responsável por cobrar dos estudantes que entregassem as transcrições no prazo, mas eles simplesmente não faziam isso. Foram meses em que, furioso com Laura, esse professor enviava e-mails irônicos sobre como não estava conseguindo os resultados dela, embora fosse uma aluna como as outras, com outras responsabilidades e problemas muito maiores do que as queixas direcionadas de forma absurda para ela, pois ele poderia simplesmente ter cobrado dos próprios alunos, tendo em vista que a turma não acatava aos e-mails de Laura.

A galera era muito atarefada, só que eles não entregavam as transcrições. Em algum momento Lucas disse, ‘você acha que você termina até não sei quando’, até dezembro, aí eu disse, ‘a, eu professor, eu não vou conseguir’, aí a gente começou a ter problema porque ele ficou com raiva, ‘a, mais eu falei pra você que ia precisar! Lalalala, aí eu disse “ó, mas tem o pessoal dos jovens talentos, e Alonso e Cristina, queriam que eles transcrevessem pra eles terem

contato com a pesquisa”, a principio Lucas recusou, mas só que quando ele viu que eu não ia conseguir terminar mesmo ele autorizou, só que eu tinha que ficar responsável por cobrar o pessoal, e era muito desagradável, porque eu era, tava na mesma situação que eles, só que tipo, eles demoraram mais de 2 meses pra entregar duas transcrições, só que enquanto isso Lucas comia o meu cú, porque ele manda e-mail assim, ‘Laura, não preciso nem avisar o motivo do meu e-mail’, era o e-mail dele, aí eu via aquilo e ficava transtornada, e ia falar com o pessoal só que o pessoal não dava muita bola, até chegar o momento que Alonso teve que interferir; e falar com Lucas e com o pessoal, inclusive eles só respondiam quando Alonso falava com eles (...) uma vez ele mandou um e-mail usando exclamação, ‘E quando eu perguntar algo pra você me responda na hora!’. Até hoje eu não tenho computador; tem computador na minha casa mas também não é meu, aí nessa época nem computador a gente tinha muito menos internet em casa, aí eu tinha que ir do outro lado do bairro pra ir na casa do meu irmão responder os e-mails do Lucas, e aí o fato dele não entender isso e saber que eu tinha que dar conta de todo jeito, tudo eu chorava, tudo eu ficava muito ansiosa, tudo eu ia ter um grande problema, e aí foi nessa época também que eu comecei a desistir das coisas que eu tava fazendo, porque eu tava exausta. (Laura)

Mesmo que nas melhores intenções, vemos o tipo de problemas que surgem quando os papéis se misturam. Trabalhando quase como uma coordenadora informal, Laura não tinha poder sobre os alunos para conseguir fazê-los respeitar a situação em que ela se encontrava, apenas quando Alonso intervinha. Foi pela necessidade de Laura e a vontade de ajudar que Lucas se dispôs com o próprio dinheiro para apoiá-la, mas para em seguida ter uma atitude agressiva e autoritária incoerente. Não houve desleixo nem falta de compromisso da parte de Laura, pois ela não era professora nem coordenadora, apenas mais uma aluna, sem falar nas enormes dificuldades técnicas pelas quais ela passava, isso já alguns anos após a morte de seu pai. Essa foi uma das situações em que sentiu uma pressão psicológica grave em decorrência do processo de assimilação de responsabilidades acadêmicas, causando uma grave influência em suas experiências posteriores.

Nesse período, a competitividade e o sofrimento psíquico da academia eram uma ocorrência constante, na forma como os colegas queriam “*bombar o currículo*”, enquanto Laura se percebia para trás nessa competição da qual ela não podia falhar, pois havia investido muito tempo de sua vida e teria que se esforçar muito mais no mercado de trabalho do que em um mestrado, onde ela estaria conseguindo alcançar seus objetivos de trazer mais conforto e tranquilidade para sua vida. Após essa experiência negativa, ela simplesmente perdeu qualquer contato com Lucas, claramente “*queimada*” com esse professor por conta de toda situação que vivenciou, algo ao meu ver surpreendente, pois mesmo com prazos, demandas e estresses do próprio Lucas, essas foram atitudes inadmissíveis com qualquer estudante em condições das quais os professores de fato desconhece, e não tem condição de estarem sempre atentos, mas

infelizmente um grau maior de atenção nas particularidades das alunas seria algo a ser considerado para evitar casos como esse.

Dali em diante, Laura construiu suas relações no curso conforme ela podia “*desviar*” de professores que possivelmente tivessem contato com Lucas. Após esse acontecimento ela passou um tempo distante da rotina da universidade em uma pausa saudável, mas voltando a ter dificuldades no período da produção do TCC. Dessa vez, Alonso foi seu orientador, e embora parecesse que devido à situação anterior as coisas ficassem mais amenas entre ele e ela, foi mais uma situação onde não ter a técnica da produção acadêmica, trazer idéias equivocadas, ou não conseguir produzir nos prazos, foram todas questões que trouxeram ela para um período muito sofrido de sua trajetória acadêmica, devido a ausência de apoio e as ironias e teor sarcástico em que as críticas ocorriam.

Esse período de escrita foi muito pesado, eu também tive umas situações que eu julgo desnecessárias com Alonso, da forma como ele lidou com como eu tava. Ele não acreditava que eu tava mal (...) Eu dizia, ‘a Alonso, eu não consigo escrever’, aí ele dizia ‘a, então desista e perca seu curso’, eu ficava... Nessa primeira semana que eu tava escrevendo eu passei mal, chorava todos os dias, eu olhava pro computador e não conseguia pensar em uma linha, aí eu pensava ‘eu vou desistir, se eu desistir eu vou fracassar, eu passei muito tempo da minha vida aqui, eu quero fazer isso, só que eu não quero mais fazer isso’, mentira, é porque eu não tava conseguindo fazer, e aí um dia (risos) eu fui parar na UPA porque eu tava vomitando sangue, e aí só nesse dia Alonso acreditou que eu tava mal, porque eu passei o dia todo no hospital falando com ele. (Laura)

A monografia, diferente do que pode parecer para um graduando, é apenas um pequeno trabalho simbólico que promove a investigação científica entre estudantes de graduação, não a promoção de uma grande teoria ou o risco da destruição da carreira de algum professor, arruinado por um famoso péssimo TCC que chegue a manchar seu *lattes*, e muito menos uma conversa de bar com colegas onde liberdades tão duras possam ser tomadas. Esse tipo de atitude é inadmissível com alguém que está aprendendo, ironicamente uma atitude de professores que realizam pesquisa, enquanto relatos de Bruno indicam como os professores da área de educação na licenciatura eram os “*mais humanos*”, e prontamente compreendiam as limitações de alunos com demandas de perturbações psíquicas. Demonstrar esse tipo de ironia tomou a forma de um ato de crueldade, isso com uma aluna que sofreu ao longo de toda produção da monografia.

A situação escalona para sua ida a uma UPA, após ler a última revisão de seu trabalho e consequentemente acabar vomitando sangue. Laura estava vomitando com frequência durante o

período da escrita da monografia, de como “*em janeiro eu vomitava praticamente todos os dias, e na última semana de entrega eu vomitei todos os dias e várias vezes ao dia.*” (Laura). Ela passou horas preocupada com um possível problema grave de saúde, já que tinha um histórico de leves problemas estomacais, mas nada que pudesse resultar na reação de vomitar sangue. Sua cunhada é uma enfermeira com quem ela entrou em contato por ajuda, a qual recomendou que voltasse para casa e tomasse homeoprazol, já que não poderiam fazer nenhum exame ou dar nenhum medicamento que melhorasse sua situação. Apenas nesse momento Alonso acreditou nela, quando o vínculo de confiança deveria ter sido muito mais estreito, e se não fosse, que ao menos as reações à escrita de uma estudante de graduação não fossem tão viscerais.

A vida acadêmica de Laura parece uma cruzada de desventuras que apresentavam graves somatizações. Após vomitar sangue no dia da entrega de seu TCC, ela ainda relata que sua menstruação havia atrasado, e que apenas aconteceu no dia da entrega do TCC. Esse tipo de ocorrência é um indicativo de estresse, e as razões para não conseguir completar esse trabalho se referem a um contato íntimo que poderia ter ocorrido antes, de entender as limitações da aluna e como se portar diante dessas limitações.

Por que você não conseguia terminar a monografia?

Por que eu não conseguia? Por que eu me achava burra. Eu achava que não conseguia entender o que tava lendo, e que eu não ia conseguir escrever direito, e aí também na primeira entrega que eu fiz pro Alonso ele botou uns comentários bem pesados, foi isso! Acho que foi isso, um dia antes de eu ir pra UPA, ele me mandou um comentário assim. ‘Vixe, isso tá ruim, mude isso’, ‘Credo, que coisa horrível! Como você escreveu isso? Infelizmente pra você e pro mundo você teve uma pane cerebral, eu espero que passe logo’ (Laura)

Não pretendo aqui fazer uma defesa implacável das demandas dos estudantes universitários sobre os professores, pois os estudantes também são atores que abusam de certos contextos em relação aos professores, numa possível idéia do “estudante como consumidor”, mas trago aqui o relato de uma jovem que passou por situações com professores que passavam por sérios desentendimentos.

Entendo que na rotina árdua dos professores, certos tipos de gentileza pode passar despercebidas, mas a gravidade de episódios constantes de vômito e a interrupção evidente da menstruação de Laura, são exemplos da seriedade com que seu corpo reagia as condições psíquicas que a universidade estava impondo. Além das suas próprias dificuldades no sentido

familiar e econômico, ela ainda passa por um trauma da morte do pai, tem cobranças de suas irmãs e é destrutada por professores, que mesmo tentando ajudar fazem de forma dúbia. Ela até o dia de nossa entrevista ainda não tinha um computador pessoal, mas diante de tantas adversidades e conflitos, parece que as jovens das classes populares perseveraram apesar dessas duras condições.

Para Bruno, a universidade era um espaço de libertação, onde as impressões revolucionárias que tinha sobre álcool, drogas e política eram questões que ele trazia para si de forma conturbada. Se descrevendo como um “menino ingênuo”, acreditava nas pessoas e na mudança do mundo pelo movimento estudantil e o uso de drogas como chave desse desobediência libertadora. Atualmente, já não considera algo bom o uso abusivo de drogas e a relação que ele gerava com colegas ativistas da universidade, embora ainda use maconha, cocaína e beba com menos frequência, mas não se expõe sobre isso de forma “*poética*”, inclusive, a própria militância se insere no contexto de risco que as drogas trouxeram, pois Bruno não se via como pertencendo inteiramente a esse grupo, mas começou a notar que essas pessoas não se importavam com ele, lembrando bem o que Joan Scott (2005) fala sobre identidade.

O elevado senso de identificação que surge com a redução de um indivíduo a uma categoria é, ao mesmo tempo, devastador e embriagador. Como objeto de discriminação, alguém é transformado em um estereótipo; como membro de um movimento de luta, esse alguém encontra apoio e solidariedade. Mesmo assim, a recompensa de companheirismo tem seus limites. (SCOTT, 2005, p. 19)

A embriaguez literal dos estudantes de Ciências Sociais é um fenômeno comum na universidade, e frequente entre interlocutoras como Susana, Sarah e Sandra. A empolgação que Bruno descreve é a mesma que eu vivi por muito tempo na graduação, saindo após provas para bares, com acesso a todo tipo de droga e vivendo um grau de boêmia que certamente não contribuiu muito para minha atual situação, se não pelo fato do aprendizado por uma via que traz algumas boas memórias. Percebo hoje os excessos do passado em contrapartida a um futuro construtivo, e o consumo de álcool e drogas promove inúmeras situações embaraçosas ou perigosas que não são um lazer, invisibilizando problemas que Bruno percebe com maior clareza na psicoterapia.

Em 2016, Bruno relata uma tentativa de suicídio. Nesse período, ele descreve que gastava todo dinheiro com bebida e festas, tomando LSD toda semana, até misturando drogas como

Ketamina e Cocaína, percebendo hoje que o choque inicial de entrar na universidade de forma alguma alterou as dores das violências que ele estava vivendo. Não era porque ele consumia drogas que estava feliz, mas ele conseguia esquecer por tempo limitado seu sofrimento, até um ponto em que começou a sofrer durante o uso dessas drogas, estando cada vez mais desesperado diante desse ciclo vicioso.

Sobre o episódio de suicídio, como foi até chegar nesse ponto e como você vê esse episódio agora?

Foi numa época que eu tava muito, me sentindo sozinho, eu tava desesperado, eu já tava mais da metade do curso e não me via como profissional das Ciências Sociais, não me via satisfeito com a vida, tava distante da minha família como sempre, fazia anos que eu falava com minha mãe, e eu tava morando numa república com uma galera muito muito louca assim, a gente se drogava muito, foi na época que eu tava usando muita ketamina, muito LSD, e não me alimentava, só usava droga, só usava droga, faltando muita aula, foi nessa época que eu reprovei todas as cadeiras, e tava com problema de relacionamento amoroso, e fora o envolvimento de cabeça na militância, e aí eu tava desesperado assim, e eu não conseguia entender o que era na época, porque a depressão hoje, eu só consigo entender minha depressão agora que eu comecei a fazer essa terapia, mas antes eu sentia as coisas e eu achava que o problema tava dentro de mim, a tristeza, uma vontade de morrer muito grande, não querer ir pra aula e tal, e foi na época também que eu perdi pessoas, eu perdi Alana, uma colega que se suicidou, perdi mais outro amigo que suicidou lá de Abreu e Lima, então meio que foi tudo de uma hora só, eu fiquei meio que perdido e aí eu tentei fazer da melhor forma assim, eu fiquei pensando estudando formas de fazer isso, pensei em me jogar do CFCH mas não rolou nesse dia, porque a grade tava fechada, e enfim, não rolou, e aí, a opção que eu pensei foi tomar remédio, aí tinha um menino de Farmácia que não tava com a gente, aí eu peguei todos os remédios que tava lá e misturei, e a lembrança que eu tenho é que eu cheguei no hospital, e quem tava lá era meu companheiro que tá hoje e o menino que morava comigo, mas eu não lembro de muita coisa, eu lembro que fui adormecendo as poucas. (Bruno)

É com arrepio que eu escrevo as linhas desse relato, de alguém que por pouco perdeu a vida e havia tentado se suicidar de forma tão chocante. Como, entre quase 400 estudantes em todo um curso de licenciatura e bacharelado, eu me deparo com alguém que chegou perto de pular do CFCH? Dois colegas de Bruno já haviam se suicidado, e foi em meio a vulnerabilidade do uso constante de drogas e falta de perspectiva sobre a própria vida que esses pensamentos se materializam, mas principalmente na ausência de uma atenção e apoio que precisam ser prestados. Bruno foi até o CFCH e a grade foi o que lhe impediu de por fim a sua vida, mas mesmo assim ele subiu o edifício e criou um planejamento para o ato, chegando a consumir uma quantidade enorme de medicamentos de seu colega de quarto, resultando em uma ida ao hospital para fazer uma lavagem estomacal, quando foi encontrado pelas pessoas que viviam na casa desacordado e sozinho.

A dor e sofrimento que estudantes universitários sentem está sim relacionada a sua condição desfavorável no espaço acadêmico, dificuldades estruturais de chegar na universidade e aos abusos de professores, mas para estudantes de graduação como as que eu tive a oportunidade de entrevistar, também é um espaço de esperança. A universidade não é um espaço que impulsiona o sofrimento tanto quanto dá continuidade a certos traumas e conturbações, mas também propondo clareza e uma chance para as estudantes de buscarem compreender seu lugar no mundo, pensando essa como uma dimensão “cosmopolita” que difere dos espaços de violência e o sofrimento na memória de algumas interlocutoras, pois como aponta Bruno, elas acabam encontrando na universidade “*um outro mundo*”.

Enquanto o caso de Bruno revela uma necessidade explícita para lidar com problemas particulares da forma como ele foi criado, ele nunca deixou de se frustrar por não estar falando com sua mãe ou por carregar os traumas da vivência com seu pai, ele precisa buscar por um desfecho ou consolo da sua situação, algo que ele lidava com drogas e álcool. Diferente de Bruno, Núbia apresenta em seu episódio de crise como os problemas na universidade podem ser compreendidos não como a ineficiência dos alunos, mas como a grave ocorrência de rupturas no ambiente familiar, podendo causar traumas na universidade que prejudicam toda trajetória das estudantes.

No começo do curso de Ciências Sociais, Núbia lidava com o preconceito e intolerância do pai, que queria sua filha fazendo outro curso, para além de uma série de abusos psicológicos com os quais ela vai rompendo ao longo da sua trajetória, chegando a um ponto crítico onde ela se vê responsável por cuidar de sua mãe diante de uma descoberta traumática de traição de seu pai.

Acho que em 2017, ou 2018 foi um ano muito... é tudo ou nada na minha vida! Eu tava terminando a graduação, a ameaça de perder a bolsa que a PROAES já havia me informado que quando terminasse o tempo de graduação eu perderia a bolsa... Eu tava naquela ansiedade, naquela expectativa da prova do mestrado, que era a decisão da minha vida aquilo ali, eu tinha que passar pra ter como me sustentar, se não eu teria que voltar pra casa dos meus pais, que é algo que eu não queria. Então isso tudo me gerou muita tensão, começou a gerar crises de ansiedade. Em abril de 2018, eu tive uma crise de ansiedade, a minha primeira, eu não sabia que aquilo era uma crise de ansiedade, muito mal, por causa dessa expectativa de terminar a graduação eu não tava conseguindo escrever meu TCC, que era o que tava planejado, eu não tava conseguindo escrever, não tava conseguindo estudar pro mestrado. Eu tava passando ao mesmo tempo por problemas familiares, minha mãe descobriu uma traição do meu pai, e tava um momento muito tenso na minha casa, isso pra mim, isso pra mim nesse momento foi um baque, porque eu tinha meu pai como um cara muito moralista, muito certinho, e eu sempre o admirava, eu sempre achei ele muito careta, ele é um bolsonarista filho

da puta, mas pelo menos eu sempre achei que ele seguia o que acreditava, mas ele era só um hipócrita, hoje eu consigo olhar pra ele e ver que ele era só um hipócrita filho da puta, mas eu acreditava que pelo menos ele era sincero com ele mesmo tá ligado? Era sincero com todo mundo com o que dizia, e isso tudo foi derrubando vários castelos na minha vida assim, um castelo de que meu pai era um cara massa. Eu sempre soube que ele não era massa por vários fatores, por ser preconceituoso, pipipi popopo, mas eu achava que ele tinha um fundo de algo bom, que era o que ele preservava, mas nem isso ele tinha, isso hoje eu acredito... isso foi uma bad na minha vida, eu já tava tensa por causa da graduação, e nesse momento eu me vi tendo que tirar minha mãe da casa deles, eu fiquei dizendo “mainha saia daí pô! Você não tem que aguentar isso tá ligado, você não tem que passar por isso!” Minha mãe desenvolveu pressão alta nesse momento... (começa a chorar) Desculpa... Enfim, foi uma merda, 2018 foi uma merda! Eu fiquei muito mal nesse período, muito mal mesmo, eu não consegui estudar pro mestrado, tendo crise de ansiedade todos os dias, eu passei por um período da minha vida que eu fiquei ansiosa com meses, por dias, todos os dias, eu não tinha um dia de paz, sabe? E eu desisti de fazer o mestrado, o dia de me inscrever, eu me inscrevi de última hora no último dia, porque Lara me ajudou, ela disse “você não vai desistir, você vai fazer sim!”. Mas não fui fazer nenhuma prova, não fiz mais nada, porque eu não tava conseguindo, eu aceitei que não tinha capacidade, foi muito difícil pra mim aceitar que não ia dar porque era o meu sonho, aquilo era o que ia me sustentar, tá ligado? Quando eu me imaginei tendo que ir pro mercado de trabalho, trabalhar em shopping ou em qualquer lugar aquilo destruiu meu mundo porra! Eu estudo trabalho, por incrível que pareça eu estudo precarização do trabalho, e quando eu me vi tendo que trabalhar no shopping, ou tendo que trabalhar em qualquer lugar que não fosse minha área, minha área de pesquisa, que não fosse sociologia, que não fosse o que eu escolhi fazer da minha vida, eu fiquei destruída. (Núbia)

No relato de Núbia, suas crises surgem das intensas situações de risco pelas quais ela passa. Não é de se surpreender que alguém que estuda a temática do trabalho e esteja na expectativa de um futuro possível não se sinta ansiosa por ter de passar por uma longa e difícil fase da vida das pessoas que saem da universidade, pois a relação que se estabelece ao longo dos anos também confere uma percepção de proteção e segurança, mas fora dela seria necessário ingressar no mercado de trabalho que acolhe as mulheres negras jovens nesse país, em restaurantes, cinemas, fazendo entregas de bicicleta, entre tantas outras atividades que lhe consomem todo seu tempo, dificultando o estudo e ainda por cima sendo difícil de ter uma renda suficiente dessas atividades.

O seu estado de ansiedade é agravado pela raiva que ela sente de seu pai, que ao revelar que traía sua mãe, simplesmente ignorou o fato e manteve a mãe na casa como uma pessoa dependente, se tornando um ponto muito doloroso para Núbia de conversar. As atitudes do pai e a sensação de impotência diante do sofrimento de sua mãe são o grande ápice das suas ansiedade e sofrimentos. Diante de tamanha tensão, Núbia desiste do mestrado, sai da universidade e afirma que aquele foi um dos anos mais difíceis de sua vida, onde lidar diariamente com o desalento de ter sua família fragmentada e seus entendimentos de mundo sobre sua mãe e seu pai rompidos, foram situações que trouxeram profunda tristeza não apenas para seu futuro em

relação ao seu pai e sua mãe, mas também a um passado que ela viveu de afeto, e no conhecimento de uma pessoa que ela julga ser um falso, rompendo a imagem passada de seu pai para a de um homem cruel que traiu a esposa e levou-a ao adoecimento por isso.

Por fim, gostaria terminar essa dolorosa seção discutindo sobre a experiência da ruminação em uma das interlocutoras. Susana na infância teve sua orientação sexual reprimida pela família e pela escola, e quando ingressa na universidade possui uma trajetória parecida com a de Bruno, em um contexto de uso de muitas drogas e não estar percebendo certas atitudes sobre si mesma. No entanto, o relato de Susana se mostrou uma das mais reflexivas análises sobre a dimensão da experiência que ela vivenciava quando em estado ruminativo, chegando a se referir sobre seu estado “(...) *como se eu tivesse num universo paralelo mesmo, com meus pensamentos, mas não é só com meus pensamentos, mas é fisicamente.*” (Susana).

Susana em determinado momento da graduação alcança seu limite, tendo que lidar com uma longa crise na qual não conseguia parar de chorar, que seu coração acelerava e tinha dificuldade de respirar, em um pico na intensidade que passa a lhe afligir constantemente. A ocorrência de crises em seu cotidiano foi algo que afeta tanto sua condição social em esconder o que sentia quanto a própria integridade de seu corpo, ocorrendo gradativamente no dia-a-dia de Susana, que relata como “(...) *qualquer pessoa que fosse me ajudar eu ficava chorando e falando: ‘me desculpa, me desculpa, eu não quero tá assim, eu não quero tá assim’.*” (Susana).

O que você sentia nesses episódios mais intensos?

Eu não acreditava, tipo... eu tentativa racionalizar o máximo possível tá ligado, porque, não fazia sentido pra mim, não fazia sentido aquilo estar acontecendo daquela maneira, porque, eu, estava onde queria estar, estava fazendo o que eu queria estar, devia ser algum outro problema tá ligado? Ou por que eu tava cansada... ou, sei lá o que, e aí eu só empurrava isso pro fundo da minha mente, é realmente uma sensação de afastamento, de se afastar... dessas sensações que eu tinha, eu afastava elas, é como se eu pegasse elas e guardasse elas num lugar no fundo da minha mente, trancasse e vivesse nessa bolinha onde esses problemas não me atingiam, só que aí depois você percebe que tá sendo atingido por eles né? E a sensação que eu tinha era de esgotamento assim, de perda, sentia como se eu tivesse gastando muita energia fazendo, tentando fazer algo não existir... então, um esquecimento sabe? Era como um apagão, mas não era um apagão assim “a, apagou!”, era aquele apagão gradual, as luzes iam apagando gradualmente tá ligado, até que eu crisava, eu colapsava cem por cento, e isso começou a se tornar mais frequente, sei lá, se isso demorava um mês pra acontecer da primeira vez, da segunda demorava vinte, da terceira demorava dez, da quarta se tornou cinco até que isso se tornou diário, diário, diário... eu acho que passei sete meses em pura agonia diariamente. (Susana)

Como você descreveria o que sente?

Dor. Eu to sofrendo, eu me sinto sofrendo. E agonia assim... E é muito difícil né? Por que não é uma agonia que você consegue materializar, isso, e aí eu tenho muita dificuldade em aceitar que é uma agonia real, por exemplo, e aí quando eu vejo eu to fudida de novo. (Susana)

“Afastamento”, “fundo da mente”, “atingida”, “esgotamento”, “gastando muita energia tentando fazer algo não existir”, “apagão”, “dor”, “agonia”. Embora a depressão seja caracterizada como uma condição letárgica que desacelera o indivíduo em relação ao seu mundo, o caso de Susana demonstra como na verdade há muito movimento evidente nos termos que ela utiliza. Em uma espécie de dimensão fenomenológica da sua subjetividade, ela percebe que seu sofrimento pode ser manifesto apenas nesse outro espaço de afastamento, no fundo da mente, enquanto ela está sendo atingida e lidando com o esgotamento em fazer algo não existir. Toda essa dinâmica é árdua e expressa os esforços que ela realiza na sua condição de adoecimento. Algo que une todas as interlocutoras é o alto grau de inteligência, pois todas alcançaram metas para além da titulação acadêmica, como mestrados ou concursos públicos. Percebo uma exaustão nos atos de simultaneamente atender às demandas acadêmicas e as demandas de suas memórias sobre a juventude, das construções sobre sexualidade que foram feitas, e até mesmo das construções sobre adoecimento que passam a desenvolver.

Essa experiência abstrata que Susana viveu foi um longo processo no ano de 2018, quando ela havia começado um tratamento com uma super dosagem, e após quinze dias com o medicamento passou por uma tentativa de suicídio. Desse episódio, seus pais entrevistaram furiosos com o que ela havia tentado fazer, criticando seu uso de drogas e sua lesbianidade, chegando ao ponto de sua própria psicóloga ser alguém em quem ela não confiava, mas ia sob pressão de seu pai. De uma perturbação tão aguda e sofrida, Susana descreve como um episódio abstrato por não possuir muitas memórias, tendo emagrecido em duas semanas sete quilos e vivendo longos períodos de apagões constantes. Dessa experiência, como várias das outras, um estado de depressão grave apresenta inúmeras soluções e estratégias de tratamentos, alguns normativos como a clínica e outros de ordem religiosa.

 **PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA RESILIÊNCIA
E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO** 

ACOLHIMENTO

ESTAMOS AQUI POR VOCÊ!

**UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO PARA QUALQUER
PESSOA QUE PRECISE SER ESCUTADA
COM GARANTIA DE SIGILO.**

SEGUNDA FEIRA	12:00 ÀS 14:00
TERÇA FEIRA	09:30 ÀS 11:30
QUARTA FEIRA	09:30 ÀS 15:10
QUINTA FEIRA	09:30 ÀS 11:30
SEXTA FEIRA	9:00 ÀS 11:00 11:30 ÀS 13:30

**2º ANDAR - CFCH
ANTIGA ESCOLARIDADE
UFPE**

 @prpsufpe  PRPS  resilienciaufpe@gmail.com

Pôster sobre a porta de vidro da biblioteca do CFCH, 2019

4.4. Carregando a doença e *fazendo* um desfecho terapêutico

Das formas de tratamento para as perturbações que afligem as interlocutoras dessa pesquisa, Carmen apresentou um dos relatos mais interessantes.

Segundo Carmen “(...) *uma amiga minha de terreiro quis me ajudar*”. Ela chegou no terreiro “*como se tudo fosse uma nuvem*”, encontrando a Dona Bia, que informou a Carmen como Egum estava perto dela, por conta do falecimento de seu avô no mês janeiro, pois ele não sabia da partida de Carmen para Recife, deixando assuntos em aberto entre ele e ela no plano espiritual, afetando sua passagem e consequentemente sendo ele o responsável por indiretamente estar sugando a energia espiritual de Carmen, “(...) *porque a energia dos mortos não é a energia dos vivos*”, e seria necessário uma limpeza espiritual urgente. Já que estava sofrendo tanto e sentindo que precisava de uma solução o quanto antes, Carmen vai ao Mercado de São José comprar as ervas para o banho de limpeza espiritual, se preparando para o ritual que será realizado.

Ao chegar no terreiro, percebeu a mobilização que havia sido feita para solucionar o seu problema, “*com pais de santo e tudo*”. Foi feito um canto para Iansã, que encaminha os mortos para o outro plano, momento em que Carmen descreve ter “*sentido uma fumaça saindo de dentro de mim*”. Ela dá início ao ritual por meio de “*rasgar as roupas*”, “*limpeza com ervas*” e “*falar algumas coisas*”, além de se comprometer a usar branco por sete dias. Carmen já vivia uma situação de perturbação grave, sofrendo com a tristeza e incapacitação, no entanto, ela já havia começado por apoio dos familiares um tratamento com uma psiquiatra que havia lhe receitado Certralina, e ao mesmo tempo feito essa limpeza espiritual da qual diz ter saído melhor.

As crises de seu adoecimento ocorrem de forma intermitente em longos espaços de tempo, havendo um pico de produtividade e felicidade, e em sequência picos de intensa tristeza e depressão. A Certralina idealmente iria tratar essa situação juntamente com o ritual religioso a que Carmen estava se submetendo, afirmando que sua solução foi uma relação conjunta entre medicamento e ritual, embora não seja uma pessoa religiosa. No entanto, surge de novo outro episódio intenso de depressão, dessa vez um estado grave do qual pouco ela consegue descrever, além da incapacitação e dos pensamentos suicidas e outras formas de desalento consigo mesma. Dessa vez, sua mãe intervém, indo para Recife e cuidando da filha. “*Dessa segunda vez, foi que*

a sensação de morte começou a virar um pensamento de suicídio. Tipo, não vale a pena. Eu dou trabalho, é uma desgraça. Eu vou ficar bem pra ficar mal de novo, eu não sou ninguém eu não sou nada.”

Relatando sua última crise, foi diferente porque ela “*não queria lutar*”, independente do contexto espiritual ou clínico, pensando na dificuldade da recorrência dos seus episódios depressivos e o desgaste para se recuperar desses momentos. Carmen passava o dia sem comer em casa e raramente ia para as aulas, e ao se recuperar, sentia “*culpa e gratidão*” pela mãe ter ido para Recife cuidar dela, assim como recaídas que ocorreram após a partida da mãe de Recife, quando Carmen estava aparentemente melhor de sua condição.

Em seu episódio depressivo mais recente, conheceu um jovem de Letras que era padrinho do terreiro e passou por outra consulta espiritual, e nessa nova consulta disse que ela tinha a tendência para atrair Egum, e que havia um na casa dela. “*A energia clara dela atraia as sombras*”, e que em 1788 o espírito dela “subiu” (incorporou nela), e quando seu espírito chegou lá viu o mundo na terra como sendo injusto, e assim voltou pra terra trazendo muitos espíritos, e por isso “*tem que vencer essas batalhas todas*.”. Mesmo após consecutivas tentativas não houve sucesso em solucionar seu problema e trazer uma paz efetiva, acabando na sugestão dos responsáveis pelo terreiro de que sua aflição seria “*algo médico*”.

Ao ir para outro psiquiatra, percebendo os resultados intermitentes no uso da Certralina, ela recebe o diagnóstico de bipolaridade, pois os picos que ela vivenciava entre felicidade e tristeza eram indicativos de que o verdadeiro diagnóstico seria bipolaridade, já que entre pessoas bipolares era comum essa reação a esse medicamento, notícia que eventualmente trouxe um grau de paz para Carmen.

Quando eu contei esses três episódios de depressão, e os momentos que eu ficava, que eu achava que tava bem bem, foi muito difícil entender que as vezes que eu achava que tava bem eu tava mais bem do que nunca, eu lembro que eu falava assim “valeu a pena a depressão, olha como to agora” eu tinha uma sensação de que tinha válido a pena todo meu inferno, porque agora tava no céu e que agora tinha facilidade de fazer as coisas. [...] foi foda escutar que isso não era saúde, que isso era um outro lado da minha doença, que se chama euforia, e que eu sou bipolar. E o que é mais foda é que, segundo os psiquiatras, a bipolaridade não tem cura, então eu vou tomar remédio pra sempre, igual sei lá, a minha vó que toma pra pressão alta todos os dias a cinquenta anos, o médico disse que vai ser o mesmo caso, mas não vou mentir que me fez sentir bem. (Carmen)

Ao receber seu diagnóstico, Carmen passa por um processo de cura atravessado pelas etapas do reconhecimento de seu adoecimento, do cuidado por outras pessoas e o desfecho de

sua condição, quando as limitações e vulnerabilidades são devidamente reconhecidas, sendo inclusive a solução por medicamentos se torna um desfecho satisfatório para sua condição. Assim como Carmen, Ana utiliza a Certralina, mas reconhece de imediato os benefícios do medicamento, que ajuda em suas notas e seu desempenho na universidade, embora ainda atesta que sua perturbação não é apenas um fenômeno biológico, mas também tem relação com a complexidade das questões ambientais e genéticas de sua vida.

Segundo Ana, o uso da Certralina “*melhorou demais!*” Sua relação com os estudos, família e consigo mesma. Sua psiquiatra havia informado que ela já estaria sentindo os efeitos da Certralina em duas semanas, e que talvez tivesse que mudar as dosagens, mas já na primeira semana Ana se dizia plenamente satisfeita com sua medicação. Ela sabe que não é suficiente apenas consumir o remédio, que não vai conseguir resolver todos os seus problemas dessa forma, mas agora passa a se perceber como uma pessoa imperfeita que não deve mais ser tão exigente consigo mesma, aliviando um pouco da pressão que sentia de si mesma ao longo dos anos.

Nem todo mundo recebe o tratamento certo, que a pessoa vai testando, mas o meu deu muito certo logo no começo, eu percebo, de um tempo pra cá eu tenho percebido que eu acho que tá meio fraco, não sei, mas é normal, a gente vai adaptando. Mas me ajudou demais, tanto é que eu consigo fazer prova, eu consigo ler um pouco, na minha alimentação, e... não é o suficiente, não é o que eu quero, mas ao mesmo tempo que eu penso ‘pra quem tava em abril com a cabeça cagadíssima, assim, sem conseguir fazer nada...’ tá maravilhoso! (Ana)

A questão da raiva é um grande problema para Ana, algo que, de um modo ou de outro, ela considera bem resolvido por meio do medicamento. Quanto ao trabalho efetivo de análise e terapia pela fala, ela acabou abandonando já faziam três meses no momento de nossa entrevista, mas reafirmando a importância desse tipo de tratamento, pois foram nessas sessões que ela e sua psicóloga tinham chegado a conclusão de que ela estava sofrendo de depressão e ansiedade, enquanto seu psiquiatra descrevia sua misofonia como um caso de TOC. Seu incômodo com os sons era tão grave que gerava uma série de problemas com o namorado e seus pais, que ouviam a televisão alta ou jantavam com ela fazendo barulhos, quase sempre fazendo com que ela optasse por se isolar ao invés de conversar sobre como se sentia, e nos momentos mais intenso de crise, relata que agia quase como alguém autista, perdendo controle de seu corpo de tão ansiosa que se sentia.

Ao fim de nossa entrevista, Ana aparenta ter revelado pouco sobre o quanto exigia de si mesma, sendo essa uma das grandes consequências da sua educação familiar, na dificuldade em

se contentar consigo mesma, de não se pressionar à práticas que lhe farão sofrer, algo muito comum em famílias que cobram notas altas de suas filhas. Esse é um aspecto que atribuo a condição de classe a qual ela está inserida, afinal, passando grande parte do tempo sozinha em casa, sem ter uma clareza sobre seus desejos e objetivos pessoais, suas confusas emoções acabam se tornando uma consequência de não conseguir alcançar o grau de perfeição física e moral que é esperado de alguém com uma vida tão abastada. Ela não se sente culpada pela sua trajetória, mas adota uma atitude de compreensão e sensibilidade consigo mesma.

Com o apoio da medicação e da psicoterapeuta, em alguns meses ela passa a se sentir outra pessoa, finalmente vivendo suas limitações e liberdades em seus próprios termos.

(...) essas coisas nunca são tipo, só genética ou só meio ambiente que a pessoa tá, então é uma mistura de muita coisa assim, eu acho que o colégio ajudou demais, por conta do próprio sistema dele assim, mas a minha cabeça nunca foi lá essas coisas, eu acho que minha família também... eu não sei, acho que posso justificar com tudo, mas eu tenho alguma coisa desde o colégio e o colégio ajudou muito. (Ana)

Curiosamente, Laura também clama por um alívio da sua condição pelo uso de medicamentos, ainda mais no seu período de escrita da monografia, lamentando que as pessoas sofram tanto para realizar uma atividade como essa, que tem pouca importância no mundo acadêmico mas um impacto psicológico muito grande na forma como os estudantes se projetam no mundo.

“Meu deus, eu estou precisando de um remédio pra poder fazer, dar conta da faculdade, isso não pode acontecer, isso é um absurdo!” Mas eu só consegui escrever assim. [...] Eu acho um absurdo que as pessoas se sintam tão mal com a cobrança acadêmica que cheguem a isso, mas obviamente não é só isso, não é só a cobrança acadêmica, mas nesse momento pra mim foi, porque eu não tava passando por nenhuma situação na minha vida, tinha esses problemas de auto-estima eu acho né? Intelectual, que ficaram depois de uma seleção que eu não passei, e aí eu fiquei pensando, essa forma de acesso ao estudo, tão meritocrática, que faz com que às vezes, no meu entendimento, que a gente se sinta às vezes incapaz. (Laura)

Entre interlocutoras como Laura, há uma dificuldade compreensiva em efetuar um tratamento psicológico, considerando o custo e a escassez de tempo em sua vida. Quando questionados se fazem ou não um tratamento terapêutico pela fala, é comum que haja uma resposta negativa, seguida por uma reflexão sobre a enorme dificuldade que é marcar consultas ou outras formas de terapia efetivas, pois o que ocorre é uma assistência pouco eficaz para a

demanda psíquica das estudantes. O NASE, criado pela UFPE, é uma instituição que promove apoio psicológico gratuito para estudantes de baixa rend. Existe uma dificuldade muito grande em arcar com essas consultas no setor privado, e como essa é a forma de tratamento predominantemente buscada por estudantes em situação de adoecimento psíquico na universidade, é frustrante que seja tão difícil marcar uma consulta gratuita, ainda mais manter um itinerário terapêutico que realmente funcione. E não são poucos os relatos negativos sobre o NASE.

Eu tentei em algum momento buscar ajuda psicológica no NASE, quando eu tive essa primeira crise de ansiedade por causa dos meus pais, por causa daquela situação dos meus pais, eu busquei ajuda no NASE, uma ou duas consultas, e depois eu não fui mais por que é um inferno conseguir uma consulta no NASE, você tem que chegar aí de, sei lá, a primeira consulta é de 7h30, o NASE abre de 7h00, se você chegar aí de 6h30 já vai ter quatro pessoas na sua frente e você vai ser a quinta, e só são cinco vagas, e se você for a quinta você vai ter que ficar aí esperando até 11h00 pela sua vez, mas eu trabalhava de manhã, então eu não podia ficar até 11h00, eu tinha que esperar até 8h00, 9h00 no máximo, então eu tinha que ser uma das primeiras sempre, então eu tinha que chegar muito cedo pra ser consultada, então eu desisti, eu fui uma ou duas vezes e então eu desisti. (Núbia)

Após a tentativa de suicídio de Bruno, ele passou a ser acompanhado por um psicólogo e um assistente social, e descreve como era precária a relação com esses profissionais. Seu tratamento com psicólogos não era com apenas uma pessoa, mas quem estivesse disponível no momento, rompendo com a lógica da psicoterapia de estabelecer confiança e vínculo com o terapeuta, enquanto o assistente social ligava e tomava nota de como Bruno vinha se sentindo. Um problema grave dessa forma de acompanhamento psíquico está na interrupção narrativa constante pela troca de terapeutas, faltando o vínculo entre terapeuta e paciente que Bruno percebe com sua atual psicóloga da rede particular.

Por meio de colegas que estavam preocupados com ele, e que como Bruno tinham amigos que haviam cometido suicídio, Bruno foi recomendado a realizar um tipo alternativo de tratamento chamado “*terapia bioenergética*”.

É uma terapia que trabalha sintomas do corpo, ela trabalha exercícios corporais e a psicanálise, é a psicanálise mais o corpo, é um estudo de que os sintomas da depressão da ansiedade podem ser trabalhados no corpo, então a gente faz alguns exercícios no corpo. Tem sessão que por exemplo vomitava na bioenergética, e me sentia melhor; é uma parada mais holística, que une a psicanálise com o corpo, com a ideia de enraizamento, com a ideia de ancestralidade, e com a ideia de exercícios corporais. O corpo reflete o que a gente tá pensando e sentindo também, não é só a escuta e a fala, é também esse trabalho de exercício com o corpo.

Você ainda faz?

Faço, faço até hoje. Foi isso que me ajudou muito assim, tá me ajudando muito. (Bruno)

Os mesmos colegas que lhe deram o suporte no hospital lhe informaram sobre essa terapia bioenergética, colegas que Bruno valoriza e reconhece até hoje como colaboradores em reestruturar sua vontade de viver, chegando a lembrar com carinho dos atos de bondade que ele experienciou neste período de sua vida. Bruno não enfatiza o medicamento como uma cura para sua aflição da mesma forma que Ana, pois para ele, o que faltava era o sentimento de pertencimento e compaixão. Foi na beira da morte que ele sentiu a empatia e o carinho de pessoas próximas, que lhe apoiaram e trouxeram conforto para um sofrimento que lhe provocava pensamentos suicidas, embora ainda descreva que se sente triste e por vezes com vontade de “sumir”. Nessa trajetória, um jovem que testemunhou atrocidades no ambiente doméstico e viveu mentiras monumentais sobre a própria identidade entre os nove e dezessete anos, acabou por desenvolver um uso abusivo de substâncias como consequência da libertação do tipo de opressão que ele viveu a vida inteira. É importante perceber a falta de confiança em contraposição à vontade de provar-se meritocraticamente, sentindo medo de produzir relações que lhe rotulem como uma vítima.

Eu não converso mais com pessoas da universidade sobre minha saúde mental, muito por ter medo assim de me tornar essa pessoa vitimista, essa pessoa que na adolescência fui vítima, na infância fui vítima e na universidade fui uma vítima também que tentou se mostrar para os professores, ‘olha, eu to passado por isso’, mas que não fui ouvido, então é como se eu tivesse bloqueado isso em mim, não demonstro pra aquilo. No meu TCC, com Vilma, foi uma pessoa que eu consegui me abrir mais ou menos assim, ligar pra ela, dizer que eu tava vomitando, dizer que eu não ia apresentar, dizer que eu não tava conseguindo, e aí ela foi sensível ao ponto de me acalmar, eu não esperava isso dela, mas ela foi uma pessoa que me surpreendeu muito... mas foi a última, o resto dos professores eu não consigo demonstrar fraqueza depois desse episódio, sabe? É como se eu tivesse que ser forte o tempo todo, então, ao mesmo tempo que no escondido, no eu comigo mesmo, eu me sinto um lixo. Eu me sinto uma pessoa incapaz, eu me sinto uma pessoa inferior, mas com eles eu não me permito mais. Com ele eu tenho que tá de cabeça em pé, eu não me permito ser o pior aluno por causa disso, eu não me permito faltar mais reunião por causa disso, eu posso tá fudido, e depois chorar horrores depois que acabar a reunião e acabar a aula, mas a forma com seu tô respondendo a isso, e que eu passei a responder a isso depois deles ignorarem esse processo foi na raiva, no ódio, um ódio que mobilizou. (Bruno)

Bruno desenvolveu com sua psicóloga o diagnóstico de depressão, ansiedade e fobia social, devido ao medo de estar perto de outras pessoas por conta de seus pensamentos. O grande

problema da experiência do adoecimento mental que ele e Ana vivenciam é a intensa sensação de um “*frenesi mental*”, não por acaso Bruno recorria a drogas para desacelerar sua cabeça de seus pensamentos. As drogas funcionam para frear a velocidade de seus pensamentos e trazer um conforto dessa situação, mas Bruno não frequenta mais o psiquiatra devido a um efeito colateral decorrente do uso de Fluoxetina.

Eu tive problemas com remédio, eu tive um surto, depois que eu tomei Fluoxetina por um tempo, eu tava trabalhando na escola e eu tive um surto. Não lembrava o que tinha acontecido, o que eu fiz, não tinha memória do que eu fiz, e aí eu parei de ir no psiquiatra e fiquei só na psicóloga que tá me ajudando bastante. E às vezes penso em voltar pro psiquiatra mas não sei, eu ainda tenho esse trauma com remédio, o medo de perder o controle, porque eu chorava, falava coisas, o pessoal me disse isso, aí eu ficava com medo de voltar pro psiquiatra. [...] o remédio me fazia muito bem, dava uma sensação de tranquilidade, me dava uma sensação de que eu tava bem, eu não sentia ansiedade, não sentia medo de falar com as pessoas, eu não sentia medo de viver, eu sentia vontade de viver, era uma coisa muito louca, que quando começou a fazer o efeito, eu olhava pro sol, olhava pro céu e falava, ‘meu irmão, que doideira, faz tempo que eu não olho pro seu e vejo essa beleza, faz tempo que eu olho pra vida não tá tão bonita’, só que aí depois de um tempo o remédio começou a fazer uns efeitos loucos, assim, eu não lembrar de coisas, ter crises e não lembrar dessas crises, eu chorar desesperadamente e passar e eu não saber porque eu tava chorando. [...] Eu não quero morrer nesse mundo cinza, que eu to agora sabe? Me desespera muito saber que eu posso morrer vendo o mundo assim sem sentido, e o remédio me ajudou muito assim. (Bruno)

Paradoxalmente, o remédio tem o mesmo efeito da droga em um contexto de controle médico, e quem fica responsável por manter a dosagem adequada desses medicamentos é o psiquiatra, que por vezes incorre em erros de moagens comuns entre as interlocutoras. Vale lembrar que fluoxetina é o composto químico do famoso medicamento Prozac, um “revolucionário” anti-depressivo que vem sendo produzido já fazem décadas, mas como todo caso subjetivo de adoecimento mental, possui reações quase sempre imprevisíveis, como uma loteria na qual a euforia de sentir-se feliz se choca com o impacto de um efeito colateral adverso.

A trajetória de Bruno é marcada pela violência, intolerância, mas também pela auto-descoberta e o desejo intenso de provar para o mundo quem ele é, agora decidido a tomar controle da sua própria vida na universidade. Bruno duela consigo mesmo para conseguir superar seus vícios, ingenuidades e outras formas de encarar o mundo que ele tinha em seu período da igreja. Diferente do processo de cura biomédico, a salvação de Bruno do suicídio decorreu de seus colegas e de um tratamento pela fala que revelasse as coisas que ele não estava sendo capaz de entender sozinho, assim como o triste firmamento de uma posição antagonista aos professores de Ciências Sociais, a quem ele vê grande maioria como adversários que lhe prejudicaram

quando tiveram a oportunidade de lhe apoiar. É importante ressaltar como o processo terapêutico pelo qual ele passou tinha visões progressistas e alternativas de cura, como no caso da terapia bioenergética e a insistência na terapia pela fala. Embora ainda faça tenha o hábito de consumir drogas e por vezes visões ambíguas sobre a relação com os medicamentos psiquiátricos, a notável resiliência de seu corpo diante de riscos biográficos demonstra como o desejo pode ser uma força motriz da necessidade individual, precisando de um mínimo afeto e apoio coletivo para trazer a tona reviravoltas impressionantes, como o fato de ter passado em primeiro lugar no mestrado.

Embora eu defenda nessa pesquisa uma perspectiva menos invasiva, considerando invasivo o controle biomédico por meio de medicamentos sem eficácia científica robusta, para muitas interlocutoras os remédios se tornam algo positivo, que promove uma qualidade de vida quase inédita ou representam um auto-cuidado mínimo e recompensador no horizonte da melhora com seu uso. Sandra é um exemplo interessante de alguém que honestamente passou por uma situação conturbada com o processo psicoterápico e percebe a psiquiatria como uma saída “*menos invasiva*”, percebendo como falar sobre aspectos íntimos de sua vida pode ser menos invasivo do que consumir substâncias químicas feitas por empresas transnacionais.

Eu acho o psiquiatra menos invasivo que o psicólogo. O psicólogo eu só vou se for mulher. Se essa mulher ela tiver por exemplo, algum histórico com trabalhos em gênero, com pacientes que trabalhem questões de gênero, porque eu me sinto muito julgada o tempo inteiro. A classe médica, ou esse classe desse pessoal que trabalha com a questão médica, de saúde mental, eu me sinto muito julgada, e as vezes até invalidada e deslegítima, eu odeio me sentir assim, então eu nunca tenho uma relação longa, duradoura com meus psicoterapeutas. (Sandra)

Sandra percebe uma necessidade por ter um acompanhamento com uma mulher que partilhe de sua visão de mundo, caso contrário não se sente segura para o tratamento. Ela percebe que é uma atitude defensiva quanto a possibilidade de ser magoada novamente, em uma clara demonstração de como os acontecimentos da infância ecoam na vida adulta. A ida ao psiquiatra é algo muito mais objetivo e específico em seu entendimento, em comparação a uma ida para conseguir a prescrição de um medicamento que se tornou essencial, pois caso ela passe sequer uma semana parando imediatamente a medicação, uma série de efeitos colaterais agressivos acometem seu corpo, sendo de fundamental importância que para se eliminar o uso desses remédios aconteça um “desmame”, redução gradual dessas substâncias que não atinja de forma traumática o corpo.

Enquanto Sandra utiliza medicamentos psiquiátricos, Núbia recorre a outra forma de uso para manter sua ansiedade sob controle, utilizando um consumo excessivo de maconha, o que ela chama de “beck”.

Meu remédio para ansiedade era fumar um beck, quando eu tava ansiosa eu ia fumar um beck, tanto que nesse processo eu acabei me tornando uma pessoa muito maconheira, hoje eu tenho fumado uma grande quantidade de maconha pra me manter bem durante o dia. Eu me acho uma pessoa melhor fumando maconha, eu acho que consigo estar num estado de equilíbrio emocional, psíquico muito melhor quando eu estou chapada, do que quando eu estou de cara, quando o estresse bate muito mais rápido. (Núbia)

Embora exista a percepção da maconha como uma droga meramente recreativa, essa droga surge de maneira muito fundamental para grande parte das interlocutoras. Ao menos Sandra, Alan, Bruno, Sarah, Susana e Núbia usam de forma recorrente ou constante a maconha para lidar com a ansiedade, inclusive estando presente no relato de Sandra como um “ansiolítico”. Na forma como concebo o uso variado da maconha pelas interlocutoras, situações cotidianas de estresse ou crise são dirimidas pela droga, gerando uma prática com a substância muito mais coloquial e acessível do que os custosos medicamentos psiquiátricos. De forma semelhante ao uso do café na vida desses estudantes, essa droga gera um grau de deslocamento da realidade, ao mesmo tempo que formando uma base para se alcançar diferentes objetivos na trajetória acadêmica, sem incorrer nos mesmos riscos fisiológicos e aditivos dos psicotrópicos psiquiátricos.

Eu me tornei uma pessoa extremamente violenta, eu me tornei uma pessoa extremamente agressiva, pessimista, pra baixo mesmo, eu tava péssima, eu me tornei uma pessoa horrível, eu me senti violentada de uma maneira no meu relacionamento, uma falta de respeito, e em resposta a isso eu achava que tinha direito de faltar com o respeito a ele também, e daí eu me tornei uma pessoa agressiva, violenta, falava coisas horríveis tá ligado? (...) O ódio me dominava. (Núbia)

Núbia se percebe descontrolada, de forma semelhante à raiva de Ana, Laura e Bruno, sem direção à euforia de Carmen. Conforme essas interlocutoras revelavam aspectos sobre suas formas de tratamento e suas trajetórias para um desfecho, ficava claro que algumas formas possivelmente “absurdas” de se comportar na verdade faziam parte de um processo induzido por questões em aberto, sendo por meio da terapia e da auto-reflexão as formas de aliviar perturbações que podem até ser objetivas.

A trajetória de Laura é um exemplo de uma perturbação momentânea, causada pelo genuíno sentimento de tristeza pela morte do pai. Susana também passa por sérias perturbações pela sua orientação sexual, que rapidamente são solucionadas quando ela ingressa na universidade e se reconhece entre outras como uma mulher lésbica. Esses não são processos fáceis de se vivenciar, tanto que as drogas e o abuso de álcool surgem como problemas, mas mesmo assim, não é que essas jovens desenvolvem seu adoecimento de forma espontânea, mas elas são privadas da possibilidade de emergir para o mundo aquilo que sentem por outras pessoas e por si mesmos, vivendo uma vida de desejos silenciados rapidamente percebidos e aceitos na universidade, deixando para trás um passado que precisa ser lidado constantemente.

Por fim, gostaria de finalizar apresentando os casos de Marta e Alan, os mais jovens dessa pesquisa, ambos no início do curso e com 21 anos no momento desta pesquisa.

Eu fico desmotivada às vezes, a faculdade é muito desmotivante, eu também já to cansada dessa história de ficar fazendo prova, trabalho, receber nota e férias [...] tem fase que eu to super pra Direito, tem fase que eu to super pra Ciências Sociais, e eu acho que foi bom, tipo, me deixar isso, que é confortável, que por exemplo, se alguma coisa der errado em sociais eu fico tipo 'ah, mas eu to em direito, eu posso virar advogada se tudo der errado', e se der errado alguma coisa em direito eu posso dizer 'eu queria ser socióloga mesmo, tá tudo certo' (Marta)

Não, nunca fiz terapia, é algo que eu coloco como meta todas as vezes mas nunca invisto de fato, porque é difícil conseguir pelo plano de saúde, porque você precisa reunir várias autorizações, é uma burocracia, aí acaba que tem um horário certo, o ônibus atrasa, você não consegue chegar e perder; uma coisa ou outra. Já fui no NASI também, consegui um atendimento, no caso eles fazem esse atendimento na hora, você chega, e dependendo da sua demanda, caso você seja bolsista, você pode ser atendido naquele dia, e tem um número de atendimento para as pessoas que vão pelo dia corretos. (Alan)

Alan é um jovem periférico, que não passou na primeira vez em Ciências Sociais e se percebe ansioso e com baixa auto-estima na universidade, enquanto Marta vem de um contexto onde sua família conseguiu arcar com as melhores escolas, e como é característicos da branquitude, se percebe “protegida” do mundo real, ainda usufruindo da possibilidade dupla de carreira que ela está simultaneamente realizando, entre Direito e Ciências Sociais, algo comum entre muitos estudantes das elites em Ciências Sociais.

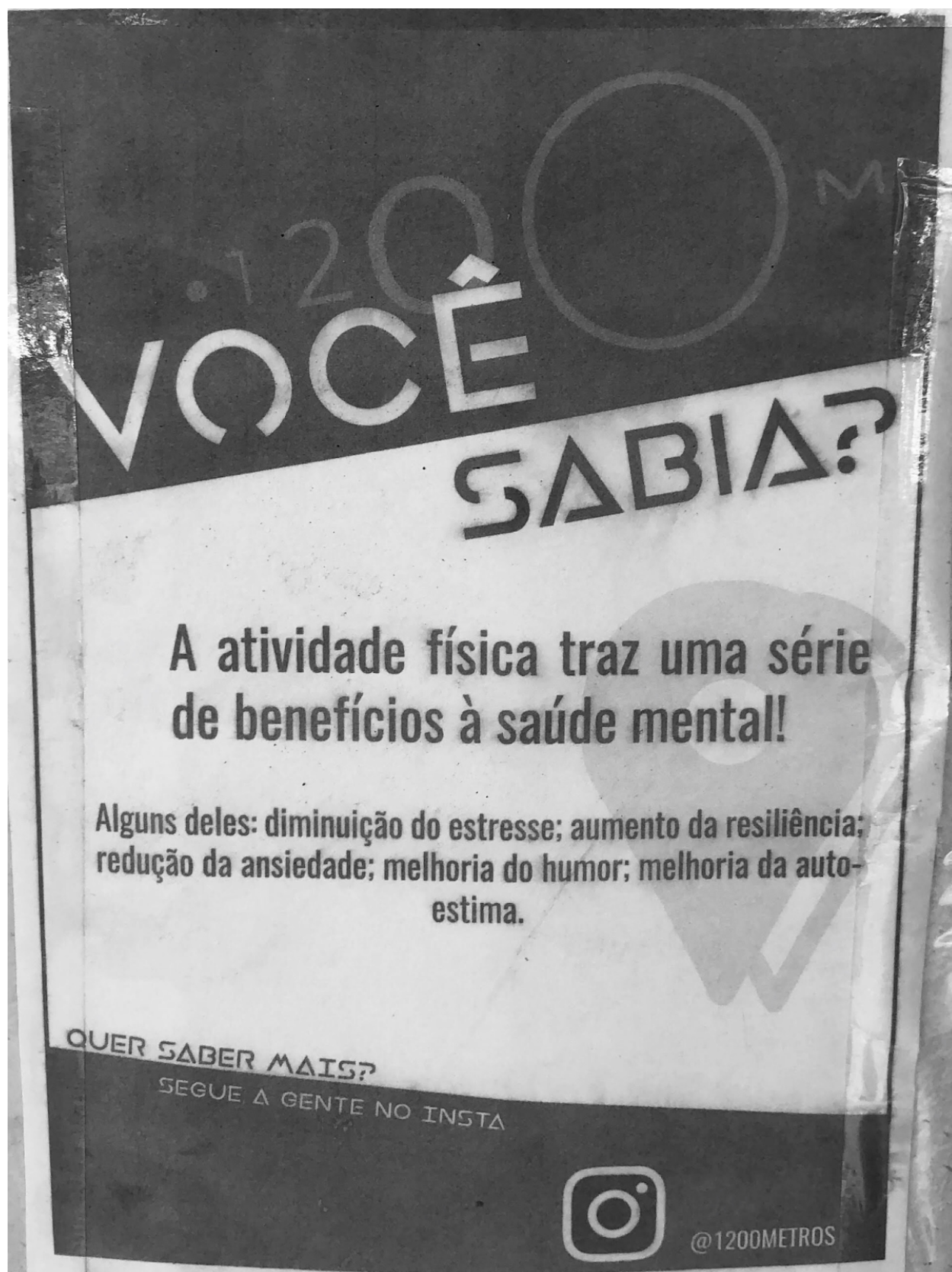
Marta dispõe de duas possibilidades de carreira, e entende os estudos como uma atividade enfadonha, tendo a impressão de que se trata do seu futuro, mas tendo certeza de que no futuro, haverá um emprego de qualidade, pois ela está como Carmen acostumada a ser a melhor nos

espaços onde ingressa. A auto-estima, assim como a baixa auto-estima induzida pela culpa da branquitude, é uma característica bastante elitista, pois o resultado de uma forma sistematizada de estudo é inevitavelmente a excelência, ainda mais quando essa prática é imposta na infância e levada até a universidade. Enquanto estudantes como Alan apresentam dificuldades, estudantes como Marta apresentam o oposto, vendo a universidade até como algo fácil, um sentimento legítimo.

Alan não possui a mesma relação que Marta, pois a cada ano que passa se torna mais intenso o fardo que ele coloca sobre sua mãe e seu contexto familiar, onde a necessidade por sustento é algo anterior a uma jornada acadêmica particular. Ele ainda não tem planos como Marta, que possui múltiplos planos, mas tenta viver um dia de cada vez, reconhecendo que a vida na universidade já pertence ao mundo dos “outros”, dos estudantes das escolas ricas que vão para a universidade para servirem como a concorrência invencível.

As diferentes razões para adoecer não estão conectadas de forma determinante às condições sócio-econômicas, mas surgem como percalços que fazem parte de trajetórias onde a falta de uma terapia nunca foi maior que a necessidade por pagar as contas ou a necessidade pela alimentação. Uma perturbação como depressão pode ser vivida de forma dolorosa por estudantes com condições de cursar duas trajetórias de vida simultaneamente, na esperança de que uma dê certo caso a outra falhe, demonstrando aos estudantes que passaram por pesados investimentos e outras que do mínimo se realizam a um grande custo emocional.

As formas de tratamento buscadas por essas interlocutoras são múltiplas, mas inevitavelmente passam pela reflexão sobre os sentimentos de raiva ou tristeza desconhecidos, intensificado no desespero de uma culpa desconhecida, sem história ou narrativa, pois essa é culpa ocorre no consultório, mas é levada a diante no dia-a-dia pelas próprias estudantes, que se sentem melhor após chorar por horas, que consomem maconha como ansiolítico, ou por meio da menor convencionalidade da limpeza espiritual realizada, são todas formas de expressar a busca por um desfecho que chegou às últimas instâncias no crítico caso de adoecimento, com origens e tratamentos diversos demonstrados em demasia nesta seção.



VOCÊ SABIA?

A atividade física traz uma série de benefícios à saúde mental!

Alguns deles: diminuição do estresse; aumento da resiliência; redução da ansiedade; melhoria do humor; melhoria da auto-estima.

QUER SABER MAIS?
SEGUIE A GENTE NO INSTA

 @1200METROS

Promoção da saúde mental pelo exercício, adesivada na porta da biblioteca do CFCH

5. Conclusão

Tal como roupas, nossas emoções se localizam na superfície de nossos corpos, do qual estamos ativamente transformando, compreendendo e *fazendo* através dos impulsos internos e externos, em uma dialética do ser percebido que atua profundamente na forma como sentimos. *Sentir*, essa categoria tão ampla do corpo humano, atravessa de forma brutal a linguagem e as condições materiais de existência, construindo perspectivas das quais podemos encarar como invenções cotidianas do mundo. Espero ter levantado reflexões críticas sobre oposições como individualismo e holismo, Indivíduo e Pessoa, mas também da relação que o corpo média entre a realidade e sua dimensão subjetiva, manifestando uma importante discussão que pretendo levar adiante sobre a política dos afetos no campo da saúde mental (AHMED, 2003). Tenho certeza de que não trago nada essencialmente novo, mas abordo o debate de forma construtiva em direção a uma visão de Pessoa que rompa com o paradigma entre corpo e mente, e que seja crítica a noção de Indivíduo dentro da conjuntura neoliberal contemporânea.

O corpo transborda significados bastante valiosos para essa pesquisa, assim como para instâncias psiquiátricas e clínicas da prática médica. As emoções na clínica são de fundamental importância, pois elas indicam o diagnóstico das pacientes, particularmente na saúde mental mas de forma geral no campo da medicina. O modelo biomédico é capaz de servir como um poderoso meio de transferir a culpa e o sofrimento, colocando temporariamente as causas de qualquer aflição sobre razões genéticas, biológicas ou de insuficiência hormonal, contestáveis cientificamente, mas por vezes profundamente satisfatórias para os pacientes, e definitivamente focada na centralidade do cérebro para saúde mental (ROSE, 2013).

A abordagem fenomenológica contribui para dimensionar a subjetividade dos pacientes no campo da saúde mental, reforçando práticas como a psicoterapia e até mesmo a terapia bioenergética, considerando que a percepção metafísica constitui as perturbações das interlocutoras em suas narrativas, e é fundamental para a prática clínica que busca aliviar o sofrimento humano, afinal, a trajetória de uma doença é similar a trajetória do paciente e de sua cura, movimentando-se em uma cadeia complexa de condições ambientais, biológicas, sociais e culturais. Se faz urgente a necessidade por uma revisão dos princípios metodológicos que embasam a categorização dos transtornos mentais graves ou não, pois esses estão idealmente inseridos em partes do corpo, mas quando não, assumem a dimensão que a depressão e ansiedade

possuem, estando muito mais fora do que dentro do cérebro, validando uma discussão importante sobre se a mente é de fato uma parte do corpo, até se a consciência configura-se como parte dos nossos corpos, conforme podemos pensar a partir da perspectiva holística.

Ao concluir essa dissertação, percebo o uso excessivo da categoria “hegemonia”, quando não deixo explícito a origem desse uso. Concebida por Antonio Gramsci (SCHAWEZMANTEL, 2015; GRAMSCI, 2018), a idéia de hegemonia afirma para o conjunto normativos e impositivos com os quais as sociedades individualistas capitalistas tendem a beneficiar, e ao longo dessa dissertação, faço uso da idéia de hegemonia para apontar, em uma livre interpretação da obra de Dumont, como o nível hierárquico superior pode ser representado pelo poder hegemônico vigente, enquanto o nível inferior estaria representado pelos grupos que se percebem existencialmente em risco simbólico ou material. Na obra de Dumont, é importante salientar que a hierarquia não se supõe como uma teoria do poder, mas como uma estrutura que molda as reflexões que propus nesta pesquisa.

Espero que as reflexões aqui expostas contribuam para uma perspectiva holística a respeito dos processos de saúde e doença, e demonstre o quão insustentável é pensar a idéia do sofrimento a partir do marco do individualismo na saúde pública global, considerando a grande preocupação que os falsos diagnósticos e falsas epidemias de doenças mentais pode vir a representar, impondo cada vez mais biopoder sobre os corpos dos sujeitos. Permaneço esperançoso diante do desgaste de um modelo biomédico psiquiátrico que já fatura/existe de forma acelerada desde os anos de 1970, contraposto pelas pesquisas que apontam para tratamentos menos invasivos, como o uso de terapias lisérgicas ou pelo composto da *cannabis*, pois remédios psiquiátricos e outras substâncias naturais marginalizadas representam uma categoria mais abrangente de “entorpecentes”, ou “psicotrópicos”, implicando de todo modo uma variação das condições fisiológicas a partir de um julgamento moral coletivo.

Reforço o argumento de que, a partir da leitura de James Davies, mas principalmente da referências que ele toma da “*critical psychiatry*” estadunidense, há um esforço grande, principalmente por Paula Caplan (1991; 1996; 2011), de expor diferentes formas de tratamento que não estejam enrijecidas nos padrões psiquiátricos clássicos, pois não há motivos para que uma terapia seja muito diferente de uma conversa. Fiquei intrigado com a metáfora usada por Núbia, quando diz ter “*virado uma chave*” na sua vida, tornando impossível tomar novamente uma droga sintética que lhe causasse euforia, pois se via acometida pela dor da memória daquela

sensação todas as vezes que pensava em usar uma droga sintética. Pensar a capacidade da fala como uma forma de *fazer* o corpo, de contorce-lo alterá-lo, ou até chorar como forma de “*por para fora*”, são dimensões onde a agência e o movimento são fundamentais, sendo importante a distinção entre o que é um sinal quando se está triste ou um sintoma quando se está deprimido.

Em “*When Johnny and Jane Come Marching Home*” (CAPLAN, 2011), Caplan apresenta um pouco do mundo do veteranos de guerra com estresse pós-traumático, refletindo como os índices de suicídio crescem em conjunto com os índices de consumo de medicamentos, que aparentemente não estão contendo a “epidemia” dos veteranos, que obviamente retornando dos horrores da guerra em uma situação bastante sensível e traumática. Nesse contexto de pesquisa ela narra a história de quando, ao conversar com um veterano do Vietnã por três horas seguidas, recebe uma ligação desse mesmo veterano no dia seguinte relatando que desde que voltou da guerra não conseguia dormir uma noite inteira de sono, e só depois de conversar com ela sobre suas experiências percebeu que poderia descansar plenamente, em uma conversa na qual Caplan diz ter falado no máximo por dois ou três minutos.

Permaneço perplexo e empolgado diante da possibilidade “mágica” da palavra e do simbólico na vida prática das pessoas, de como o que se diz pode induzir ou inculcar uma idéia capaz de transformar aquele corpo pela agência e subjetividade externa e interna. As interlocutoras dessa pesquisa, embora muitas foram vítimas de violência estrutural e outras formas de mazelas de uma cultura homofóbica, patriarcal e racista, estabelecem condições em que elas modelam seus próprios corpos e narrativas a um custo sempre muito grande. Se nessa pesquisa compreendo por meio das estruturas hierárquicas os valores e diferentes formas de tensão constitutivas do mundo acadêmico e familiar, pretendo em outro momento ter tempo e espaço para formar uma reflexão sobre a agência na dimensão corpórea em que se dá a constituição de Pessoa, observando mais minuciosamente como se *faz* a doença e a cura. (MOL, 2002)

Um ponto que chegou a ser problemático mas rapidamente se dissipou na montanha de dados coletados foi a noção de classe social. A princípio, era frustrante não poder registrar de forma precisa o problema da classe social no Brasil, devido a dificuldade entre muitas pessoas para articular essa categoria. Diferente do uso constante das categorias de transtorno ou adoecimento, termos como “classe C” ou “classe A” explicitamente econômicos, não eram a melhor forma de descrever a condição dessas estudantes, pois percebo a idéia de classe como

uma categoria relacional que não possui a mesma lógica no pensamento econômico, onde as classes são relacionadas entre pessoas, moeda e conjuntura. Passo então para uma abordagem direta sobre as “elites” e as “classes populares”, que aponto muitas vezes como “polos opostos”. O uso dessas duas categorias aborda de forma abrangente as questões que abordo, além de expor aspectos que dizem respeito a desigualdade em aspectos da vida acadêmica que se interconectam, como a baixa auto-estima ou o consumo de medicamentos.

Após uma última (re)leitura dessa dissertação, percebo que alguns temas ficaram para traz que eu gostaria de ter desenvolvido com mais atenção, como o princípio de uma “cultura psicanalítica” nas classes médias brasileiras, em particular nos trabalhos de Jane Russo e Gilberto Velho na psiquiatria dos anos de 1970, e como a psicanálise modelou uma parte do panorama científico das ciências sociais, considerando o atual contexto da psicanálise brasileira diante dos altíssimos índices estatísticos de diagnósticos.

Embora lamente o que não tenha tido espaço para fazer, também me empolgo com os temas que acabaram por tomar mais espaço do que eu imaginava. A idéia da branquitude como uma fonte de sofrimento parecia emergir de reflexões sobre a culpa e o privilégio, e creio que sejam representativas da complexidade da discussão racial na cidade do Recife e relevante para pensar as relações raciais brasileiras, mas também de forma geral serve de evidência para uma reflexão sobre o branco na sociedade contemporânea neoliberal. Também ressalto a importância da abordagem (g)local na reflexão sobre os fenômenos onde os modelos hierárquicos atravessam realidades, seja na pirâmide hierárquica da universidade ou na conjuntura das indústrias farmacêuticas globais. Em um mundo interconectado pelo neoliberalismo e a ideologia individualista, formas tradicionais de entender e viver o sofrimento são subjugadas diante do paradigma biomédico e a manutenção de um poder epistemológico violento e estrutural.

De novo pensando a partir das roupas, creio que uma reflexão que eu pude com sucesso ou não explicar foi minha relação êmica diante da temática da pesquisa. De fato, estou inserido no conjunto dos universitários concordando com condições que julgo não-negociáveis sobre direitos humanos, cidadania, anti-racismo, etc., inclusive aspirações marxistas e pós-coloniais, mas não foram essas as discussões que tratei ao longo da pesquisa, mas tentei o melhor possível transmitir as histórias que me foram confidenciais pelas interlocutoras, histórias universais que narram aquilo que podemos atribuir como perspectiva holística da experiência com o sofrimento: ser um rapaz gay é sofrer violência cotidianamente ou mesmo viver a experiência da fome ou da

estratégia diante da carência material, mas também sentir-se alienada e protegida, ou distante e amargurada com a família.

Com os projetos de vida interrompidos por um adoecimento que surge como uma aflição desconhecida, acredito que tenha deixado clara minha opinião sobre como a saúde mental está inserida em questões interdisciplinares sobre saúde e doença, condenando o fato de não haverem evidências científicas substanciais sobre transtornos classificados no DSM, embora existam uma série de medicamentos e diagnósticos disponíveis para uso. Estar triste, cansado, desanimado, alegre, ou até eufórico, são condições momentâneas que não são por si só ruins nem boas, mas manejáveis a partir de restrições e privilégios múltiplos pré-estabelecidos.

Durante as entrevistas, perguntas gerais eram feitas tendo em mente alguns “truques” de pesquisa que são inventados ao longo do trabalho de campo, assim como receios em relação a aparelhos tecnológicos e cadernos de anotação. Era comum ter a sensação de estar confuso e perdido, muito embora tenham ocorrido poucos eventos negativos ao longo da pesquisa, que tomo como uma experiência ao todo agradável de longos períodos de remarcações de entrevista, por vezes imprevisíveis e valiosas entrevistas de trinta minutos, até longas narrativas dolorosas de mais de uma hora.

Ser afetado pela pesquisa, seu conteúdo e a indignação que dele surge, como afirmo e reafirmo ao longo deste texto, talvez seja a grande lição que pude aprender nessa trajetória de pesquisa, pois não é qualquer material que se está lendo, mas a vida das pessoas, e embora eu não esteja observando um fenômeno místico no Bocage, há uma dimensão do desconhecimento impactante na dimensão dos afetos, principalmente na perspectiva sobre como nos deixamos tomar ou não pelas emoções. Durante a análise das entrevistas, feitas em sequência no período de mais de um mês, percebo que ouvir e escrever o conteúdo de materiais que são dolorosos e tratam sobre violência ou sofrimento são, no mínimo, um material que precisa ser dividido e analisado em diferentes períodos de tempo, de forma a tornar a experiência mais “saúdável” do que a intensa euforia que pode vir a provocar ao pesquisador, pois por vezes me via interrompendo o processo de análise, e às vezes largando por dias o processo de escrita em decorrência do cansaço mental.

Seria chocante não ser afetado, não sentir empatia pelo outro em uma situação de tristeza e agonia. Não tive a oportunidade de colocar em prática uma análise verdadeiramente poética do fenômeno (CRAPANZANO, 1985; STEWART, 2007; BIEHL, 2013), optando pelo convencional

modelo de entrevistas e discussão, mas reafirmo aqui o valor de etnografias de cunho experimental. Ao abordar as cenas do cotidiano, Stewart traz uma visão artística de uma realidade onde não se buscam padrões ou relações objetivas de categorias e estruturas, mas um registro que atravessa o olhar do leitor para um sentimento de alteridade sobre a experiência, observando não só os registros do que ocorreu, mas os aspectos sensíveis que moldam nossa percepção pelas emoções. Nos momentos em que eu escrevo “(risos)” para me referir a um momento em que a interlocutora ri, não há como conferir esse momento, ou o registro do momento de forma satisfatória, mostrando como há um comprometimento geral da prática científica bastante caro à antropologia, pois é dessas relativizações e dúvidas postas que nos deparamos com o contraditório, que na antropologia se manifesta como a *diferença*.

Concluo deixando em aberto uma busca que sustenta a agência de minha interlocutoras, na perspectiva sobre a culpa e o desejo. Do desejo, se mobilizam uma série de esforços para finalizar a graduação, para superar as dores emocionais, ou até de não expor familiares a um sentimento pela preocupação e a culpa que daí pode surgir. Quando sancionadas moralmente, minhas interlocutoras lamentam e se culpam pelo que ocorre com elas, e quando estão diante de seus objetivos e projetos de vida, são mobilizadas pelo desejo como força por vezes irracional e eufórica, mas essencial em contraposição da inércia e imobilidade que surge com a culpa.

Espero ter trazido um quadro que promova reflexões a respeito do modelo biomédico, mas também das situações biopsicossocioculturais que contribuem para um quadro de adoecimento mental. Trago alternativas para a linguagem biomédica das doenças e transtornos, buscando uma perspectiva holística do fenômeno. Lamento nesse sentido a retirada da categoria de “neurose” do DSM e da perspectiva médica, pois de maneira geral universalizou questões do adoecimento que hoje em dia pulverizadas, muitas vezes persuadiram psiquiatras e pacientes a aderirem essas “novas” doenças mentais, e como tem se observado na contemporaneidade, patologizando sentimentos comuns. Na excelente locução perturbações físico-morais, acredito que a antropologia pode contribuir com a reconfiguração de uma perspectiva humanista dos itinerários terapêuticos, e espero que essa discussão seja trazida para espaços da medicina, saúde coletiva, psicologia e neurociências, no esforço de trazer conclusões interdisciplinares sobre os corpos feitos pelas pessoas, mas também pelos seus desejos e inquietações existências.

Referências Bibliográficas

- ADEWUYA, Abiodun *et al.* Depression amongst Nigerian university students. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, v. 41, p. 674–678, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução: ASSMANN, Selvino. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic Statistical Manual of Mental Disorders 5 (DSM-5)**. Washignton: American Psychiatric Association, 2013, p. 947.
- ANDRADE, Cláudia. Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 2, p. 255-267, 2020.
- ANUNCIACÃO, Diana *et al.* “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde Soc.**, v. 29, n. 1, p. 13-27, 2020.
- ARANTES, Esther. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 45-56, 2012.
- ARANTES, Gabriela; ANDRADE, Arthur. Uso de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes universitários brasileiros. **Rev. Psiq. Clín.**, São Paulo, v. 35, p. 48-54, 2008.
- BAERLOCHER, Julia e MELO, Mônica. A família e os papeis de gênero na adolescência. Belo Horizonte. **Psicologia e Sociedade**, v. 31, p. 15- 26, 2019.
- BAPTISTA, Makilim; OLIVEIRA, Andréia. Sintomatologia de depressão e suporte familiar em adolescentes: um estudo de correlação. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum**, São Paulo, v. 14, n 13, p. 53-59, 2004.
- BARROS, Aparecida. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.
- BEZZERA, Alonso. Desencantamento do mundo e ética na ação pedagógica: reflexões a partir de Max Weber. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 585-597, 2010.
- BONET, Octavio. Saber e sentir: uma etnografia da aprendizagem da biomedicina. **Physis: Revista de Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 123-150, 1999.
- BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 51 n. 2, p. 413-449, 2008.

_____. **Vita: Life in a Zone of Social Abandonment**. California: University of California Press, 2013.

BOADEN, Katherine *et al.* Antidepressants in Children and Adolescents: Meta-Review of Efficacy, Tolerability and Suicidality in Acute Treatment. **Frontiers in Psychiatry**, v. 11, p. 13-28, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: TOMAS, Fernando. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil: 1989, p. 322.

_____, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Tradução: MICELI, Sergio et al. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BRACKEN, Peter *et al.* Primum non nocere. The case for a critical approach to global mental health. **Epidemiology and Psychiatric Sciences**, Cambridge, v. 25, n. 6, p. 506-510, 2016.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez**. v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CALIMAN, Luciana. **A biologia moral da atenção: a constituição do sujeito (das)atento**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Centro Biomédico Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2006, p. 174.

CALDERÓN, Adolfo. **Universidades mercantis a institucionalização do mercado universitário em questão**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2000, p. 61-72.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, p. 323-345, 2015.

CAPLAN, Paula; GANS, Maureen. Is there Empirical Justification for the Category of “Self-Defeating Personality Disorder”? Cambridge. **Feminism & Psychology**, Cambridge, p. 263–278, 2015.

CAPLAN, Paula. They say you’re crazy: how the world’s most powerful psychiatrists decide who’s normal. **Da Capo**, v. 274, n. 20, p. 355, 1996.

_____, Paula. **When Johnny and Jane Come Marching Home: How All of Us Can Help Veterans**. Cambridge: The MIT Press, 2011, p. 358.

CARVALHO, José. Democratização do ensino e a polêmica conceitual. São Paulo. **Educação e Pesquisa**, vol. 30, n. 2, p. 1-14, 2004.

CERCHIARI, Ednéia *et al.* Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. Campinas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 10, p. 413-420, 2005.

CIPRIANI, Andrea *et al.* Comparative Efficacy and Acceptability of 21 Antidepressant Drugs for the Acute Treatment of Adults With Major Depressive Disorder: A Systematic Review and Network Meta-Analysis. **Focus. The Lancet**, v. 391, p. 1357-1366, 2018.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Tradução: FARIAS, Patrícia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 200, p. 320.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: Poética e política da etnografia**. Tradução: COELHO, Maria. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016, p. 388.

CONCEIÇÃO, Ludmila et al. Saúde mental dos estudantes de medicina brasileiros: uma revisão sistemática da literatura. **Avaliação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 785-802, 2019.

CONCEIÇÃO, Maria. Ainda somos poucas: Exclusão e invisibilidade na ciência. São Paulo. **Cadernos pagu**, v. 27, p. 455-459, 2006.

CORADINI, Odaci. **Grandes famílias e elite 'profissional' na medicina no Brasil**. Manguinhos: História, Ciências, Saúde, 1997, p. 425-466.

COROSSACZ, Valeria. Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. Coimbra. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 105. p. 43-64, 2014.

COSTA, Márcio; MAZZETTO, Giliano. A fenomenologia e a pesquisa em psicologia da saúde. Belém. **Revista Nufen: Phenomenology and Interdisciplinarity**, Belém, v. 9, p. 127-139, 2014.

CRAPANZANO, Vincent. **Tuhami, portrait of a Moroccan**. Chicago: University of Chicago Press, 1985, p. 206.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 139-167.

_____, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

COLLINS, Patricia. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology** v. 41, p. 1-20, 2015.

CSORDAS, Thomas Embodiment as a Paradigm for Anthropology. **Ethos**, v. 18, n. 1. p. 5-47, 1990.

_____. Somatic Modes of Attention. **Cultural Anthropology**, v. 8, n. 2, p. 135-156, 1993.

_____, Thomas et al. Depressive Illness and Navajo Healing. **Medical Anthropology Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 571-597, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: CANDIANI, Heci. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 271.

DAVIES, James. **Cracked: The Unhappy Truth about Psychiatry**. Cambridge: Pegasus Books, 2013, p. 288.

DUARTE, LFD. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1986, p. 291.

_____. Luís Fernando Dias. Pessoa e dor no ocidente (o "holismo metodológico" na antropologia da saúde e doença). Porto Alegre. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 13-28, 1998.

_____. O valor dos valores: Louis Dumont na antropologia contemporânea. Rio de Janeiro. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 375-772, 2017.

DUMONT, Louis. **O Individualismo: uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna**. Rocco: Rio de Janeiro, 1993, p. 284.

_____, Louis. **Homo Hierarchicus: O sistema de Castas e suas Implicações**. Tradução: FONSECA, Carlos. São Paulo: Editora USP, 1997, p. 424.

_____, Louis. **Homo Aequalis: Gênese e Plenitude da Ideologia Econômica**. Tradução: NASCIMENTO, José. Santa Catarina: Edusc, 2000, p. 288.

DOUGLAS, Mary. **Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo**. **Routledge Classics**. Abingdon: Routledge, 2003, p. 272.

FRANKENBERG, Ruth. **White Women, Race Matters: Gender, Racism, Ethnicity**. Abingdon: Routledge, 1994, p. 301.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: DA SILVEIRA, Renato. Salvador: EdUFBA, 2008, p. 194.

FARMER, Paul. On Suffering and Structural Violence: A View from Below. **Daedalus**, v. 125, n. 1, p. 261-283, 1996.

FAVERT-SAADA, Jeanne. **“Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada**. Tradução: SIQUEIRA, Paula. São Paulo: Cadernos de Campo, 2005, p. 155-161.

FERREIRA, Ricardo; KITSUWA, Mário. “Você sabe com quem está falando?” Estudo sobre hierarquia e poder. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 7-27, 2010.

FERREIRA, João; NUNES, Karine. Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: Tensões, tendências e desafios. Belo Horizonte. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 73-95, 2016.

FOURNIER, Jay *et al.* Antidepressant Drug Effects and Depression Severity A Patient-Level Meta-analysis. **JAMA**, v. 303, n. 1, p. 47-53, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Global, 2005, p. 375.

GARCIA, Everton; NEBEL, Letícia. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis: Revista Latinoamericana**, n. 50, p. 207-227, 2018.

GOMES, Romeu *et al.* Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 23, p. 1997-2005, 2018.

GOODMAN, Leah. Mental Health on University Campuses and the Needs of Students They Seek to Serve. **Building Healthy Academic Communities Journal**, v. 1, n. 2, p. 31-44, 2017.

GRAEBER, David. Anthropology and the rise of the professional-managerial class. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 4, p. 73-88, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Selections From The Prison Notebooks**. Edição: HOARE, Quintin e NOWELL, Geoffrey. Nova York: International Publishers, 2018, p. 572.

GREENBERG, Gary. **The Book of Woe: The DSM and the Unmaking of Psychiatry**. Nova York: Blue Rider Press, 2013, p. 416.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HUNT, Justin; EISENBERG, Daniel. Mental Health Problems and Help-Seeking Behavior Among College Students. **Journal of Adolescent Health**, Elsevier, v. 46, p. 3-10, 2010.

JUNGE, Benjamin *et al.* Naming Brazil's previously poor: "New middle class" as an economic, political, and experiential category. **Economic Anthropology**, v. 5, p. 83-95, 2018.

KAHEN, Vanessa *et al.* Managing the Transition to College: Family Functioning, Emotion Coping, and Adjustment in Emerging Adulthood. **Journal of College Student Development**, Michigan, v. 51, n. 6, p. 607-621, 2010.

KELLY JR, Robert *et al.* Relationship between drug company funding and outcomes of clinical psychiatric research. **Psychological Medicine**, Cambridge, v. 36, p. 1647-1656, 2006.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: BOEIRA, Beatriz e BOEIRA, Nelson. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987, p. 261.

KHAN, Arif *et al.* The persistence of the placebo response in antidepressant clinical trials. **Journal of Psychiatric Research**, v. 42., p. 791-796, 2008.

KOPPER, Moisés; DAMO, Arlei. A emergência e evanescência da nova classe média brasileira. Porto Alegre. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 335-376, 2018.

LAKOFF, Andre. The Anxieties of Globalization: Antidepressant Sales and Economic Crisis in Argentina. **Social Studies of Science**, vol. 34, n. 2, p. 247-269, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem**. Tradução: PELLEGRINI, Tânia. São Paulo: Papirus Editora, 1989, p. 336.

_____, Claude. **Antropologia Estrutural**. Tradução: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 608.

LEFÈVRE, Fernando. A função simbólica dos medicamentos. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 500-503, 1983.

_____, Fernando. A oferta e a procura de saúde através do medicamento - proposta de um campo de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 64-67, 1987.

_____, Fernando. **O Triste Quadro da Saúde: Análise de um Out-Door**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 1995, p. 506-510.

LEMONS, Adriana. Direitos sexuais e reprodutivos: percepção dos profissionais da atenção primária em saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 101, p. 244-253, 2014.

LIMA, Isabel; CERQUEIRA, Ludmila. Sofrimento mental e os desafios do direito à saúde. **RDisan**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 139-160, 2012.

LIMA, Maria et al. Prevalência e fatores de risco para transtornos mentais comuns entre estudantes de medicina. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 40, n. 6, p. 1035-1041, 2006.

LUNA, Naara. A criminalização da "ideologia de gênero": uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. Dossiê Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 50, p. 46, 2017.

MACFARLANE, Alan. Louis Dumont and the origins of individualism. King's College. **Cambridge Anthropology**, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 22, 2002.

MACHADO, Letícia; FERREIRA, Rodrigo. A indústria farmacêutica e psicanálise diante da "epidemia de depressão" respostas possíveis. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n 1, p. 135-144, 2014.

MARZANO, Michela. **Programados para triunfar**. México D.F: Éditions Grasset e Fasquele, 2011, p. 251.

MARTINS, Carlos. O ensino superior brasileiro no anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, p. 41-60, 2000.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. Tradução: GAIO, Luiz e GUINSBURG, J. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981, p. 512.

_____, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução: NEVES, Paulo. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 675.

_____, Marcel. Três observações sobre a antropologia da infância. Tradução: ABRAMOWICZ, Renato. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-244, 2000.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução: LANÇA, Marta. Lisboa: Antígona, 2014, p. 306.

MENDONÇA, André; CAMARGO, Kenneth. Os acertos de Descartes: implicações para a ciência, biomedicina e saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 9, 2016.

MERLAU-PONTY, Maurice. **O Olho e o Espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 192.

MINAYO, Cecília. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 1990, p. 278-292.

_____, Cecília. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2000, p. 269.

MOL, Annemarie. **The body multiple ontology in medical practice**. Durham: Duke University Press, 2002, p. 216.

_____, Annemarie. Embodied Action, Enacted Bodies: The Example of Hypoglycaemia. **Body and Society**, v. 10, p. 43-62, 2004.

MONCRIEFF, Joanna. **The Myth of the Chemical Cure: A Critique of Psychiatric Drug Treatment**. Londres: Palgrave Macmillan, 2008, p. 291.

MORENO, Ricardo *et al.* Psicofarmacologia de antidepressivos. **Rev Bras Psiquiatr. Depressão**, v. 21, p. 24-40, 1999.

MOWBRAY, Carol *et al.* Campus Mental Health Services: Recommendations for Change. Washington. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 76, n. 2, p. 226-237, 2006.

NERI, Marcelo. **A nova Classe Média**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 70.

OLIVEIRA, João; NUNES, Karine. Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, 2016, p. 73-95.

_____, Sherry. Teoria na antropologia desde os anos 60. Tradução: McCALLUM, Cecilia, LOURIDO, Clara; GORDENSTEIN, Samuel. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2011, p. 26.

PEACOCK, Vita. Precarity as Hierarchical Dependence in the Max Planck Society. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, v. 6, p. 95-119, 2016.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Tradução: HEGENBERG, Leonidas e SILVEIRA, Octanny. São Paulo: Editora Cultrix, 197, p. 501.

RESENDE, Marina *et al.* O DSM-5 e suas implicações no processo de medicalização da existência. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3. p. 534-546, 2015.

REPPOLD, Caroline; HUTZ, Claudio. **Prevalência de indicadores de depressão entre adolescentes no Rio Grande do Sul**. Campinas: Avaliação Psicológica, 2003, p. 175-184.

RISTOFF, Dilvo, O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 3. p. 723-747, 2014.

ROBBINS, Joel. Dumonts hierarchical dynamism Christianity and individualism revisited. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, Chicago, v. 5, p. 173-195, 2015.

RODRIGUES, Paulo *et al.* A evolução recente da indústria farmacêutica brasileira nos limites da subordinação econômica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 22, 2018.

ROSE, Nikolas; ABI-RACHED, Joelle. **Neuro: the new brain sciences and the management of the mind**. Princeton: Princeton University Press, 2013, p. 344.

ROSSI, Livia; CID, Maria. Adolescências, saúde mental e crise: a história contada por familiares. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 4, p. 734-742, 2019.

ROSSI, Livia *et al.* Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 12, 2019.

ROZENDO, Kelly *et al.* Relação entre trabalho e sofrimento psíquico de professores universitários. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 9, n. Especial, p. 532-538, 2012.

RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana. Classificando as pessoas e suas perturbações: a "revolução terminológica" do DSM III. São Paulo. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 460-483, 2006.

RUSSO, Jane. Do psíquico ao somático: notas sobre a reconfiguração do self contemporâneo. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 24, p. 157-169, 2017.

SAID, Edward. **Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente**. Tradução: EICHENBERG, Rosaura. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 528.

SAMPAIO, Sônia. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 27-51.

SARAIWA, Luís *et al.* A “nova classe média”: repercussões psicossociais em famílias brasileiras. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 52-61, 2015.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. Tradução: KLANOVICZ, Jó e BORNÉO, Susana. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, p. 11-30, 2005.

SCHUCMAN, Lia. **Entre o "encardido", o "branco" e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. USP: São Paulo, 2012, p. 121.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 296.

SELLS, Dave *et al.* Generating Coherence out of Chaos: Examples of the Utility of Empathic Bridges in Phenomenological Research. **Journal of Phenomenological Psychology**, Boston, v. 35, p. 253–271, 2004.

SILVA, Dylan *et al.* Ansiedade em universitários: revisão da literatura. **Psicologia - Saberes & Práticas**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2018.

SILVEIRA, Marina *et al.* O DSM-5 e suas implicações no processo de medicalização da existência. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 534-546, 2015.

SKULTANS, Vieda. From damaged nerves to masked depression: inevitability and hope in Latvian psychiatric narratives. **Social Science & Medicine**, v. 56, p. 2421-2431, 2003.

STEWART, Kathleen. **Ordinary Affects**. Durham: Duke University Press, 2007, p. 144.

SCHAWEZMANTEL, John. **The Routledge guidebook to Gramsci's Prison notebooks**. Abingdon: Routledge, 2015, p. 322.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almendina, 2009, p. 532.

SOUSA, Girliani *et al.* Revisão de literatura sobre suicídio na infância. **Ciênc. saúde coletiva [online]**, v. 22, n. 9, p. 3099-3110, 2017.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando; RONDINI, Carina. **Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hétero e homoeróticas**. São Paulo: Saúde e Sociedade, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012.

UCHÔA, Elizabeth e VIDAL, Jean Michel. Antropologia médica: elementos conceituais e metodológicos para uma abordagem da saúde e da doença. Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, v. 10, n. 4, p. 497-504, 1994..

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 152.

_____, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 140.

_____, Gilberto. **Nobres e Anjos: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1998, p. 216.

_____, Gilberto. **Desvio e Divergência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 172.

VENTURINI, Ernesto; GOULART, Maria. Universidade, solidão e saúde mental. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 94-115, 2016.

VIÉGAS, Lygia *et al.* Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 2683-2692, 2015.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Tradução: De SOUZA, Marcela; MORALES, Alexandre. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 254.

WAGNER, Gabriela; ANDRADE, Arthur. Uso de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes universitários brasileiros. **Rev. psiquiatr. clín.**, v. 35, n. 1, p. 48-54, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and Other Common Mental Disorders**. 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/254610>. Acesso em: 2 jan. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Burden of Mental Disorders in the Region of the Americas**. 2018. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/49578>. Acesso em: 2 jan. 2021.

WEITZMAN, Elissa. Poor Mental Health, Depression, and Associations With Alcohol Consumption, Harm, and Abuse in a National Sample of Young Adults in College. **The Journal of Nervous and Mental Disease**, Philadelphia, v. 192, n. 4, p. 269-277, 2004.

WHITAKER, Robert. **Anatomy of an Epidemic**. Crown Publishing Group: New York, 2010.

YACCOUB, Hilaine. A Chamada "nova classe média: Cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 36. p. 197-231, 2011.